

O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA COMERCIAL E MANUFATUREIRO E O CRESCIMENTO URBANO NA IDADE MODERNA.

META

Apresentar a estrutura urbana na Idade Moderna, com suas características e relações sociais de produção.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

entender e exemplificar os acontecimentos da Idade Moderna, dando ênfase ao crescimento urbano e econômico das cidades.

diferenciar as características das relações de produção no capitalismo comercial e manufatureiro.

relacionar as mudanças que ocorrem na passagem da cidade comercial para uma relação de produção manufatureira.

PRÉ-REQUISITOS

Ter estudado a Idade Média, as transformações ocorridas no modo de produção feudal e sua relação com o crescimento das cidades.



Quadro de Claude Lorrain que representa um porto de mar francês de 1638, no momento fundamental do mercantilismo (Fonte: <http://pt.wikipedia.org>).

O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA PRIMITIVO

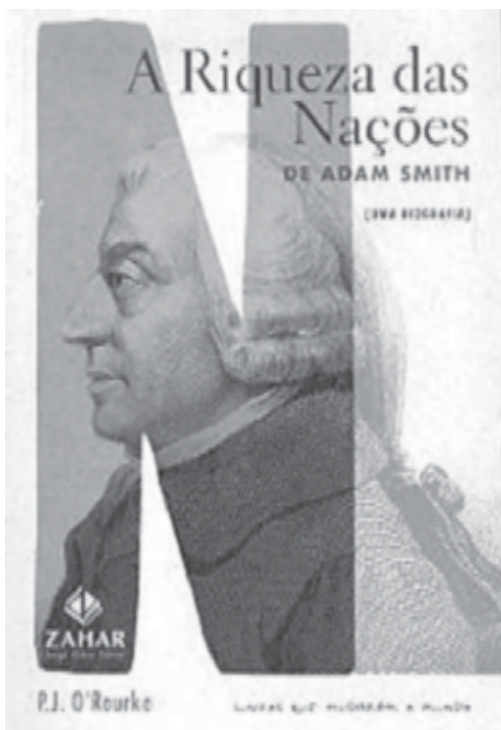
Caros alunos,

Nesta aula iremos estudar o modo de produção capitalista primitivo, ou seja, a primeira fase do capitalismo denominada comercial. Mais adiante, analisaremos a fase em que surgiram as primeiras corporações de ofício, quando o capitalismo começou a passar para a fase manufatureira.

Faremos um breve retrospecto das aulas passadas sobre a crise do sistema feudal, no final do séc. XV, com o crescimento das cidades e de seus mercados, quando as relações sociais de produção passam por sérias transformações que aprofundam a crise nos feudos. Ocorre uma intensa fuga dos servos para a cidade, aumentando consideravelmente suas populações. Neste sentido, era preciso requalificar a mão-de-obra para atender às necessidades dos mercados e do comércio com outras regiões. Tanto a necessidade de matéria-prima, quanto a necessidade de mão-de-obra na cidade fez com que as nações mais poderosas na época, como Portugal, Espanha e mais tarde Inglaterra, buscassem novas fontes de matéria-prima para acelerar a expansão comercial.

Também estudaremos nesta aula outra fase do capitalismo que é o manufatureiro. Esta fase é marcada pela reestruturação da mão-de-obra,

visto que o comércio tomou outra dimensão social, econômica e técnica. Nesta fase, o artesão vai perdendo sua importância e as corporações de ofício começam a controlar o comércio dos produtos. Estes artesãos são obrigados a se enquadrar na “especialização” da sua mão-de-obra e das suas técnicas de produção. Os produtos e peças artesanais passam a ser manufaturados, melhor trabalhados e com uma qualidade maior. Também a produção passa a ter o controle de quando produzir, quanto produzir e para quem produzir. Assim, neste período histórico, a terra perde o valor feudal e passa a ter o valor comercial. A partir da Idade Moderna, as áreas, tanto rurais quanto urbanas, além de terem o valor de uso, passam a ter também o seu valor de troca.



Capa do livro “A Riqueza das Nações” (Fonte: <http://www.livrariaresposta.com.br>).

O DESENVOLVIMENTO URBANO NA IDADE MODERNA

É muito interessante ver, nesta aula, os aspectos gerais da cidade na Idade Moderna. O processo de desenvolvimento urbano foi acentuado a partir da crise do sistema feudal. Entre os séculos XIV e XV, houve grandes dificuldades, como a guerra dos cem anos.

“A chamada Guerra dos Cem Anos foi travada entre a Inglaterra e a França, entre os anos de 1337 e 1453”.(TOTA – BASTOS, 1994, p.53)

Outros problemas, entre eles a peste negra, a tomada de Constantinopla pelos turcos e várias outras guerras favoreceram a ocorrência de transformações que marcaram a transição de uma época de estagnação dos mercados e das cidades, para uma época de aumento da população, da necessidade de mercados e de matéria-prima com o uso de uma mão-de-obra barata. Assim, as nações mais poderosas buscaram no aumento do mercado a saída para alcançar seus produtos. Então o mercantilismo começa a se estabelecer pela exploração e colonização das colônias na América, Ásia e África durante vários séculos.

Na Europa, os feudos perdem sua função econômica e política, tornando-se territórios comandados por monarcas que tinham o poder absoluto e determinavam as leis e os tributos, tanto para a população do reinado, quanto para a que vivia ao redor deste.

Ainda neste período, a Igreja também entra em crise e ocorre a Reforma Protestante, o que favoreceu a renovação das idéias, mas o clero continuou ligado ao rei e, portanto, ao poder. No período entre os séculos XV e XVII surgem várias nações (reinados e ducados) que passam a protestar contra as determinações da Igreja e também de alguns reis. Estas críticas à ação do Estado fomentaram o surgimento do liberalismo econômico, com as idéias de Adam Smith, em a “Riqueza das Nações”, obra em que contestava os regimes autoritários e a falta de liberdade do homem, até nas relações comerciais.

A “Riqueza das Nações” foi publicada no final do séc. XVIII e teve grande importância para o séc. XIX, por influenciar outros pensadores, como podemos destacar da apresentação da coleção “Os Economistas”, no livro 1, sobre a vida de Adam Smith.

A importância da grande obra econômica de Adam Smith é usualmente definida pelos efeitos de sua influência como, alternativamente, o marco do início do enfoque científico dos fenômenos econômicos ou a Bíblia da irresistível vaga livre-cambista

do século XIX. Embora ambas as definições sejam apropriadas, é interessante que, preliminarmente à discussão desses aspectos metodológicos e políticos de *A Riqueza das Nações*, seja apresentado um roteiro de seus principais aspectos teóricos e normativos de modo a fornecer ao leitor uma visão integrada do conjunto de suas proposições analíticas, das quais a obra deriva sua característica adicional de fonte dos paradigmas teóricos sobre os quais foi construída a Economia Política clássica. (FRITSCH, 1996, P.9)

Muitas taxas e impostos cobrados na Idade Moderna, época em que se pregavam ideais de liberdade, provocaram revoltas por todo o território, num processo de mudanças e crescente urbanização da época.

A partir da Idade Moderna, iniciou-se um novo processo de evolução histórica, uma vez que apenas possuir terras – como no modo de produção feudal – não era mais um meio seguro de manutenção do poder. As relações sociais de exploração e dominação já exigiam formas de dominação mais fortes. Então, com a expansão da colonização europeia, era necessário às nações que procurassem manter e ampliar o seu poder, partir em busca de novas conquistas territoriais. Aproximadamente entre os séculos XV e XVII, o feudalismo foi sumariamente substituído por outro modo de produção denominado de capitalismo, que de início foi chamado de capitalismo comercial, visto que as relações econômicas eram baseadas no comércio entre as Nações, “Metrópoles” e Colônias. Nesta época, o comércio expandiu-se por várias regiões, acelerando o processo de concentração de riquezas para a nobreza.

“A primeira etapa da acumulação capitalista é comumente chamada de acumulação primitiva. Realizada inicialmente por meio da transformação das relações de produção, surgimento do trabalho assalariado e concentração dos meios de produção nas mãos de poucos, seguidos da expansão capitalista”.(VICENTINO, 1991; 58).

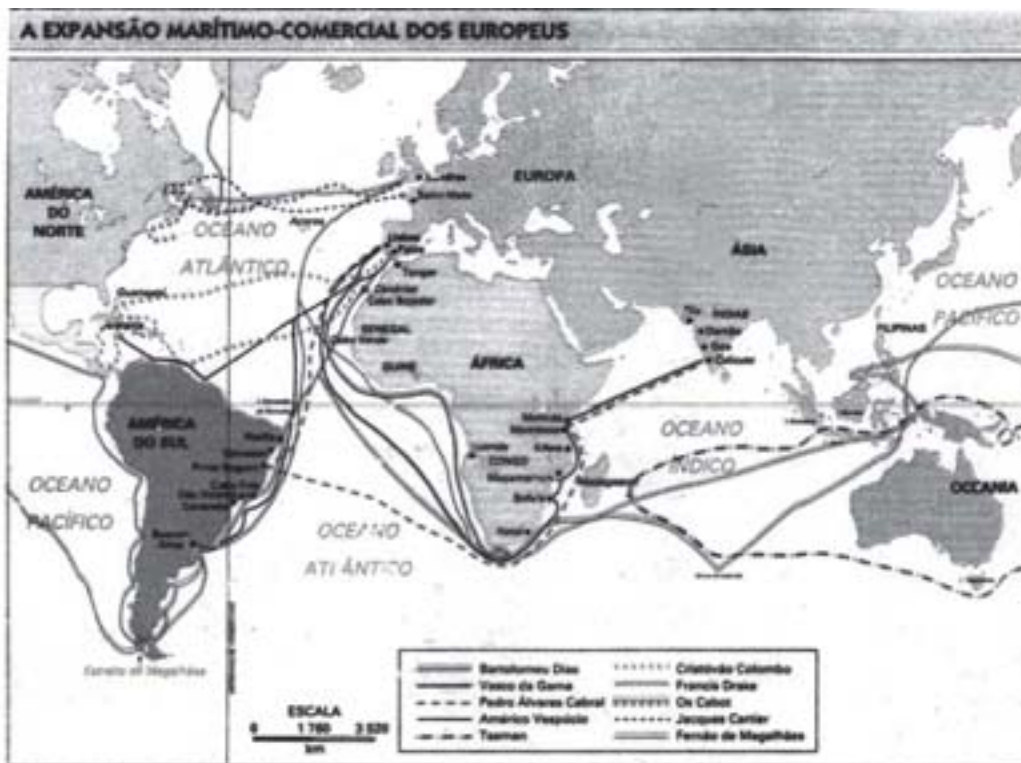
Com o surgimento do assalariado, as relações entre explorador e explorado tornaram-se mais marcantes, pois a grande maioria da população é destituída de quase tudo e vive como subumanos, não possuindo direitos, só deveres.

A acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. È considerada primitiva, porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (...) Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à coesa classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbitas e violentamente, privadas de seus meios de subsistência, lançadas nos mercados de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A exploração do produtor

rural e do camponês que ficam assim privados de suas terras constitui a base de todo o processo. (MARX; 1996, p.89)

Dentro desse contexto, as nações foram sendo estabelecidas conforme o passar do tempo, ampliando a dominação de uma minoria detentora dos meios de produção sobre a grande maioria destituída de terra e direitos civis básicos.

Antes da sedimentação do modo de produção capitalista, o domínio territorial foi sendo ampliado e concretizado, numa época, século XV, em que os limites territoriais foram sendo definidos. Nesse período, a América Latina e, em particular, o Brasil, estavam sendo colonizados por exploração. Podemos exemplificar este processo de colonização da América, África e de parte da Ásia com as grandes viagens de reconhecimento e depois de dominação, com a grande expansão marítimo-comercial dos europeus, durante os séculos XVI e XVII, como é mostrado neste mapa:



Vesentini, J. W. Geografia crítica. V. 13 p. 12. 1996. E Vlach, V.

O processo crescente de urbanização nos séculos XV, XVI e XVII é seguido pela sedimentação do capitalismo mercantil e pela estruturação político-social.

SPOSITO (2001; p.38) descreve muito bem que os estados nacionais absolutistas foram formados pela aliança entre a burguesia e o rei, o que favoreceu o processo de urbanização e o fim do monopólio feudal

sobre a produção de alimentos. Assim, a terra foi transformada em mercadoria, visto que os senhores feudais passaram a vendê-la ou arrendá-la.

Outro ponto importante foi que, para expandir a capacidade produtiva, os burgueses e aristocratas procuraram estimular a formação da manufatura; posteriormente, aumentaram a produção urbana com a organização de grupos de artesãos para produzirem em quantidade, com um mercado pré-definido e com a produção adequada. Ao lado do fortalecimento do rei, cresce uma classe que começa a exigir produtos de luxo e de artes. É neste contexto que a burguesia se consolida e faz acordos com os monarcas. Estes precisavam de dinheiro e de produtos da burguesia; portanto, planejaram a formação de uma moeda única e de impostos “oficiais,” para facilitar o controle das mercadorias, tornando-se mais poderosos.

O comércio com o Oriente estava ficando muito dispendioso, devido às tarifas cobradas pelos povos orientais (árabes, indianos e chineses), inclusive nas fronteiras entre os reinos. Assim, a burguesia, aliada aos reinos de Portugal e, mais tarde, da Espanha, buscam novas fontes de matéria-prima na América. O processo de produção do espaço urbano se acelera e as relações econômicas se diversificam, com o desenvolvimento do comércio a ser feito em vários países e continentes. Conforme descrito pelo livro do centro de estudos angolanos, os comerciantes ganharam muito dinheiro e passaram a emprestar aos produtores, que ficaram dependentes dos mercadores e do capital comercial.

Entretanto o comércio aumentou, estendeu-se e começou a haver um grande comércio internacional. Começou a haver cada vez mais necessidade de produtos para comercializar. O artesanato, baseado na produção individual, não podia satisfazer essas necessidades. Apareceu então, a manufatura que substituiu as oficinas dos artesãos. (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS,1995, p.43))

O CAPITALISMO MANUFATUREIRO

Você notou que o capitalismo comercial se aprofundou, passando a ter outra conotação, agora de capitalismo manufatureiro? Pois é, produtos mais especializados são procurados e aumenta mais ainda a necessidade de trocas e comércio de produtos de outras regiões, diversificando e tornando a cidade mais atraente e o seu espaço interno construído mais valorizado e caro. Nesse sentido, as casas de andar se tornam mais comuns, pois o comerciante prefere morar no piso superior, para alugar ou vender o térreo. Assim, a arquitetura urbana vai-se delineando com formatos mais modernos e diferentes.

Foram construídas grandes fábricas (as manufaturas), tornando os artesãos assalariados; estes vendem sua força de trabalho aos burgueses

e a relação social de produção vai a outro patamar. A pequena “indústria” que era realizada nas casas sofre mudanças em sua produção, também pela necessidade de uma maior área para se produzir.

A produção de excedente, a possibilidade da troca e o uso do dinheiro dão aos artesãos oportunidade de abandonar a agricultura e viver de seu próprio ofício. Mas a diminuição da população agrícola ocorre em função de uma série de inovações agrícolas, tais como o afolhamento e a terra de pousio trienal; a introdução de aveia nessa rotação, o que sugere o uso de cavalos no lugar do trabalho bovino; a introdução do arado pesado. Assim, a agricultura propicia também um novo impulso ao crescimento demográfico e à especialização do trabalho. (CARLOS.1997.p.64-65)

A cidade mercantil ou manufatureira passa a ter uma função mais produtiva, diferente da cidade antiga e medieval, que concentrava mais poderes políticos e religiosos. A cidade, agora, com o aumento significativo de sua população, é mais um lugar de produção da mercadoria e de aprofundamento das relações sociais. Constatamos a sobreposição do poder econômico da cidade sobre o campo, que a partir de então se torna definitivo. A mão-de-obra, embora “livre”, é despossuída, pois os trabalhadores não detinham os meios de produção, apenas sua força de trabalho.

A cidade moderna (Idade Moderna) precisava de uma população mais qualificada, não por opção, mas por imposição do mercado interno e externo. Logo, o capitalismo, na Idade Moderna, deixa de ser mercantil para ser manufatureiro. A respeito disso, SPOSITO descreve.

Outro ponto a ser ressaltado é o desenvolvimento da especialização funcional e, portanto da divisão social do trabalho que se deu nas cidades mercantis; num primeiro momento, através da organização da produção artesanal nas corporações, e num segundo momento, de forma mais acentuada, com o desenvolvimento da manufatura. (2001;40)

Observe que, dentro desse contexto, o capitalismo se estrutura e as relações sociais de produção não acompanham o desenvolvimento das forças produtivas. Isto é inerente ao modo de produção capitalista, que se aprofunda e fortalece mais e mais uma sociedade formada por classes antagônicas. De um lado, a burguesia, com o apoio dos reis, forma as monarquias nacionais, que por sua vez vão formar governos centralizados e absolutistas. Neste período é criado o primeiro Estado: uma sociedade formada por rei, burgueses, nobres e representantes da Igreja. O Estado moderno se estabelece, dando por encerradas, em definitivo, as relações sociais, urbanas e econômicas feudais, aprofundando as relações comerciais com as corporações de ofícios. A partir daí, a manufatura passa a exigir nova qualificação da mão-de-obra proletária. Começava a se formar o proletariado urbano, propriamente dito. Assim, as forças produtivas evoluem para uma sociedade mais avançada. É neste contexto que vai ocorrer a primeira Revolução Industrial.

CONCLUSÃO

Como vimos, meu caro aluno, a cidade, na Idade Moderna, passa por várias transformações, quer sejam no seu formato, quer na sua arquitetura. A cidade moderna adquire um poder econômico e político maior que a cidade feudal. Com o mercantilismo e o processo de colonização, o poder econômico se aprofunda e ocorre um aumento populacional contínuo. Os mercados crescem e a divisão social do trabalho sofre outra mudança. O artesanato se organiza e passa a produzir em maior quantidade e melhor qualidade. A cidade passa de uma fase mercantil para outra mais especializada, chamada de manufatureira. A cidade moderna, no século XVII, já tem uma estrutura urbana mais definida e os muros que limitavam seu crescimento e sua proteção começam a perder o sentido. Portanto, o modo de produção capitalista se consolida na Europa e a colonização por exploração das colônias se expande por todo o Planeta.



RESUMO

Nesta aula, estudamos o processo de estruturação da cidade na Idade Moderna. Neste período, o modo de produção dominante era o capitalista, em sua forma primitiva, chamada de comercial. Ocorreram várias transformações nas cidades com o aumento do mercantilismo e paralelamente com a colonização de outras regiões em busca de matéria-prima. As relações de produção se transformaram e o artesão deixou de ser independente, tornando-se também empregado das corporações, onde a manufatura foi estabelecida e uma nova vertente de produtividade passou a ser definida. A cidade feudal e a terra perderam o sentido do valor de uso e agora, no capitalismo manufatureiro, passaram a aprofundar mais ainda o valor de troca. Além da terra, que tinha um valor de troca, a mão-de-obra camponesa passou a ser um trabalhador urbano. A cidade moderna começa a ter feições determinantes com o poder econômico e político maior e mais definitivo do que o campo. Várias guerras e rebeliões marcaram esta fase, tais como o Renascimento urbano, o Renascimento cultural, a Reforma protestante e a Contra-reforma, além de guerras, revoluções e guerras civis que moldaram o território europeu e definiram as nações poderosas e suas colônias. Neste sentido, entre os séculos XVI e XVIII ocorreram várias transformações na sociedade, no 'tecido' urbano e nas relações de produção que alteraram o processo de estruturação das cidades da manufatura para a fase industrial. Assim, as mudanças nas relações sociais de produção foram marcadas por inúmeras disputas e definições de nações, antes com grande vastidão territorial e mesclada de povos diversos e agora, na segunda metade do séc. XVIII, em estados mo-

dernos. Nações recebem nomes e territórios definidos, a exemplo de Portugal, Espanha, França (antes Gália). O mapa da Europa configura-se e torna-se conhecido como é atualmente; foi publicado e divulgado para o mundo “moderno” durante a Idade Moderna.

ATIVIDADES

Os alunos deverão estabelecer comparação entre os três tipos de cidade. A cidade antiga, a cidade medieval e a cidade moderna (mercantil/manufatureira), demonstrando as características principais de cada uma. Devem relacionar os aspectos econômicos, políticos e sociais deste período histórico e demonstrar como a organização do espaço urbano ficou estabelecida.



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Aconselho a leitura da obra “Os Economistas”, no livro 1; Ainda recomendo a leitura do livro de Adam Smith: “A Riqueza das Nações”, que é uma obra de fundamental importância para a noção da propriedade, sobre o crescimento da produtividade do trabalho, sobre a divisão social do trabalho, sobre o grau de mercantilização, sobre as trocas, sobre a circulação das moedas na Idade Moderna e de vários outros temas de grande importância para o desenvolvimento urbano.

AUTO- AVALIAÇÃO

Sou capaz de estabelecer diferenças entre o modo de produção capitalista da fase inicial para a fase manufatureira? Compreendi as relações sociais na Idade Moderna e sua influência para a organização do espaço urbano?



PRÓXIMA AULA

Vamos estudar, na 5ª aula, a cidade no período do modo de produção capitalista industrial, a partir da Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra em meados do século XVIII.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. 3 ed. São Paulo: contexto. 1997.
- CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS, **O que é a história da sociedade humana**. 7 ed. São Paulo: Global. 1995.
- FRITSCH, Winston, Adam Smith: **A riqueza das nações**, v. 1, São Paulo: 1996.
- MARX, Karl. **O capital: crítica a economia política**: Livro I, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto. 2001.
- TOTA, Antonio Pedro; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História Geral** (novo manual, nova cultural), São Paulo: Nova cultural. 1994.
- VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo: Ática, 1991.

O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

META

Apresentar características da cidade contemporânea e suas principais mudanças nas relações econômicas, sociais e urbanas após a Revolução Francesa e a 1ª Revolução Industrial.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

entender as transformações que ocorreram no processo de produção das forças produtivas do século XVIII ao século XIX.

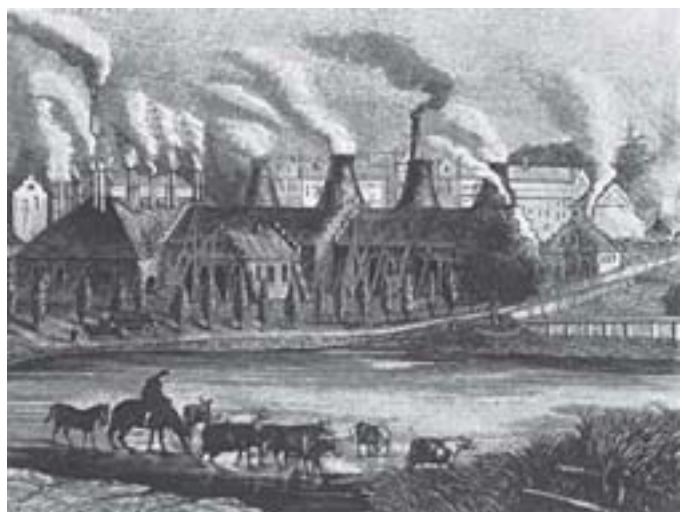
reconhecer as transformações ocorridas no desenvolvimento urbano mundial, a partir do século XVIII, com a ocorrência da Revolução Francesa e da 1ª Revolução Industrial.

estudar as mudanças na divisão social do trabalho e nas técnicas de produção das cidades européias que favoreceram o surgimento da rede urbana.

descrever, de forma geral, o processo que determinou a estruturação da hierarquia urbana.

PRÉ-REQUISITOS

Entender o processo de desenvolvimento das relações sociais de produção do século XVI ao XVIII e o crescimento urbano, com as transformações que ocorreram nas relações econômicas e políticas nesses períodos históricos.



(Fonte: <http://br.geocities.com>).

INTRODUÇÃO

O QUE É O CAPITALISMO INDUSTRIAL?

Olá, meus alunos,

Nesta aula iremos estudar o processo de passagem do modo de produção capitalista comercial e manufatureiro para o capitalismo industrial. Para exemplificar como isso ocorreu, vamos destacar várias transformações que se verificaram nessa fase, no sentido cultural, nas técnicas de produção e nas questões econômicas da Europa, nos séculos XVIII e XIX. Tais mudanças modificaram as relações sociais de produção, a estrutura urbana das cidades e suas regiões. Isso já vinha ocorrendo desde o advento da manufatura, mas outros motivos fizeram com que fosse intensificado tal processo. Assim, a população passou por necessidades de se adaptar às novas técnicas de produção, o que fez aumentar mais ainda o interesse em morar nas cidades ou em regiões na periferia da cidade. Ocorreram também, mudanças na qualificação da mão-de-obra, nas técnicas de produção usadas na transformação da matéria-prima, no aumento da produção, crescimento dos mercados e o reordenamento do espaço construído. Tais mudanças fizeram com que a necessidade da compra de mercadorias fosse cada vez maior. Com a ampliação do mercantilismo, a classe dominante européia, que era constituída pela monarquia, fazia com que os trabalhadores fossem cada vez mais explorados, com mais de dez horas de trabalho diário, com aumento de taxas e impostos. Além dos camponeses e dos novos habitantes da cidade, a burguesia também não suportava mais tantos impostos.

A França não conseguia se igualar às condições econômicas da Inglaterra, pois este país só crescia; assim, era necessário acabar com o absolutismo francês, regime que permitia ao rei deter todo o controle do Estado. Com a Revolução Francesa, em 1789, que tinha como lema ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, ocorreram várias transformações de ordem política, o que acelerou o fim do absolutismo e, conseqüentemente, favoreceu a ascensão da burguesia ao poder político e econômico. Neste sentido, foi sendo consolidada a relação de produções capitalistas industriais. Posteriormente, com o advento da Revolução Industrial, essas mudanças se multiplicaram.

O CAPITALISMO INDUSTRIAL

Nesta aula, vamos entender como ocorreu a passagem do capitalismo comercial e manufatureiro para o capitalismo industrial. Você observou que os vários acontecimentos de ordem política, econômica e social fizeram com que as cidades tivessem outra perspectiva urbana? Entre os acontecimentos históricos mais importantes, podemos citar a Revolução Francesa, que foi considerada o marco de passagem do capitalismo comercial e manufatureiro para o capitalismo industrial, ou seja, da mudança da fase “manufatureira” para a “maquinofatura”. As atividades realizadas pelas mãos dos artesãos vão deixando lugar para participação das corporações de ofício, com a manufatura e depois com a participação das máquinas, o que imprimiu uma maior produtividade e, conseqüentemente, mais exploração do ser humano. A Revolução Francesa provocou o fim do absolutismo francês e a renovação dos ideais de igualdade e liberdade. As mudanças que ocorreram no sistema fabril/ manufatureiro fizeram com que ocorressem alterações nas relações de trabalho na cidade que estava se industrializando.

Vários movimentos de independência ocorridos na América latina marcaram uma ampliação da influência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa ocorridas no séc. XVIII. Com a independência dos Estados Unidos e as várias transformações técnicas e sociais ocorridas na Europa e em várias regiões, foi sendo estimulada, mais ainda, a migração do campo para as cidades; assim, segundo Maria Encarnação, o processo de urbanização foi crescente na Europa, a partir da Revolução Industrial, quando ocorreu um aumento significativo da sua população, de forma geral. Entretanto, foi na Inglaterra que a população urbana aumentou com mais intensidade, em relação à população rural. No século XIX, já existia, na Inglaterra, uma concentração populacional considerável, como é citado pela autora:

O melhor exemplo da urbanização foi, sem dúvida, o da Inglaterra, primeiro espaço de desenvolvimento pleno do capitalismo industrial. No começo do século XIX a proporção de pessoas nas cidades de mais de cem mil habitantes era da ordem de 10%, sendo que quarenta anos depois era de 20% - aumento grande se comparado ao crescimento observado no século anterior para a Europa. (SPOSITO, 2001, p.49).

O QUE ENTENDEMOS POR REGIÃO?

Com o processo de urbanização crescente, o termo Região começou a ter outra interpretação. Inclusive CORRÊA (2007), no seu livro “Re-

gião e Organização Espacial,” escreveu um capítulo sobre Região, descrevendo a sua complexidade. Neste capítulo, o autor descreve o conceito de geografia natural e de determinismo ambiental, revelando a influência da natureza sobre a delimitação da região. No final do século XIX, mediante o capitalismo na sua fase imperialista, ocorre uma reorientação do conceito de região. O neocolonialismo aprofunda o domínio dos países europeus, nas Américas, na Ásia e na África. Com avanço dos meios de transportes e comunicação, a região perdeu o sentido natural, onde a natureza influenciava os limites territoriais. A partir do final do século XIX e início do século XX, começaram a surgir as teorias sobre o possibilismo, e a região tomou outro significado.

“Com diferenças em maior ou menor grau, essas idéias aparecem na França no final do século passado com Paul Vidal de la Blache, na Alemanha da primeira década deste século com Otto Schlüter, e nos Estados Unidos, em 1925, com Carl Sauer, que se inspirou nos dois mencionados autores.” (CORRÊA, 2007, p.28).

No entanto, surgiram outros conceitos sobre região, visto que o espaço geográfico estava passando por inúmeras transformações e as teorias empíricas de Vidal de la Blache foram recebendo críticas.

O conceito vidaliano de região recebeu inúmeras críticas de Lacoste e de Claval. O primeiro dos geógrafos franceses comenta que na escolha dos elementos que se combinam há uma seletividade que considera apenas os antigos, de longa duração, desprezando os elementos de origem recente. Isto significa que, implicitamente, concebe-se a região como uma entidade acabada, concluída. ...A concepção vidaliana de região implica uma postura empirista, na medida em que ela é vista como algo dado, auto-evidente. Finalmente, a idéia de harmonia não é adequada às sociedades estruturadas em classes sociais. (Idem, p.31).

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

No decorrer do século XX, novas idéias surgiram como a ‘Nova Geografia’, agora, segundo o autor citado, fundamentada no positivismo lógico. Na década de setenta, surgem questionamentos sobre a Geografia tradicional, agora com as novas idéias da ‘Geografia crítica’ que, segundo CORRÊA (2007), passaram a utilizar o materialismo histórico e a dialética marxista. Alguns autores são citados tais como Lipietz, Villeneuve, Dulong e no Brasil podemos citar alguns como Aluizio Duarte e Chico de Oliveira.

Com o desenvolvimento industrial e a utilização de novas técnicas de produção, a população camponesa, em busca de melhores condições de vida, migra mais ainda para as cidades. Contudo, o que esta população

não sabia era que ela seria utilizada como mão-de-obra barata para as classes detentoras dos meios de produção, visto que teriam que se enquadrar nas novas habilidades inerentes às atividades realizadas nas cidades. O processo de produção industrial era crescente e a necessidade de mão-de-obra barata também. Para isto vinham as massas de camponeses em busca de qualquer ocupação que ajudasse na sua sobrevivência.

Inicialmente, as primeiras indústrias se localizavam nas cidades e ao redor delas, mas, com a necessidade de uma área maior para construir as indústrias e de matéria-prima, a maioria das indústrias do século XIX em diante passaram a ser localizadas nas áreas perto das fontes de matérias-primas. Assim, várias cidades surgiram em volta das indústrias e a população destas novas cidades foi aumentando cada vez mais, com o processo de urbanização. Com isso, começou a ocorrer a formação e exploração de uma classe operária urbana emergente. Portanto,

“inúmeras cidades surgiram e/ou se desenvolveram durante o século XIX, próximas as regiões carboníferas, não somente na Inglaterra, como na bacia do Ruhr (Alemanha), do Donetz (Rússia) e na Silésia (Polônia)”. (Idem, p.52).

Após o século XIX, descrito por SPOSITO (2001), ocorreram mudanças estruturais na função das cidades que provocaram mais ainda a especialização de sua mão-de-obra, o que fomentou a estruturação de uma **rede urbana** especializada e concentrada. Isto fez com que se formasse, como dizia Karl Marx, “um exército industrial de reserva”. Todavia, a questão é que as cidades, em tamanhos diferentes, tinham também uma população com características distintas, o que fez com que o processo de divisão social do trabalho fosse diferenciado, mas, no geral, as novas técnicas de produção foram se igualando conforme o sistema produtivo capitalista determinasse. Por outro lado, em cada centro urbano que comandava várias cidades menores, havia uma determinada especialização, quer pelo tipo de indústria que existia na cidade, quer pelo grau de importância dessas indústrias. Nesse processo foi gerada, também, uma divisão territorial do trabalho.

Rede urbana

Segundo MOREIRA e SENE, (2002) “A rede urbana é formada pelo sistema de cidades, no território de cada país, interligadas umas as outras através dos sistemas de transportes e de comunicações, pelos quais fluem pessoas, mercadorias, informações, etc.”

Essa necessidade de uma mão-de-obra mais “qualificada” foi aprofundada com a especialização dos transportes e das comunicações. Com a construção da rede ferroviária, a ligação entre as cidades de tamanhos e estrutura urbana diferentes ficou mais intensa e muito mais rápida. Isto gerou uma multiplicação de redes urbanas, que foram diferenciadas, pelo seu grau de importância econômica e industrial. Assim, foi sendo estruturada a rede de hierarquia urbana até formar as metrópoles, como foi descrito pela mesma autora a seguir:

Com o modo de produção capitalista assim se desenvolvendo, a rede urbana foi se constituindo hierarquicamente, tendendo à formação de grandes aglomerados urbanos – as metrópoles – espaços de concentração de capital, de meios de produção, e locus da gestão do próprio modo de produção. (Idem, p.54) (Grifo nosso).

Após essas transformações, ocorridas entre o final do século XIX e início do XX, as relações de produção se aprofundam e os senhores capitalistas industriais buscam novas formas para manter e aumentar seus lucros nas indústrias e nas fábricas. Entre essas novas exigências, os patrões buscaram exigir mais e mais o aumento da produtividade, com o policiamento das atividades dos operários nas fábricas, inicialmente, e posteriormente também, em suas rotinas diárias, mesmo na hora de folga e fins de semana. Esta exploração da força de trabalho dos operários gerou a mais-valia (citada por Karl Marx) de forma que a compra dos instrumentos de produção, citado também por SPOSITO, como a matéria-prima, as ferramentas, as máquinas e a força de trabalho, estavam embutindo o lucro cada vez maior. Assim, o trabalhador, que era o artesão (com a “propriedade” da sua força de trabalho) passa a ser também parte da produção, ou seja, mesmo que receba por hora extra, ele não tem liberdade para escolher em que vai trabalhar e onde vai trabalhar.

Há registros referentes à primeira metade do século XIX, que apontam para jornadas de trabalho de até 16 horas diárias na Inglaterra, incluindo-se o trabalho de mulheres e crianças, que precisavam também vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência familiar. (Idem, p.48).

O operário trabalha sem condições adequadas, e com o que recebe não é efetivamente pago; assim, é gerada a mais-valia absoluta. Além desta, existe também a mais-valia relativa, em que além de sua força de trabalho, o industrial e os donos das fábricas passam a utilizar as máquinas, o que aumenta mais ainda a produção, com mais rapidez, padronização e qualidade dos produtos. Neste contexto com a inclusão da máquina a vapor, por exemplo, nesta época, foi aprofundada a mais-valia, agora denominada por Marx de mais-valia relativa. A exploração e o lucro dos empresários não estavam apenas na utilização da mão-de-obra barata,

Semi-escravos

Conceito definido pelo autor, para designar os povos que têm uma falsa liberdade, pois as suas vidas são definidas pela decisão dos governantes dos países dominadores, definidos como desenvolvidos. No caso do Brasil, por exemplo, os trabalhadores atuais, cumprem horário de trabalho, são obrigados a fazer hora extra, mas não têm condições de se alimentar de maneira adequada, nem de cuidar de sua saúde. Neste sentido sua força de trabalho é muito explorada, eles não têm correntes nos pulsos e pernas, mas eles não têm liberdade, de pensar, agir e viver dignamente).

Agora, vamos citar outros fatos que fizeram aprofundar as relações capitalistas de exploração entre os países dominantes e o ‘resto do mundo’. Para que isto se aprofundasse, ocorreu o neocolonialismo, que foi a partilha de colônias na África, Ásia, Índia e outros territórios a partir do século XIX. As nações dominantes, tentando evitar mais guerras e gastos, e também por ganância, buscaram se entender realizando, entre outras tentativas, “a conferência de Berlim”, onde decidiram partilhar vários territórios africanos, impondo seu poder militar e ideológico, fazendo aprofundar a dependência desses povos para com eles, tornando o povo desses territórios submissos “**semi-escravos**”.

Estes fatos podem ser exemplificados com a dominação da Inglaterra sobre a Índia, (ver filme a vida de Mahatma Gandhi) onde até a língua oficial era o inglês. Os indianos eram tratados como servos ou mesmo escravos em seu próprio país. Contudo, com a influência do grande líder político Gandhi, o povo indiano vislumbrou uma nova vida, mas com várias revoltas e sofrimentos vários, alcançando até sua independência política, muitos anos depois, em 1947.

Nos países africanos também ocorreram várias arbitrariedades contra suas populações e em prejuízo de seus territórios. Os territórios foram fragmentados, negociados e cedidos sem levar em consideração o interesse de suas populações. Esses territórios eram saqueados no que tinham de melhor, nas suas riquezas naturais, na sua cultura, no seu artesanato, na sua fauna e flora etc. Foram inúmeras as formas de crimes cometidos com esses povos, que fizeram com que o poderio econômico e militar das nações dominantes, conhecidas como “metrópoles” européias, aumentasse cada vez mais, em detrimento das regiões e dos países colonizados por exploração.

O processo de urbanização foi sendo intensificado, à medida que eram criadas outras formas de controle da produção. Mais tarde o capitalismo industrial passou para outro patamar mais intenso de exploração, que é o capitalismo financeiro internacional. Assim o mundo estava sendo globalizado e as relações comerciais eram definidas pela economia mundial comandada pelos grandes grupos industriais, formados por extensas redes e conglomerados de indústrias, conhecidas como cartéis, trustes e holding.

No século XX, estas relações de produção vão ser intensificadas em todas as regiões mundiais e, principalmente, a partir do momento em que o modo de produção capitalista passa para a sua fase monopolista ou imperialista.

CONCLUSÃO

Neste capítulo estudamos o processo de consolidação do capitalismo industrial. Analisamos como o modo de produção capitalista passou para a fase industrial e como isto foi sendo refletido nas cidades em todo o mundo. O processo de desenvolvimento de relações sociais de produção foi acompanhado pelo desenvolvimento desigual das cidades mundiais. Os países centrais, inicialmente comandados pelo bloco europeu, foram articulando e estruturando as mudanças necessárias para a reprodução do grupo econômico e político que se mantinham no poder. Em tal processo, as inovações técnicas foram implantadas nos centros urbanos maiores e assim passadas para os centros menores. As mudanças nas cidades ocorreram desde o plano arquitetônico, na estrutura básica (esgoto, saneamento, iluminação, ruas, etc), no formato e nos tipos de cidades. Uma passaram a exercer funções administrativas, outras bancárias e outras industriais. Mas os grandes centros urbanos detinham todas as funções, além destas citadas, como também comandavam as inovações tecnológicas e interferiram nas relações de trabalho, que foram sendo, obrigatoriamente, repassadas para os demais centros menores e depois para algumas cidades que conseguiam crescer dentro desta estrutura. Analisamos também como o processo de industrialização estimulou a grande urbanização. Assim a concentração populacional passou a ser maior, e de forma definitiva e crescente, nas áreas urbanas em detrimento das áreas “rurais”. Com o processo industrial crescente o camponês e o artesão perdem a importância na escala produtiva. Agora, os moradores das cidades, passam a ser assalariados, despossuídos tanto de liberdade, quanto de condições econômicas. Passam a pertencer a um “exército industrial de reserva” que era crescente à medida que os centros cresciam, as indústrias se proliferavam no mundo. O processo de urbanização foi sendo intensificado a medida em que eram criadas outras formas de controle da produção. Mais tarde o capitalismo industrial passou para outro patamar mais intenso de exploração, que é o capitalismo financeiro internacional. Assim o mundo estava sendo globalizado e as relações comerciais eram definidas pela economia mundial comandada pelos grandes grupos industriais, formados por extensas redes e conglomerados de indústrias, conhecidas como cartéis, trustes e **holding**.

Holding

O moderno conceito de holding é uma posição filosófica. É principalmente uma atitude empresarial. Enquanto as empresas, chamadas operadoras estão preocupadas com o mercado em que atuam, com as tendências do cliente, com a concorrência e com outros problemas externos, a holding tem uma visão voltada para dentro. Seu interesse é a produtividade de suas empresas controladas e não o produto que elas oferecem”.

RESUMO

Neste capítulo foi estudado como o modo de produção capitalista passou da fase manufatureira para a fase industrial. Identificamos acontecimentos históricos, tais como a Revolução Francesa e a 1ª Revolução Industrial, que tiveram decisiva participação no processo de desenvolvimento das forças produtivas, em detrimento das relações sociais de produção. Observamos que o desenvolvimento industrial favoreceu um grande crescimento urbano e a formação de uma rede urbana. A população, neste período, passou a se concentrar mais e mais nas cidades e em suas periferias que se multiplicavam com o processo de **urbanização**.

Os trabalhadores do campo, agora se fixando nas cidades, passaram a ser assalariados. Foram aos poucos se enquadrando (forçadamente) nas exigências do mercado industrial. As fábricas foram sendo multiplicadas e suas localizações agora estavam próximos às fontes de matéria-prima, onde se tornava mais barata, com menor custo de transporte e com o lucro crescente. A exploração da classe operária, nas fábricas e nas indústrias, a cada dia é mais intensa, com os turnos de trabalho que “entram” pela noite, sem parar um só um minuto. Isto fez com que os grandes conglomerados industriais fossem aprofundando a expropriação de uma classe que passava a formar “um exército industrial de reserva”.

Assim a estruturação de uma rede de **hierarquia urbana** foi delineada, e os centros menores passavam a ser comandados pelos maiores. A cidade contemporânea passa a ter todos os serviços necessários à reprodução e ao consumo de uma classe privilegiada. A metrópole reina na escala econômica, em todos os níveis, quer em nível mundial, regional ou local.

ATIVIDADES

Os alunos deverão escrever um artigo, que demonstre o conteúdo estudado desde a primeira aula, com o modo de produção primitivo, até o fim do conteúdo desta aula, explicando a efetivação do modo de produção capitalista e a evolução do processo de urbanização mundial.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Sugiro que vocês assistam ao filme a vida de Mahatma Gandhi, em que é demonstrado o processo de colonização Britânica sobre a Índia, e os problemas enfrentados pelos indianos, na tentativa de verem o seu país reconhecido como nação soberana.

Nesta aula, nos concentramos em poucos autores, mas vamos

Urbanização

Segundo o autor, é o processo de crescimento das populações urbanas, consequente do deslocamento das populações das áreas rurais para as áreas urbanas, ou seja, é o crescimento da população urbana consequente do êxodo rural.

Hierarquia urbana

“Corresponde à influência que exercem as cidades maiores sobre as menores. O IBGE identifica no Brasil a seguinte hierarquia urbana: metrópole nacional, metrópole regional, centro submetropolitano, capital regional e centros locais. In: <http://pessoal.educacional.com.br/up/>”.

exemplificar uma outra abordagem de como estudar o desenvolvimento das forças produtivas na cidade. Exploramos de maneira mais detalhada a autora Maria Encarnação Sposito, porém precisamos aprofundar o tema com novas leituras e com outros autores, para uma abordagem mais diversificada. Utilizamos também Henry Lefebvre e recomendamos a sua leitura, para entendermos melhor a relação do cidadão com a vida urbana. Surgiu a leitura do poema de César Verde. Ave-Maria, Noite fechada, Ao gás e Horas mortas.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula vamos estudar a fase mais atual do capitalismo, com a estruturação do capitalismo monopolista internacional.



AUTO-AVALIAÇÃO

Fui capaz de compreender como se deu a passagem do capitalismo manufatureiro para o capitalismo industrial? Posso entender agora as relações de produção no capitalismo industrial? Ficou claro para mim o que ocorreu com o processo de formação das cidades na zona urbana?

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.
SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e urbanização**. 11 ed. São Paulo: contexto, 2001.

O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA MONOPOLISTA E O CRESCIMENTO MUNDIAL DAS METRÓPOLES

META

Descrever as características do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, exemplificando as mudanças no que concerne a relações sociais de produção, organização urbana, o início da formação do mercado mundial e as inovações tecnológicas.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

conhecer as características do modo de produção capitalista em sua fase monopolista.

identificar as grandes mudanças pelas quais o capitalismo passou, até chegar a uma sociedade internacional globalizada.

reconhecer as especificidades das cidades globais e sua influência nas populações mundiais.

entender como é o mundo multipolar e suas implicações nas regiões periféricas e dependentes.

PRÉ-REQUISITOS

Ter estudado as características do modo de produção capitalista industrial, e as transformações que ocorreram, nesta fase, em relação ao desenvolvimento técnico, científico, territorial, como também, nas relações sociais, na urbanização das cidades e no aumento do número das metrópoles mundiais.



A construção de novas cidades pela Housing Development Board de Cingapura é um exemplo de urbanização planejada (Fonte: <http://pt.wikipedia.org>).

INTRODUÇÃO

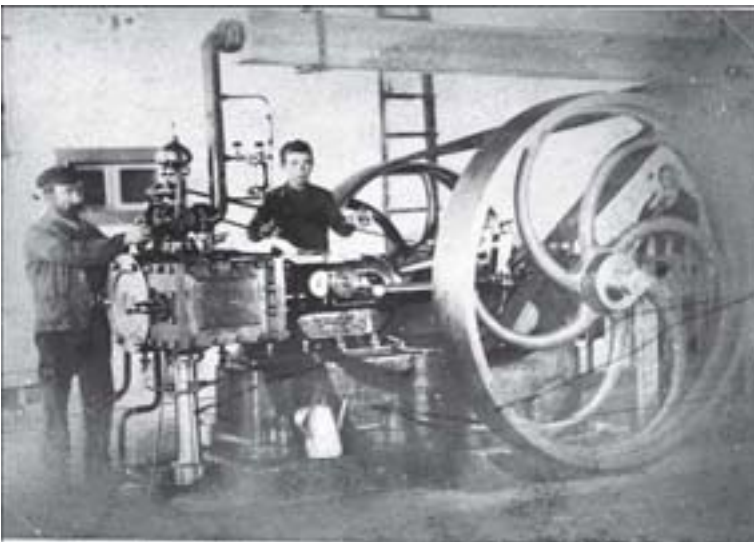
Caro aluno,

Estamos aqui para mais uma aula. Esperamos que estejam entendendo o assunto e gostando da disciplina. É muito interessante saber como se desenvolveram as cidades ao longo da História.

Nesta aula, vamos estudar o processo de desenvolvimento por que o capitalismo passou até se tornar monopolista. Após as transformações ocorridas desde o século XIX até o século XX, o sistema capitalista passou para a fase conhecida como monopolista internacional. O modo de produção capitalista se aprofundou, passando a controlar, mais ainda, as regiões “periféricas” mundiais, do ponto de vista econômico, de maneira mais completa e complexa. Você já percebeu que a exploração de um grupo bem maior por um menor continua? A sociedade evolui, os processos se modificam, mas a exploração do homem pelo homem é a mesma. O capitalismo agora monopolista, como a própria palavra expressa, exerce um controle mundial da produção e dos meios de produção. A partir desta época, as grandes indústrias mundiais passam por uma estruturação do controle de produção, visando a um maior aumento de seus lucros. Para isso, grandes conglomerados de empresas passam a controlar de maneira mais profunda as regiões e os países ditos periféricos ou subdesenvolvidos.

Após ocorrerem várias guerras na Europa, na Ásia, na África e na América, em busca de novas conquistas territoriais, matéria-prima e mão-de-obra barata, as nações que tinham o poder econômico e militar buscavam aumentar a quantidade de suas reservas de matéria-prima; isso gerou

grandes contingentes populacionais dependentes de seus serviços e de produtos industrializados. Depois de várias guerras e conquistas, as nações comandadas pelo bloco europeu e depois pelo americano passam a controlar a produção econômica mundial. Logo, vamos relacionar, de forma geral, os motivos e as conseqüências deste processo de expansão do capitalismo internacional, em sua fase monopolista, segundo LÊNIN (1979), para sua fase imperialista.



Maquina a vapor (Fonte: <http://www.eb23-cmdt-conceicao-silva.rcts.pt>).

O CAPITALISMO FINANCEIRO INTERNACIONAL

No final do século XIX e início do XX, o capitalismo começou a passar para outra fase mais adiantada, de exploração das forças produtivas, que é o capitalismo financeiro internacional. Neste período de aprofundamento da expropriação dos instrumentos de produção, o sistema econômico passou a contar com a participação mais aperfeiçoada e complexa dos bancos que pertencem ao sistema financeiro de grupos de nações desenvolvidas. Ou seja, os conglomerados eram formados por empresas que também detinham o controle de finanças e grandes recursos de capitais. Assim, os grupos mais fortes passam a se unir em busca de um maior controle na economia e política mundial.

Essa participação dos bancos e das organizações que controlavam a economia já existia desde a Idade Moderna, inclusive muitas cidades surgiram em função dos bancos. Agora, com a influência internacional, os bancos passam a ter uma estreita relação monetária com os industriais, e as cidades, nos países periféricos, passam a depender e ter influência mundial dos grandes conglomerados de indústrias, que se unem para aprofundar e multiplicar, ainda mais, as negociações e os lucros das instituições bancárias.

As grandes nações (ou as nações de maior poder econômico), passaram a investir em regiões, na “periferia” dos grandes centros urbanos, fornecendo empréstimos a juros altos, o que aprofundou a dependência das “ex-colônias”, hoje formada por países subdesenvolvidos, que passaram a ser mais ainda dependentes das metrópoles mundiais. O mapa mundi com a denominação de “Os Bárbaros do Sul” foi utilizado por VICENTINO (1992) e SCALZARETTO (1992). Neste trabalho, eles separam o mundo entre o Norte desenvolvido e o Sul, subdesenvolvido.

A linha de pobreza não é a linha do Equador. O Sul pobre invade o Norte geográfico. Todos os países do Sul são subdesenvolvidos, exceto a Austrália. Impressiona o número de pobres e miseráveis, que somam mais de 1,5 bilhão de habitantes no Sul. (VICENTINO;SCALZARETTO, 1992, P.47) (Os dados de pobres e miseráveis citados são da década de 90).

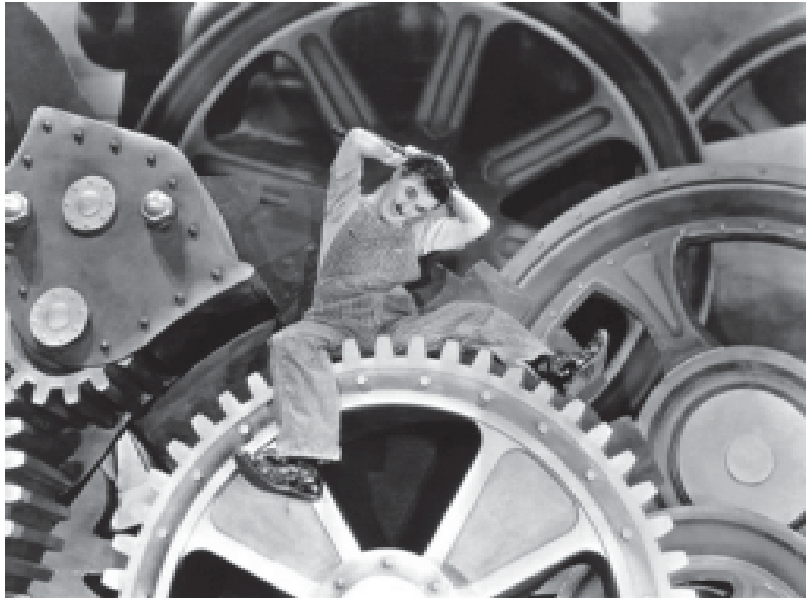


O mapa mundi: “Os bárbaros do Sul (Fonte: VICENTINO; SCALZARETTO, 1992, p. 47).

Esses países subdesenvolvidos procuravam também, de maneira incessante, os bancos das nações desenvolvidas, em busca de empréstimos, para tentar solucionar as crises econômicas internas, que se vinham avolumando desde a sua independência política. As concessões feitas através de empréstimos e doações, pelos grupos dos países ricos, aprofundaram a dependência e a crise econômica dos países “pobres”, em vez de melhorar as suas condições financeiras. Isto ocorreu porque os países desenvolvidos não estão preocupados, na verdade, em resolver as crises dos países pobres, mas pelo contrário, esses países financiadores aprofundam a miséria e as desigualdades das nações periféricas e subdesenvolvidas. Organizam-se em grupos de empresas que promovem e alcançam o controle da produção, dos mercados e das vendas dos produtos no mundo todo. Com isto, o capitalismo industrial, agora monopolista e internacional, que é formado pela articulação entre as potências, fez surgir mais uma forma de aprofundar o domínio do mercado internacional, controlando o que se produz, onde e quando se produz e para quem se produz. Desta maneira, foram sendo estruturados cartéis, trustes e “holding”, que foram novas maneiras criadas pelos capitalistas, para explorar mais ainda as ex-colônias e até países que alcançaram a sua independência política, como foi o caso do Brasil, que proclamou a sua República no final do século XIX (1889).

Com este processo de avanço tecnológico e de controle da produção, as nações “desenvolvidas” se tornaram mais ricas. As matrizes das indústrias começaram a implantar as filiais em todos os continentes, criando

meios de melhor controlar a produção dos trabalhadores nas fábricas e indústrias, de modo que eles eram “monitorados” desde a produção, na hora da refeição ou do lanche e até nas suas vidas particulares. Estavam implantando novas formas de regulação de produtividade, o “taylorismo, com as idéias de James Taylor.”



Cena do filme Tempos Modernos (Fonte:<http://www.moedeiro.blogspot.com>).

Posteriormente, também no final do século XIX, Henry Ford, pensando em baratear o custo de produção e do produto final, como também em acelerar a produtividade, implantou a “linha de produção” (acrescentar o filme: A vida de Henry Ford), fazendo com que os operários fossem treinados para executar só uma tarefa, de maneira repetitiva e com certa qualidade. Assim, o trabalhador da indústria se torna “robotizado”, ou seja, treinado para executar uma determinada tarefa cada vez que um determinado produto (um ventilador, um automóvel, uma televisão, por exemplo) fosse passado na linha de produção. Assim, foi criado o termo conhecido como modelo fordista de produção, que era mais uma estratégia dos capitalistas e donos de fábricas, para controlar a produtividade, barateando o produto e diminuindo o tempo para a produção deste produto. No filme sobre a vida de Henry Ford, podemos constatar a existência da linha de produção, onde a fabricação do automóvel (Ford, modelo T) era realizada ao mesmo tempo por centenas de funcionários, numa linha que parecia uma linha férrea, onde o veículo ia-se deslocando e cada operário, com sua especialidade, ia montando partes deste automóvel. Assim, o tempo para que um automóvel ficasse pronto diminuiu consideravelmente.

(Sobre o Fordismo e o desenvolvimento das técnicas de produção do automóvel, iremos estudar mais aprofundadamente na próxima aula).

Outro aspecto a ser colocado neste período é que após um século da Primeira Revolução Industrial, constatamos também vários benefícios para a população mundial como um todo, visto que ocorreram várias descobertas e invenções na Medicina, na Engenharia, na alimentação, na indústria têxtil etc.

O progresso científico, ao melhorar a alimentação (através da introdução de novos produtos como o trigo e a batata, além da carne durante todo o ano) e propiciar a melhoria da saúde, diminuem a taxa de mortalidade. A utilização do ladrilho e da madeira, em vez de argila e da palha na construção das casas cria novas condições de vida e uma nova configuração espacial.

O mundo rural perde seu papel na sociedade que se está criando na medida que o processo de produção se dá sob a base de um novo regime de produção de divisão do trabalho entre o comércio e a manufatura asentados na cidade e a atividade agrícola, no campo. (CARLOS, 1992, p.33) (Grifo nosso).

Você percebeu que muitas transformações foram fruto da Revolução Industrial? Inicialmente, pela máquina a vapor, depois pela descoberta do petróleo e depois com a invenção da energia elétrica. Todas essas invenções vieram transformar a vida do homem e das cidades, em todas as regiões mundiais. É claro que o progresso e as novidades não ocorreram ao mesmo tempo e em todas as partes do mundo. Mas é notório que, paulatinamente, as nações menos desenvolvidas foram usufruindo das benesses das inovações técnicas desenvolvidas a partir da Primeira Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra. Como consequência dessas inovações, ocorre um aumento da urbanização, de maneira mais ainda acelerada.

AS CIDADES NO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Como vimos, na fase do capitalismo industrial monopolista, as cidades vão sendo incorporadas às redes urbanas; as maiores (metrópoles) comandavam o processo produtivo, existindo assim uma escala decrescente das redes urbanas maiores para as menores; as grandes regiões metropolitanas mundiais aprofundam o controle das demais metrópoles existentes nos países menos desenvolvidos, até que o processo produtivo se torna padronizado e dependente.

A Primeira Revolução Industrial trouxe várias melhorias nas condições de vida dos cidadãos, quer seja na infra-estrutura básica das cidades, com novos tipos de esgoto, saneamento mais planejado, pavimentação

mais moderna, quer seja no campo científico, com novas vacinas, controle de epidemias, novos antibióticos, como também na indústria alimentar e têxtil. Também fez multiplicar a produção e aprofundar a divisão social e territorial do trabalho mundial. Antes o homem produzia para a sua subsistência; depois passou a acumular e a reproduzir, não só os produtos, mas o capital, que é um produto ‘volátil’ e abstrato, fazendo tornar “gigante” a estrutura econômica capitalista mundial.

Após 1860, outras inovações aprofundaram mais ainda a distância entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, à mediada que o capital mundial se reproduzia. Neste caso, podemos citar Ana Fani, que destaca estas condições de mudanças:

a) inovação nos instrumentos e métodos de trabalho; b) incremento da produtividade do solo, liberando a população do campo que migra para a cidade e vai servir de mão-de-obra para a manufatura e, posteriormente, para a grande indústria; c) ampliação do comércio; d) desenvolvimento dos transportes e melhoria das vias de comunicação, expandindo o mercado interno e externo; e) utilização de outras fontes de matéria-prima; f) diminuição dos preços das mercadorias; g) desenvolvimento do crédito; h) melhoria da vida da população (saúde, habitação, alimentação). (Idem, p.28) (Grifo nosso).

Nesta fase do capitalismo monopolista, a divisão do trabalho sofre várias transformações que revelam uma nova fase de produção; agora, com maior especialização e vários turnos de trabalho, o cidadão passa a incorporar uma vida urbana, com exigências e controle na vida dos trabalhadores. Apesar das melhorias citadas acima por Ana Fani, o trabalhador assalariado incorpora um custo de produção mais barato, o que aumenta mais e mais o lucro dos empresários e dos representantes dos conglomerados mundiais. Todos esses grupos têm seu capital aplicado e desenvolvido em várias regiões mundiais. Este custo de produção se torna mais barato, devido às péssimas condições a que os trabalhadores da periferia do mercado mundial vêm sendo historicamente submetidos, visto que, além dos baixos salários, existem os incentivos para as Nações onde estão localizadas as matrizes dos grandes conglomerados industriais.

Podemos citar algumas empresas que fazem parte desta teia industrial, como a Nestlé, a Coca-cola, a Nike, a Adidas, a Renault, a Volkswagen, a Ford, a Toyota etc. Todos esses grupos têm seu capital aplicado e desenvolvido. Assim, ficam isentos de impostos e recebem condições bastante vantajosas para instalarem as filiais nos países que fazem parte da periferia do mercado mundial. Existe também uma padronização dos produtos destas empresas em todo o mundo, o que lhes favorece mais ainda e aprofunda a dependência dos consumidores mundiais, principalmente

dos países periféricos, onde a população, quase na sua totalidade, só usufrui das inovações tecnológicas mundiais, em pequena parcela, ou através da compra de produtos falsificados. O resultado “final” deste processo de “evolução” por que passou o capitalismo, da fase industrial para a monopolista internacional, foi que o trabalhador tornou-ser um objeto do sistema e não um membro com direitos, nesta sociedade.

O autor Horieste Gomes descreve muito bem a situação vivenciada pelos trabalhadores em todas as regiões mundiais:

Com o aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas de produção, bem como do invento de novas máquinas e ferramentas, o capitalismo imprimiu um “ritmo de maratona” em seu processo de produção e capitalização. A disciplina no controle de produção tornou-se muito mais exigente, muitas vezes por meio de implacáveis medidas de coação e violência. A jornada de trabalho longa e o salário irrisório envolvem adultos, mulheres e crianças em níveis exploratórios elevados em termos de mais valia, e reduzem os operários à mera condição de objetos da produção capitalista. (GOMES, 1992, p.50) (Grifo nosso).

(Para demonstrar a exploração da classe trabalhadora, indicamos o filme ‘Denz’, um grito de revolta, que revela a situação dos operários nas fábricas de fiação e tecido no final do século XIX, na Europa).

Com o capitalismo monopolista, o desenvolvimento se alastrou, mas de forma desigual e esta desigualdade do crescimento aconteceu de maneira planejada, tanto em nível mundial, nacional, como também local. Esse processo de dominação x dependência em que os países pobres estão inseridos faz parte de uma estratégia articulada pelas nações hegemônicas, com o objetivo de perpetuar e aprofundar a dependência econômica, política e hoje, de maneira mais evidente, nos meios de comunicação, na Internet. Assim, podemos citar, mais uma vez, para exemplificar as palavras da autora:

É fácil questionar esta análise, quando nos lembramos de que a industrialização (sinônimo de desenvolvimento) tem sua origem na acumulação de capital, decorrente do renascimento comercial e da indústria manufatureira, “fenômeno” para os quais o pacto colonial era necessário. Além disso, esta indústria dos países centrais” pôde se desenvolver através da descolonização (lembra-se como a Inglaterra apoiou este processo?), com vistas à formação e ampliação dos mercados consumidores necessários à produção em larga escala.

Isto quer dizer que há uma articulação desenvolvimento-subdesenvolvimento, e não apenas seqüências ou fases de um

desenvolvimento único, engendradas pelo capitalismo avançado, e concretizadas em diferentes escalas do território (partindo da cidade, passando pela região e atingindo o nível nacional). A evidência da articulação entre as economias nacionais sob o capitalismo, e de sua integração numa economia global é o fato de que apesar de haver um desenvolvimento e industrialização a nível mundial, ele seja diferenciado, embora combinado. (SPOSITO, 2001, P.69). (Grifo nosso)”.

A partir da citação, podemos concluir que há exemplo disto em todas as regiões mundiais, e aqui, localmente, constatamos também estas contradições, pois existem inúmeras filiais que estão ligadas às matrizes, quer seja no ramo alimentício (Nestlé, Mac Donald, Coca-cola, etc) quer seja no ramo automobilístico (Volkswagen, Renault, Ford, GM etc) ou no ramo de calçados (Adidas, Nike, Puma, etc). Existe, de fato, uma articulação que vem sendo historicamente planejada, desde a estruturação do modo de produção capitalista. Mais recentemente, no final década de 80, reuniram-se na capital dos Estados Unidos vários organismos internacionais, com o objetivo de controlar as economias dos países periféricos. Esta reunião ficou conhecida como o Consenso de Washington, em que foi delineada a estratégia para controlar e direcionar as decisões desses países, sem os interesses dos presidentes ou, principalmente, de suas populações. Na próxima aula, vamos detalhar um pouco mais este assunto.

CONCLUSÃO

O capitalismo em sua fase mais avançada que chamamos de monopolista favoreceu o desenvolvimento das cidades, modernizou-as, dando conforto aos cidadãos, por um lado. Por outro lado, gerou o empobrecimento das classes exploradas pelos grandes empresários e acentuou as desigualdades sociais, fomentando a miséria, numa época em que não deveriam mais existir problemas sociais dessa natureza. As cidades, com bairros ricos e modernos ao lado das favelas, tornam evidente essa realidade, mostram o grande contingente da população que luta para sobreviver em meio a tantas possibilidades de ter uma vida digna.

Assim, percebemos que o sistema capitalista de produção não serviu para favorecer a igualdade e a fraternidade entre os povos, o tão sonhado bem de muitos pensadores, filósofos e, por que não dizer, da humanidade.



RESUMO

Estudamos, nesta aula, que o capitalismo industrial evoluiu, passando para a fase monopolista. Vimos também que as inovações técnicas, decorrentes da Revolução Industrial, trouxeram melhorias na vida da população mundial, mas aprofundaram também as diferenças e a valorização do território nas cidades mundiais. Portanto, as inovações técnicas se alastraram para o mundo, mas o usufruto da propriedade dos produtos e da produção ficou para aqueles que detêm poder aquisitivo. Tanto a divisão do trabalho, como a divisão territorial se aprofundou. O processo de desenvolvimento pelo qual passou o capitalismo no final do século XIX e início do século XX revelou que as inovações técnicas pós Revolução Industrial começaram a se espalhar, a partir deste período, por todas as regiões mundiais. Também, com estas inovações, foi necessária uma requalificação da mão-de-obra nas indústrias e fábricas. Isso revelou uma redivisão territorial do trabalho, o que fez com que as regiões metropolitanas fossem sendo enquadradas em uma rede de hierarquia urbana mundial. Assim, o capitalismo monopolista passou a controlar e monopolizar as regiões e conseqüentemente as cidades que fazem parte da periferia do mercado internacional. Neste sentido, se por um lado as inovações trouxeram uma melhoria nas condições de vida dos moradores das cidades, o preço da moradia se elevou assustadoramente, fazendo com que ocorresse uma “filtragem” dos moradores das cidades de acordo com suas condições financeiras. Cada bairro vai delineando quem pode morar nele: nos bairros nobres há infra-estrutura; por outro lado, nos bairros pobres, há falta desses serviços para a grande maioria da população que aumenta a cada dia.



ATIVIDADES

Descrevam os pontos positivos e negativos do modo de produção capitalista, na fase monopolista. Vocês devem fazer uma tabela onde de um lado descrevam os pontos positivos e do outro os pontos negativos. Depois vocês farão uma análise crítica desse contexto.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para facilitar o entendimento, vocês devem, também, assistir aos filmes indicados nesta aula e relatar o que pode ser associado ao seu conteúdo. O filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, mostra a exploração dos trabalhadores em uma indústria. Nas cenas, é mostrada a produção em série na linha de montagem. Leiam também o livro: *Imperialismo; fase superior do capitalismo* de Vladin Irlich Lenin.

6

AUTO-AVALIAÇÃO

Sou capaz de explicar os processos por que passou o capitalismo na sua fase monopolista? Ficaram evidentes para mim as conseqüências dessa fase avançada do capitalismo? Em relação ao processo de urbanização, compreendo por que as cidades modernas têm características tão fortes do processo de exploração de uma minoria detentora do capital sobre uma maioria destituída de conforto material? Próxima aula. Na próxima aula, vamos analisar o processo de formação e consolidação da divisão internacional do trabalho e como este processo influenciou nas vidas das populações mundiais, desde as metrópoles até os povoados das cidades pequenas existentes no mundo subdesenvolvido.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos analisar o processo de formação e consolidação da divisão internacional do trabalho e como este processo influenciou nas vidas das populações mundiais, desde as metrópoles até os povoados das cidades pequenas existentes no mundo subdesenvolvido.



REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 3 ed. São Paulo: contexto. 1997.
- GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto. 1990.
- LENIN, Vladim Irlich. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global. 1979.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. 11 ed. São Paulo: Contexto. 2001.
- VICENTINO, Cláudio; SCALZARETTO, Reinaldo. **Nova ordem mundial**, (Encarte). São Paulo: Scipione, 1992.

A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE GLOBAL

META

Apresentar os fatos que fizeram com que surgisse a divisão internacional do trabalho, com suas características e fases.

Descrever o processo que levou a divisão territorial do trabalho no mundo, mediante a consolidação da globalização, processo que está relacionado com a urbanização.

Disponibilizar os conceitos de taylorismo, fordismo e toyotismo, e como estes sistemas de produção industrial, interferiram no mercado do automobilismo mundial, nas cidades e conseqüentemente, em sua mão-de-obra.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- analisar o processo de surgimento da divisão internacional do trabalho;
- identificar como a divisão internacional do trabalho, fez surgir a divisão territorial do trabalho;
- exemplificar como ocorreu a evolução do modo de produção capitalista para sua fase superior, denominada de monopolista e/ou imperialista;
- reconhecer os grandes blocos econômicos e como eles controlam o mundo.

PRÉ-REQUISITOS

reconhecer as características do modo de produção capitalista monopolista em sua fase inicial.

identificar as grandes mudanças pelas quais o capitalismo passou, até chegar a uma sociedade internacional globalizada.

caracterizar as cidades globais e sua influência nas populações mundiais.

entender como é o mundo multipolar e suas novas implicações nas regiões e cidades periféricas.



(Fonte: <http://browg.blogspot.com>).

INTRODUÇÃO

Meus alunos,

Nesta sétima aula, vamos estudar os fatores que fizeram o capitalismo monopolista consolidar a divisão internacional do trabalho. Na aula anterior, estudamos como o capitalismo industrial se tornou monopolista. Agora vamos analisar o processo de aprofundamento deste monopólio, desde o final do século XIX até o final do século XX. Neste período, o mundo vivenciou duas grandes guerras mundiais, depois se tornou bipolar, após a Revolução Russa (1917).

Depois da Segunda Guerra Mundial (1945), o mundo sofreu com a guerra fria e a crise no Leste europeu (1989). Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (U.R.S.S.), o mundo passou a ser multipolar, ou seja, as nações hegemônicas começaram a negociar mundialmente pela Internet e o mercado mundial de capitais passou a ocorrer de maneira instantânea e contínua, tornando a terra uma “Aldeia Global”.

Também faremos uma análise geral do sistema capitalista até os dias atuais, com a formação dos grandes blocos econômicos e as inovações nas comunicações e nos transportes no mundo. Todos esses acontecimentos históricos definiram uma nova divisão internacional e territorial do trabalho. O aprofundamento do capitalismo financeiro está relacionado à necessidade que o próprio sistema tem de resolver suas crises, recriando novas formas de exploração sobre as nações periféricas mundiais, e, conseqüentemente, sobre as populações aí residentes.



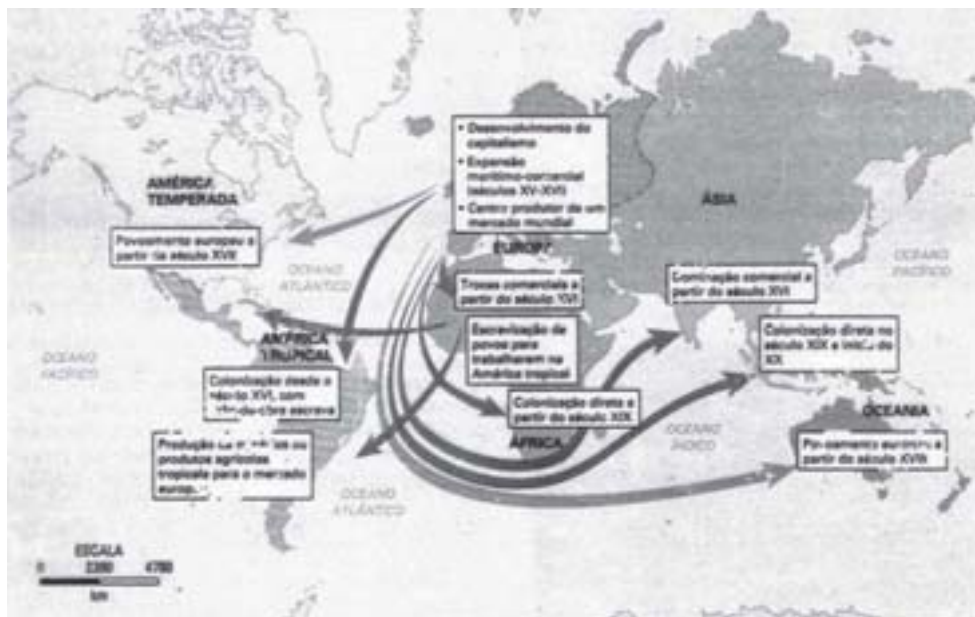
No sentido horário: tropas do COMMGWELTH no deserto; civil chinês sendo enterrado vivo por soldados japoneses forças soviéticas durante um inverno ofensivo; avião de carga japonês preparando-se para decolar; tropas soviéticas combatendo em berlim; um submarino alemão sob ataque (Fonte: <http://pt.wikipedia.org>).

A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Para iniciarmos esta aula, vamos fazer um retrospecto de como ocorreu a primeira divisão internacional do trabalho. Vamos relatar o processo de estruturação por que passou o mundo em relação ao desenvolvimento diferenciado e combinado das técnicas de produção e do crescimento das cidades metropolitanas, conhecidas como cidades globais (IANNI, 1996).

Vamos utilizar como base desta aula os estudos da organização territorial iniciados na Idade Moderna, pois foi a partir deste período que se definiu a primeira divisão internacional do trabalho; o processo de colonização realizado pelas nações que tinham o poder econômico e político na época, como Portugal, Espanha, Inglaterra, depois Alemanha e França determinou que as colônias deveriam continuar dependentes desses países e com isto permaneceriam “presas” às exigências e determinações, tanto no plano econômico e político, quanto no aspecto social e cultural das nações imperialistas.

A EXPANSÃO DO CAPITALISMO A PARTIR DA EUROPA: A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO



(Fonte: Atlas + Machado. 1998).

Conforme o Mapa nº 2, sobre a expansão do capitalismo mundial, notamos que na Idade Moderna foi sendo configurada a 1ª Divisão Internacional do Trabalho, depois do processo de colonização realizado pelos países europeus. A partir de vários acontecimentos passados, tais como o povoamento europeu na América do Norte, a colonização por exploração da América do Sul, a expansão marítimo-comercial, as trocas comerciais

entre a Europa, a América, África e Ásia e o neo-colonialismo, a partir do séc. XVIII, na Ásia, África e Oceania, foram sendo definidas as qualificações específicas e diferenciadas da mão-de-obra entre os países ricos (antes metrópoles européias) e os países pobres (antes colônias).

Após vários séculos de exploração e conquistas territoriais, as nações dominadoras estabeleceram vários pactos entre elas para perpetuar a dependência desses países, ex-colônias, para que continuassem a ser territórios fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra barata. Neste sentido as colônias e posteriormente os países subdesenvolvidos foram definidos como regiões que existiam exclusivamente para exportação de mão-de-obra barata e matéria-prima. Com isto, foram sendo estabelecidos dois grandes territórios no mapa-mundi. O dos países ricos e o outro, dos países pobres; os primeiros tinham o direito de se desenvolver e sua população deveria se qualificar cada vez mais. No segundo grupo, estavam os países dependentes que viviam de empréstimos e das determinações feitas por nações ricas.

As populações dos países ricos tinham o direito de se qualificar e se aperfeiçoar a cada dia. Dentro desse contexto, os países desenvolvidos deveriam permanecer em um processo de desenvolvimento em que a sua população estivesse sempre se qualificando e as cidades e seus territórios se estruturando, seguindo as inovações tecnológicas, tornando-os mais bem estruturados.

As nações desenvolvidas continuariam em pleno desenvolvimento, ou seja, consumidoras de matérias-primas e de mão-de-obra barata e desqualificada, como centro da produção tecnológica mundial. Por outro lado, as ex-colônias dos séculos XVI e XVII continuariam fornecendo matéria-prima e mão-de-obra. Com o processo de desenvolvimento técnico e com as novas descobertas ocorridas nos países europeus, pós-Revolução Industrial (século XVIII), aprofundou-se ainda mais a diferença na qualificação da mão-de-obra das ex-colônias, se compararmos com a dos países europeus, de Primeiro Mundo, cuja qualificação da mão-de-obra sempre esteve bem à frente da observada naqueles países pobres. Assim, foi estabelecida uma nova divisão, tanto na qualificação da mão-de-obra, quanto na estruturação tecnológica e urbana entre os países ricos e pobres. A divisão internacional do trabalho determinou uma separação entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido, desde a Idade Moderna.

Na Idade Contemporânea, com a Revolução Industrial e suas descobertas que favoreceram toda a humanidade, novas formas de separar os países ricos dos pobres foram sendo adequadas às situações do momento. Embora o mundo passasse por melhorias nas condições de moradia, alimentação, indumentária(vestimenta) e novos medicamentos, antibióticos, por exemplo, continuava o aprofundamento das diferenças entre regiões pobres e ricas, com o desenvolvimento diferenciado das forças produtivas e o agravamento das relações sociais de produção.

Após o final do século XIX, o mundo passou por várias transformações no campo científico, tecnológico e econômico, conforme expomos na aula anterior, que fizeram o capitalismo industrial deixar de ser concorrencial, existindo a livre concorrência entre as nações, para ser monopolista e imperialista. O sistema ficou mais articulado e as nações desenvolvidas passaram a determinar os rumos das nações subdesenvolvidas. No início do modo de produção capitalista, o sistema econômico era comercial e existia um comércio “livre” entre as nações. Depois passou para um sistema manufatureiro, em que o comércio passou a ser controlado pelas corporações de ofício e a produção começou a ser controlada (o que produzir, para quem produzir, quanto e quando produzir). Com o capitalismo monopolista, a livre concorrência foi extinta e o comércio mundial passou para uma fase mais articulada. Antes (nos séculos XVI, XVII e XVIII) existia um comércio mundial, mas com uma livre concorrência. Hoje, após o final do século XIX, “a concorrência transforma-se em monopólio” (LENIN, 1979, P.25) e, durante todo o século XX, o comércio se alastrou mais ainda, com mais rapidez e complexidade pelo mundo inteiro, tornando-se monopolizado e totalmente controlado pelas grandes empresas mundiais e pelos blocos hegemônicos. Para exemplificar esta questão, da passagem do capitalismo industrial para o capitalismo imperialista, descreveremos os principais fatos da história dos monopólios descritos por Lênin:

1. Anos de 1860-1880: ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não são mais do que embriões dificilmente perceptíveis; 2) Após a crise de 1873: período de grande desenvolvimento dos cartéis; no entanto, eles ainda aparecem apenas a título excepcional. Carecem ainda de estabilidade. Têm ainda um caráter transitório; 3) Expansão do fim do século XIX e a crise de 1900-1903: os cartéis tornaram-se uma das bases de toda a vida econômica: O capitalismo se transformou em imperialismo. (Idem, p.22).(Grifo nosso).

Como foi descrito, o capitalismo monopolista criou várias maneiras para resolver as crises cíclicas por que estava passando. As crises econômicas ocorridas em 1900, a ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914), a Revolução Russa (1917), a quebra da bolsa de valores de 1929, a crise decorrente da Segunda Grande Guerra Mundial (entre 1939/45), interferiram nos lucros de algumas potências mundiais e consolidaram o poder econômico de outras, como foi o caso dos Estados Unidos da América.

Se observarmos a causa da crise, é uma só: a propriedade privada dos meios de produção, como foi descrito por Thomas Gounet (1992, p.10-11),

..., o capitalismo cria, então, as condições objetivas para sua ruína. Submerge o mundo em uma crise econômica da qual ele não sai. As contradições que engendra e provocam a crise econômica só

Aspiral Devorador de Ciclo Crescente

Foi criado pelo autor (Anselmo Belém Machado) para tentar demonstrar como é que os países desenvolvidos comandado pelos Estados Unidos vão rapidamente e de maneira crescente aumentando a exploração sobre os países pobres, de forma radial, em todos os lados e aspectos, quer seja econômico, político, cultural, etc. (conforme a ilustração ao lado). Assim os países pobres vão sendo 'devorados' à medida que são obrigados a se submeterem às determinações do capitalismo imperialista. Portanto os países pobres são como os escravos da antiguidade. Esta exploração é crescente e sem trégua, basta observar as diferenças na paisagem urbana e nas condições econômicas e sociais em que vivem as populações que habitam a periferia urbana em comparação com as que vivem nos bairros mais privilegiados.

podem ser resolvidas com a supressão de sua causa fundamental, a saber, a propriedade privada das empresas e do capital. É ela, de fato, que está na raiz da busca encarniçada do lucro dos capitalistas, portanto, da acumulação. É ela, de fato, que obriga os trabalhadores a vender sua força de trabalho aos empresários, em troca de um salário que representa apenas uma parcela do valor produzido por esses trabalhadores. Em outros termos, é a propriedade privada que leva à exploração dos operários.

Em busca do lucro desenfreado, os grupos de capitalistas comandado pelos Estados Unidos, aprofundam cada vez mais a exploração dos trabalhadores dos países pobres, ampliando-a em um '**Aspiral Devorador de Ciclo Crescente**' (ADCC), (MACHADO, 2009) até que este processo se rompe, surge nova crise e os imperialistas recriam novas formas de dominação.



(Fonte: BELÉM, Naelson; Artista plástico e Cartunista. 2009).

O FORDISMO

Logo, o grupo que é constituído pelas nações monopolistas, sofreu vários prejuízos que fizeram com que fosse necessária uma reestruturação da produção mundial. Entre as várias tentativas para manter a produtividade, podemos citar os exemplos dos americanos James Taylor e Henry Ford, que criaram modelos de controle de produtividade nas indústrias americanas, no final do século XIX. As idéias de Taylor (acrescentar resumo de suas teses) defendiam um controle das atividades dos funcionários nas fábricas, cada vez mais, visando a disciplinar o controle da produtividade. Henry Ford (com o fordismo) tenta aumentar mais ainda a produtividade, aplicando em suas fábricas várias mudanças, tais como: aumento de salário, criação de incentivos para quem produzisse mais, combate aos desperdícios, diminuição dos custos de produção, parcelamento das tarefas, padronização das peças dos automóveis e, mais tarde, criação da **linha de produção**, fazendo diminuir o tempo e o custo para a fabricação de um automóvel, como podemos constatar a seguir.

Os resultados dessas transformações são, no mínimo, prodigiosos. A antiga organização da produção precisava de 12:30 horas para montar um veículo. Com o taylorismo, ou seja, apenas com o parcelamento das tarefas, a racionalização das operações sucessivas e a estandartização dos componentes, o tempo cai para 5:50 horas. Em seguida, graças ao treinamento, para 2:38 horas. Em janeiro de 1914, Ford introduz as primeiras linhas automatizadas. O veículo é produzido em 1:30 hora, ou seja, pouco mais de oito vezes mais rápido que no esquema artesanal usado pelos concorrentes. (GOUNET, 1992, p.19-20) (Grifo nosso).

Esse método de aumento da produção fez as fábricas de automóveis modelo T da Ford, de Henry Ford, aumentar estupidamente de produção, desbancando os concorrentes e tornando-o um milionário. Como consequência, centenas de concorrentes fecham suas portas e as demais que conseguiram se manter tiveram que se adaptar ao novo modo de produção automobilística: O fordismo. Assim, Henry Ford estabeleceu um padrão de produção que foi seguido em todo o mundo.

Em 1945, após o fim da 2ª guerra mundial, o Japão, que perdeu a guerra, tentou sair da crise econômica, passando por uma reestruturação econômica geral, onde pudesse criar estratégias para superar as crises em todos os setores da economia. Entre as estratégias, o Japão procurou também resolver a crise no mercado automobilístico. Para isto, aprofundou o investimento no setor automobilístico e convocou os engenheiros e mecânicos para se adequarem ao modelo fordista. Então o Japão copiou as técnicas do fordismo e foi além disto. Organizou os seus engenheiros para entenderem o modelo fordista, mas se enquadrando na realidade japonesa; assim criou novas técnicas de produção, controle dos estoques e das vendas.

O TOYOTISMO

Vocês já leram um pouco sobre o fordismo. Há uma outra especialização do controle de produtividade, chamada de toyotismo, como uma maneira de organizar o trabalho de forma progressiva, entre 1950 e 1970; segundo Thomas Gounet, surge o toyotismo criado por Taiichi Ohno, (sendo implantada entre 1950 e 1970 na Toyota) que deu origem à expressão tempo justo (“just-in-time”), pois procurou realizar a produção num tempo exato, buscando produzir somente o que o mercado solicitasse. Ou seja, procurava não fazer estoque, mas sim produzir à medida que iam sendo vendidos os automóveis. Além disto, foi estabelecida uma qualificação da mão-de-obra trabalhadora, pois um operário controlava várias máquinas, diferentemente do modelo, fordista, americano onde um funcionário controlava apenas uma máquina.

Assim rompe-se a relação um homem/uma máquina. Na Toyota, desde 1955, um trabalhador opera em média cinco máquinas. Enquanto quatro delas funcionam automaticamente, ele carrega, descarrega, prepara a quinta. Se há duas máquinas para operar ao mesmo tempo, ele chama um colega. Isso tem duas conseqüências imediatas: o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho de equipe; a relação homem-máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar, o trabalhador deve tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para poder ajudar o colega quando preciso. (Idem, p.27) (Grifo nosso).

O modelo fordista também entra em crise em 1970 e o capitalismo financeiro se aprofunda mais; o sistema busca novas saídas para as crises. Uma delas é a organização de controle de regiões ou grupo de países através de associações ou de mercados reunidos em grupos para se protegerem. Como exemplo podemos citar a Alca, o Mercosul, a União Européia, a OMC, o FMI, o BID, OCDE etc. Todas essas organizações agrupam países, regiões e até continentes, com o objetivo de controlar suas economias e proteger suas fronteiras, mas todos esses órgãos são comandados pelos países ricos.

Fizemos esta análise para exemplificar como o sistema monopolista se comporta e se articula, criando e recriando várias maneiras para se manter e explorar mais ainda a classe trabalhadora. Analisamos a questão do automobilismo, especificamente, apenas como um exemplo do processo de exploração da mão-de-obra trabalhadora neste tipo de indústria, no mundo globalizado. Neste sentido, à medida que as filiais dessas indústrias e fábricas (montadoras) de automóveis vão-se instalando em todas as regiões, os países, tanto os ricos (onde estão as matrizes) quanto os pobres, (onde se instalam as filiais), passam a se articular numa escala

hierárquica cada vez maior. Com o avanço, também, das técnicas de produção, dos meios de transporte e das comunicações (Internet), o mundo passou a ficar mais interligado e a Terra pareceu pequena, chegando até a ser chamada de “aldeia global”. Com a proliferação das filiais das indústrias pelo mundo, não só de automóveis, mas de milhares de outros tipos, o processo de urbanização se expande e a quantidade de cidades com uma vasta rede metropolitana se multiplica.

No final do século XX e início deste século, as cidades passam a ter vários papéis. Antes eram apenas locais de moradia, passando a centro comerciais, depois centro financeiro. Mais tarde algumas se tornaram centros culturais, outras cidades portuárias e até militares. Entretanto, agora a cidade é o lócus do comando da economia mundial, quer seja local, regional, nacional ou mundial. Isto depende do tamanho da cidade, de sua função ou influência.

“São muitos que reconhecem que a cidade global característica do século XX, prenunciando o XXI, tem sido decisivamente influenciada pelos processos que acompanham o desenvolvimento do capitalismo, em escala mundial. “Seja megalópole, megacidade ou cidade mundial, o papel da cidade dominante está crescentemente associado à capacidade econômica nacional e seus vínculos externos, já que a interdependência global torna-se mais e mais realidade no pós-Segunda Guerra Mundial. (IANNI, 1996, p.68)”.

Neste sentido, a metrópole, ao mesmo tempo que concentra os serviços, as várias funções, quer sejam administrativas, culturais, econômicas e militares, expande seus produtos e serviços para outros centros de escalas menores, além de influenciar toda a rede urbana de maneira hierarquizante, como chamei a atenção antes, com o termo ‘aspiral cíclica crescente’.

Como consequência da globalização e do capitalismo imperialista, o mundo passou a se fragmentar, ao mesmo tempo em que o processo de desenvolvimento financeiro e das comunicações mundiais fazia com que as regiões mundiais se tornassem interligadas. Desta contradição, surgem novas fronteiras e outras são criadas. As fronteiras perderam o sentido que tinham na Antiguidade e até na Idade Moderna. Agora a fronteira é múltipla, pois ela existe de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Os blocos de países pobres tentam enfraquecer o domínio dos países ricos, como é citado por Manoel Correia:

“Na transição do século XX para o XXI, observa-se uma tendência geral para a globalização do mundo, tendendo os vários países a se integrarem uns aos outros, de uma forma em que o país dominante procure esvaziar a estrutura dos países dominados, fazendo ver que a integração substituíria a dominação”. (ANDRADE, 1996, p.37).

Contudo, esta tentativa é em vão, pois as nações ricas se articulam para perpetuar a dependência dos países pobres, como exposto pelo Consenso de Washington, que, segundo o autor,

“Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título o “Latin American Adjustment: How Much Hás Happened, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. (BATISTA, 1994, p.5)”.

Nessa reunião foram tomadas decisões e foram avaliados os países latino-americanos, mesmo sem as presenças de todos os seus presidentes. Na avaliação deste Consenso, os governantes desses países não tinham condições de governá-los, nem tampouco controlar as suas crises, pois segundo os coordenadores dessa reunião, comandada pelos representantes dos Estados Unidos, a crise na América Latina estava a cada dia aumentando sem controle. Mas a questão é que a crise econômica desses países, como também a de todos os países pobres do mundo, é decorrente do próprio sistema capitalista. Tanto as dívidas externas, quanto o aumento da fome e da pobreza no mundo é decorrente do imperialismo das nações ricas e, portanto, só pode gerar esta situação de miséria em que se encontram as cidades ‘pobres’ em todo o mundo. Além disto, os coordenadores deste Consenso de Washington afirmavam que a crise não tinha sido originada pelos países poderosos, como é descrito pelo autor:

“Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas se houvesse dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas – a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio – e se devia a apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam.”Idem, p. 7).

Neste sentido, observamos que, segundo as teses do Consenso de Washington, os problemas econômicos dos países latino-americanos foram gerados por seus governantes. Mas está claro que a situação atual de crise destes países é histórica e tem origem no aprofundamento do monopólio, ou seja, foi e é provocada, de forma intencional, pelos países imperialistas.

Para ilustrar a situação de miséria e fome no mundo, vamos utilizar a exposição de artes feita por Nelson Leirner, em 2003, em São Paulo. Nela o artista demonstra a fome no mundo, utilizando como base o mapa mundi. Com duas figuras do mapa mundi, sendo uma no planisfério físico e a outra no planisfério político, ele demonstrou de maneira figurativa a mi-

séria no mundo e o domínio político. No primeiro mapa, ele expressa como os países do ‘Norte’, desenvolvidos, são representados pelas figuras de bonecos da Wall Disney (Mickey). Nas regiões que representam os países subdesenvolvidos, ele utilizou a figura de crianças desnutridas e esqueléticas e no continente africano, onde a miséria é alarmante, ele utilizou as figuras de caveiras. Na região da Antártida, ele utilizou a figura de papai Noel. No segundo mapa, do planisfério político, demonstrou como o domínio político dos Estados Unidos é mundial, como pode ser percebido pelo planisfério político. Nesta exposição com o tema Ironia e Subversão, o autor foi bastante feliz em resumir e demonstrar, através de cores e figuras e de maneira simples e direta, a diferença gritante que de fato existe entre os países ricos e os países pobres.

Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas se houvesse dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas – a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio – e se devia a apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. (Idem, p. 7).

Neste sentido, observamos que, segundo as teses do Consenso de Washington, os problemas econômicos dos países Latino-americanos, foi gerado pelos seus governantes. Mas está claro que a situação atual de crise destes países é histórica e tem origem no utilizou as figuras de caveiras. Na região da Antártida ele utilizou a figura de papai Noel. No segundo mapa, do planisfério político, ele demonstra como o domínio político dos Estados Unidos é mundial, como pode ser percebido pelo planisfério político. Esta exposição com o tema “Ironia e Subversão”, o autor foi bastante feliz em resumir e demonstrar, através de cores e figuras e de maneira simples e direta a diferença gritante que de fato existe entre os países ricos e os países pobres.



CONCLUSÃO

Nesta aula, analisamos o processo de desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista. Estudamos como o capitalismo se tornou imperialista, uma vez que este sistema aprofundou a segregação econômica e social nos países pobres. Vimos que ocorreram várias inovações técnicas e descobertas após as chamadas 2^a e 3^a revoluções industriais, com a descoberta da energia elétrica, com o uso do petróleo para asfaltar as estradas, o telefone para se comunicar, o avião a jato que diminuiu o tempo das viagens entre os continentes e, mais recentemente, com as inovações na comunicação, com a Internet. Tudo isto fez a civilização se desenvolver, de forma geral, mas foi também aprofundando a diferença entre países ricos e pobres. Por serem gananciosos, os países ricos enfrentaram várias crises, além de guerras, que extinguiram milhões de homens, mulheres e crianças. Vários países também foram destruídos e nações foram anexadas e recriadas, como consequência deste processo de concentração de poder e controle territorial. Os representantes do sistema imperialista buscaram novas formas de manter o seu poderio econômico e político, mas sempre explorando os países pobres e suas populações.

Entretanto, a crise só vem aumentando e para isto foram criados blocos econômicos, tentando mais uma vez controlar a economia mundial. Assim, dentro deste processo, as indústrias se multiplicaram, o que acarretou uma maior urbanização em várias regiões do mundo. Com isto ocorreu um aumento considerável no número das metrópoles, o que fez surgir uma periferia sem estrutura, nem saneamento básico adequado em todo o mundo. Nos países pobres, esta situação vem se agravando, mesmo com as inovações técnicas. Assim, podemos citar parte de um artigo que escrevi onde descrevo o seguinte:

O processo de estruturação e consolidação das nações hoje hegemônicas foi revelado ao longo dos anos que a evolução da humanidade nas suas diversas áreas sempre esteve nas “mãos” e porque não dizer nas “rédeas” de cada povo, império que estava dominando uma região ou quase todas as regiões numa determinada época, com suas específicas forças produtivas. É sabido que na evolução científica ou tecnológica da humanidade, as relações sociais de produção sempre ocorreram numa velocidade menor que a das forças produtivas. As técnicas de produção e a modernização dos instrumentos de trabalho forçaram a distribuição de renda que não aconteceu nem acontece na mesma rapidez; pelo contrário, hoje ainda constatamos várias atividades profissionais que revelam ainda alguns indícios (e até pior) de escravidão e servidão. Neste contexto, podemos afirmar que a evolução da humanidade reflete os interesses de um grupo ou nação que detém a hegemonia econômica. O capitalismo, como modo de produção dominante hoje (na Idade Contemporânea) tem mostrado a perpetuação e exploração de umas nações sobre as demais, como se fosse uma única forma possível de se conviver na terra. A revolução das ciências e a necessidade, cada dia mais forte, de preservar a natureza e respeitar as necessidades mínimas de sobrevivência e socialização demonstram que o homem ainda não aprendeu a viver em comunhão. O processo de globalização tem revelado esta questão, mas por lado, tem sido utilizado para justificar mais ainda a riqueza de umas nações e a pobreza da grande maioria. (MACHADO, 2002, p. 91)

Assim concluímos esta aula, chamando a atenção para o fato de que o imperialismo se aprofunda em todos os territórios do mundo” e há existência de crises constantes, revelando a necessidade de uma maior distribuição de renda em nível mundial.



RESUMO

A divisão internacional do trabalho foi definida a partir das grandes navegações. A colonização dos territórios coloniais definiu que as colônias e depois os países pobres deveriam ser fornecedores de matéria-prima e de mão-de-obra escrava, inicialmente, e depois mão-de-obra barata e desqualificada. Os países centrais se tornaram consumidores, tanto da mão-de-obra como das riquezas existentes nos países pobres.

Com a transição do capitalismo industrial para o capitalismo monopolista, as nações pobres continuaram fornecendo matéria-prima e mão-de-obra barata, só que no século XX, as grandes indústrias mundiais instalaram as filiais delas nos países pobres. Agora os países pobres forneciam matéria-prima e mão-de-obra barata para as empresas multinacionais, dentro de seus próprios territórios. A qualificação continuou diferenciada, entre os países ricos e pobres, e, além disto, as suas populações passaram a se qualificar um pouco mais, mas sempre abaixo da qualificação da mão-de-obra dos países ricos.

Assim, o que vem ocorrendo é que isto provocou um processo de urbanização descontrolado na periferia das metrópoles, por todo o mundo, acarretando um contingente populacional de desempregados e desqualificados. Com o início do processo de globalização, os territórios, tradicionalmente definidos, tiveram seus limites desfeitos. As regiões mudaram de limites e os limites perderam o sentido, visto que, com o avanço das comunicações e do transporte aéreo, o mundo ficou “menor”, pois os acordos e as transações comerciais tornaram-se bem mais rápidos.

Novas crises surgiram, então foi necessária a organização das nações em blocos, onde pudessem se proteger das crises e controlar melhor seu mercado e território. Desta maneira, tanto a União Européia, quanto o Mercosul, a ALCA e outros grupos tentaram consolidar a economia e se proteger das mudanças do mundo globalizado. No entanto, a questão é que os países ricos continuam com a usura, persistindo com as mesmas atitudes, explorando as nações pobres e suas populações. Esta continuidade de exploração tem fragmentado territórios e criado outros, mas o centro das decisões mundiais e reflexo da sociedade de classes está explícito nas cidades globais. Nestas megalópoles vivem pessoas de todas as raças e culturas, nelas existem as diferentes classes sociais e etnias. O mundo atual é representado pela metrópole. Na metrópole existem limites em todos os lugares; não são visíveis, mas dependendo dos locais aonde se vá, percebemos estas fronteiras pós-modernas. Não são muros de tijolos, mas existem e são mais resistentes que os antigos.

ATIVIDADES

Descrevam as consequências da divisão internacional do trabalho, no plano econômico, no campo social e territorial. Assistam ao filme, “A vida de Henry Ford” e relacionem as transformações que ocorreram nas relações de produção, que fizeram mudar a produção automobilística mundial.



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Na página quatro, vocês perceberam a sigla: Aspiral Devoradora de Ciclo Crescente (ADCC), que criei, visando a demonstrar como o sistema imperialista mundial atua de maneira radial, circular em todas as direções com o intuito de aniquilar e neutralizar a autonomia econômica e política dos países pobres.

Como mais um exemplo desta dominação, vocês podem ler de maneira mais detalhada o livro “o Consenso de Washington” de Paulo Nogueira Batista, onde é revelado a visão neoliberal dos problemas latino-americanos.

AUTO-AVALIAÇÃO

Depois de ter estudado esta aula, sou capaz de compreender os conceitos nela desenvolvidos?

Assimilei com clareza o que é a divisão internacional do trabalho? Entendi o que é o capitalismo monopolista ?



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de – **Globalização e geografia**, Recife: UFPE. 1996.
- BATISTA, Paulo Nogueira, **O Consenso de Washington: A visão Neo-Liberal dos problemas latino-americanos**, 3 ed. São Paulo: 1994.
- GOUNET, Thomas - **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**, São Paulo: Boitempo Editorial, 1992.
- IANNI, Octávio - **A Era do Globalismo** - 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.
- LENIN, Vladin Irlich – **Imperialismo; fase superior do capitalismo**, São Paulo: Global. 1979.
- MACHADO, Anselmo Belém - **Breves tendências territoriais do capitalismo contemporâneo**. In: Geoufs, revista DGE/UFS. Vol. 01, no. 01. São Cristóvão: 2002.

BRASIL: UMA VISÃO GERAL DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE SEU TERRITÓRIO, DESDE O SEU DESCOBRIMENTO, COM O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS CIDADES, ATÉ MEADOS DO SÉC. XX

META

entender o início da formação do território brasileiro, desde o início da colonização, do século XVI até meados do século XX.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Entender o início da formação do território brasileiro, a partir da colonização;

analisar, de forma geral, o processo de organização econômica do Brasil, na época colonial, imperial até chegar a fase de República;

descrever o processo de urbanização do Brasil desde a sua colonização até a década de 1940.

PRÉ-REQUISITOS

Entender, de forma geral, como a divisão internacional do trabalho, através da globalização, influenciou na formação do território brasileiro e na estruturação de sua economia.



(<https://funpea.bay.livefilestore.com>).

INTRODUÇÃO

Pessoal, como vai?

Vocês devem estar lembrados que, na aula passada, estudamos como a divisão internacional do trabalho foi consolidada e determinou, mundialmente, a qualificação da mão-de obra das populações dos países pobres, ou seja, ficou delineado e confirmado que as nações ricas determinariam em que patamar de desenvolvimento diferenciado estariam os países ricos e os pobres. Com isto, no caso do Brasil, seu território e sua população já “nasceram” dependentes e determinados a viverem a reboque das imposições feitas pelo desenvolvimento das forças produtivas, de forma diferenciada. Os países ricos produziram artigos industrializados, de ponta, e os países pobres consumidores, produtos industrializados secundários.

Nesta 8ª aula, vamos estudar o início da formação do território brasileiro, a partir da sua colonização. Para isto, vamos fazer uma análise histórica, desde o “descobrimento” do Brasil com sua colonização, em 1500, até o início do século XX, mais ou menos até a década de 1940. Faremos um breve retrospecto histórico da estruturação do território brasileiro e de sua economia inicial. Não pretendemos aqui rever todo o processo de colonização, mas utilizar alguns acontecimentos históricos que influenciaram na formação do território brasileiro, visando a entender como foram sendo construídas as primeiras cidades no Brasil. Para isso, revelaremos, de forma geral, alguns aspectos da formação das principais cidades brasileiras que foram criadas a partir do século XVI.

Além de analisarmos o processo histórico de seu descobrimento, vamos identificar os aspectos políticos e econômicos que levaram o País a sua formação e enquadraremos o Brasil dentro do contexto mundial. Neste sentido, é de fundamental importância rever o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista comercial, manufatureiro, até o industrial, estudados nas aulas anteriores.

O desenvolvimento do sistema capitalista comercial ocorreu no mesmo período em que foi “descoberto” o Brasil. Na Idade Moderna, mais especificamente a partir do século XVI, as nações hegemônicas mundiais, Portugal e Espanha, como vimos nas aulas passadas, procuraram novas fontes de matérias-primas e mão-de-obra barata, para tentar resolver suas dívidas e ampliar o comércio.

Assim, em 1492, foi descoberta a América, e dois anos depois, conseqüentemente, o Brasil. Com o domínio do território brasileiro por Portugal, decorrente do Tratado de Tordesilhas, iniciou-se a colonização, o desmatamento e o povoamento do litoral brasileiro. Assim surgiram as primeiras vilas, que mais tarde se transformaram em cidades.

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Vamos discorrer sobre o início da ocupação do território brasileiro: foi datado do final do século XV, quando o continente europeu vivenciava o capitalismo comercial; nesta época, a busca por novas terras era fundamental para expandir o poder econômico de algumas nações dominantes, como Portugal e Espanha. Estas nações, além de buscarem a conquista de novos territórios, necessitavam, também, de novos produtos para desenvolver a sua economia. A descoberta da América, no final do século XV, em 1492, revelou aos reis de Portugal e Espanha que as novas terras eram, a princípio, ricas em tesouros, como ouro, prata e minerais, de forma geral. Para partilhar o território e não haver mais guerra, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Tordesilhas: o que se encontrava à parte leste do território brasileiro, ficou sob a posse e domínio de Portugal. Neste sentido,

“a produção do território brasileiro foi iniciada pelos colonizadores portugueses que aqui chegaram no último ano do século XV, levando a efeito a conquista e a colonização nas primeiras décadas do século XVI”. (ANDRADE, 1999, p.23).

Vejam bem, meus caros alunos, no início do século XVI, os portugueses começaram o reconhecimento do litoral, nas imediações onde hoje é o Nordeste e, mais especificamente, Salvador (Bahia). Posteriormente, começaram a sua ocupação. Segundo Andrade (1999), para a ocupação do território brasileiro, foram definidas quatro grandes áreas de interesse, onde deveriam iniciar a ocupação do litoral, de Norte a Sul. Assim, essas áreas foram distribuídas pela costa, desde o Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, até a região de Cananéia, em São Paulo. Eram áreas com extensões variadas, das maiores, como a do Nordeste brasileiro, região dominada por Olinda; outra dominada por Salvador se estendia até Sergipe, onde se localizava a cidade de São Cristóvão. A terceira área de ocupação se situava onde hoje é o Estado de São Paulo, mais precisamente na área que engloba São Vicente e Santos. A quarta área era formada pelo Rio de Janeiro, onde posteriormente foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Segundo Manoel Correia, existiam, além dessas áreas,

“... pequenos pontos onde os portugueses se estabeleceram, ou conquistando a confiança dos indígenas, ou em consequência de expedições colonizadoras. Mas eram pontos com povoações inexpressivas, em que a pressão indígena era forte, como Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Paraíba do Sul e Cananéia”. (Idem, p.25),

De início, entre 1500 e 1535, os portugueses enviaram naufragos, degredados ou traficantes de pau-brasil para conhecerem, inicialmente,

Tratado de Tordesilhas

Foi um tratado assinado entre Portugal e Espanha, no século XV, para regulamentar as terras conquistadas. Assim em 7 de junho de 1494, em Tordesilhas, Espanha, assinaram o Tratado de Tordesilhas, onde foi definido o primeiro limite territorial do Brasil, estabelecendo uma linha imaginária a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde (África), que dividiria o mundo entre Portugal e Espanha. As terras a leste desse meridiano seriam portuguesas, e as terras a oeste seriam espanholas).

os hábitos e a cultura dos povos indígenas. Contudo, este objetivo de conhecer a cultura dos índios era para poder facilitar o domínio e não para preservar ou cuidar de seus interesses. Além de iniciar o contato com os índios, os portugueses fizeram desmatamentos da vegetação litorânea e das florestas, utilizando também queimadas e várias formas de impacto ao meio ambiente e à população autóctone. Tentaram escravizar os índios, o que foi difícil, visto que eles fugiam; então, foi escravizado o negro, vindo da África, como mão-de-obra para diversos serviços.

Segundo o autor citado acima, quando surgiram as primeiras cidades, alguns núcleos urbanos já haviam se formado no Brasil. Primeiro foi São Vicente, em 1532; depois de dezessete anos, foi fundada Salvador, em 1549 e Filipéia de N.Sra. das Neves, hoje João Pessoa, em 1585.

Para esclarecer o processo de ocupação do litoral, vamos continuar descrevendo as palavras de Manoel Correia (Idem, p. 25):

“O comércio do pau-brasil, iniciado no século XVI, teria dado origem à fundação de feitorias que depois se transformaram em vilas e povoações”.

Vocês sabiam que entre os anos de 1500 e 1535 foi dado um grande impulso à colonização? Na época, ocorreu um processo de aculturação, miscigenação, conhecimento dos costumes e da alimentação dos índios. Também foi realizado um grande desmatamento da costa e, posteriormente, foi dado início à plantação da cana-de-açúcar trazida das ilhas do Atlântico. Foram realizadas ainda várias queimadas, abertura de caminhos e depois construção de algumas estradas. Neste período, os portugueses enfrentaram os franceses que tentavam controlar o comércio do pau-brasil. Após a expulsão dos franceses, no século XVII, os portugueses estendem sua conquista para a foz do Amazonas. Depois conquistam as terras onde hoje se encontra Sergipe, Recife e Olinda e ainda no século XVII, avançam mais para o Sudeste, fundando D. Sebastião do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.

O CICLO DA MINERAÇÃO

Gente, vamos falar agora sobre os ciclos econômicos no Brasil de outrora.

Os portugueses estendem a conquista para o interior do sertão nordestino, seguindo o curso dos rios e assim expandem a criação do gado extensivo. Na região do Sudeste, com os bandeirantes, passam a interiorizar a conquista para o Centro-Oeste. Assim, exploram os diamantes e as minas de ouro porque, desde o início do século XVII, ocorreu um rápido aumento da produção de ouro, mediante um acordo feito com a Inglaterra; isso impediu o desenvolvimento manufatureiro no Brasil, pois o País

deveria exportar toda a sua produção de ouro para a Inglaterra, que devido a isso teve o sistema econômico mais sólido da Europa.

Portanto, com o ciclo da mineração, aconteceu uma mudança na estrutura da população brasileira, uma vez que

“Ao Brasil o ouro permitiu uma grande expansão demográfica, que trouxe alterações fundamentais à estrutura de sua população, na qual os escravos passaram a constituir minoria e o elemento de origem européia, maioria”. (FURTADO, 1920, p.34-35).

Se o ciclo do ouro trouxe um forte desenvolvimento para a Inglaterra, por outro lado aumentou a dependência do Brasil para com esse país. No séc. XVII, o comércio do ouro impulsionou a ocupação do interior do Sudeste, o que fez surgirem várias estradas e novas ocupações populacionais que favoreceram a interiorização do território, mas também muitas revoltas e morte de indígenas, pois

“...a febre do ouro que tomou conta do Brasil, no crepúsculo do século XVII, revolucionou a colônia de todas as formas concebíveis: provocou um imenso e desordenado êxodo populacional que esvaziou as cidades; causou um considerável aumento no preço dos escravos, dos rebanhos e dos víveres; forçou reformas políticas de vulto; levou milhares de indígenas à extinção e abriu novos caminhos de penetração, incorporando regiões até então ermas e inexploradas. Fez mais: ajudou a enfraquecer o ciclo do açúcar, deixando plantações entregues às ervas daninhas.” (BUENO, 2003, p.100). (Grifo nosso)

Segundo o mesmo autor, citado entre os anos de 1693 e 1694, o Brasil já produzia cerca de 840 toneladas de ouro, tornando-o o maior produtor mundial deste produto. Durante o século XVIII, a corrida do ouro provocou a migração para o interior do Sudeste de mais de 400 mil pessoas, mudando os costumes e os interesses da época. Entretanto, após a segunda metade do século XVIII, este ciclo começou a entrar em decadência.

“O último quartel do século XVIII veria a decadência da mineração do ouro no Brasil. A Inglaterra já havia, sem embargo, entrado em plena revolução industrial. As necessidades de mercados cada vez mais amplos para as manufaturas em processo de rápida mecanização impõem nesse país o abandono progressivo dos princípios protecionistas.”(FURTADO,1920, p.35).

Com isso, a Inglaterra e o Brasil buscam outras formas para resolver esta crise; na Inglaterra, a Revolução Industrial favoreceu o seu crescimento econômico. A família real portuguesa foi forçada a vir para o Brasil, no começo do século XIX, em 1808, trazendo o desenvolvimento em

diversas áreas. O príncipe D. Pedro era ainda uma criança. Torna-se imperador e em 1822 proclama a independência política do Brasil.

O CICLO DA BORRACHA

Vejam este outro ciclo importante!

No início do século XIX, o ouro já estava em decadência e outro ciclo econômico passa a revolucionar a vida no Norte do Brasil, aumentando de maneira estupenda a sua população. É o ciclo da borracha:

“Em 1830, Manaus se chamava Barra e era uma vila de três mil habitantes. Em 1880, a cidade tinha 50 mil habitantes e exportava doze mil toneladas de borracha para a Europa. A terrível seca de 1877-79, no Ceará, provocara um fluxo migratório para o Amazonas e os retirantes viraram seringueiros, esvaindo a selva de oito milhões de árvores espalhadas por três milhões de quilômetros quadrados. As ruas, hotéis e cafés de Manaus fervilhavam, repletas de banqueiros ingleses, investidores americanos e prostitutas francesas. A cidade tinha trezentos telefones, dezesseis quilômetros de linhas de bondes elétricos e três linhas de navegação que ligavam à Europa e aos EUA. Em 1896, foi inaugurado um dos primeiros teatros do Brasil, o fabuloso Amazonas, decorado com opulência. Mas em 1904, quando Manaus estava no zênite, exportando 80 mil toneladas de borracha por ano, as sete mil sementes de seringueira que o inglês Henry Wickham contrabandeara trinta anos antes enfim brotavam na Malásia. Em breve, fariam a produção brasileira ruir como um castelo de cartas. Em 1906, Manaus havia virado quase uma cidade-fantasma.” (BUENO, 2003, P.167) (Grifo nosso).

O CICLO DO CAFÉ

Abrimos aqui parênteses para fazermos um retrocesso no tempo e falarmos de outro ciclo. No séc. XVIII, antes de a independência acontecer, o café chega ao Brasil, movimentando o comércio

“ Em 1727, o oficial português Francisco de Mello Palheta retornou da Guiana Francesa trazendo as primeiras mudas da rubiácea que mudaria a história do Brasil – econômica, política, social e ecologicamente.” (Idem, p.197)

A produção de café movimentou o comércio, no Brasil, e principalmente, no Sudeste, sua participação na economia fortaleceu a região. Aumentou a migração entre as regiões, impulsionou a urbanização, gerou as melhorias nas cidades, tudo isso em decorrência da exportação deste produto.

Entre 1821 e 1830, o café respondia por apenas 18% do total das exportações brasileiras. De 1831 a 1870, passou a ser responsável por

50%. A partir de 1871, o Brasil começou a colher cerca de cinco milhões de sacas por ano – a metade da produção mundial. O café gerou uma nova classe social – e a seguir política. Fez o país criar ferrovias e aparelhar os portos do Rio e de Santos. Mais tarde incentivaria a vinda dos trabalhadores assalariados – e derrubaria o império que ajudara a tornar fulgurante. (Idem, p. 198) (Grifo nosso).

Como vocês veem, a produção e exportação do café transformou a economia e as cidades onde existiam os grandes cafezais. Com a abertura de novas estradas e ferrovias, o comércio e a migração se intensificou, estimulando a urbanização e o surgimento necessário da classe operária assalariada, visto que se multiplicaram as fábricas e os depósitos de café, como também o sistema bancário. Assim, o território foi sendo definido, com suas diferentes economias e inovações nas forças produtivas. Só na primeira metade do século XIX, segundo Celso Furtado, é que ocorre a definição do território brasileiro e a sua efetiva independência política. “A primeira metade do século XIX constitui um período de transição durante o qual se consolidou a integridade territorial e se firmou a independência política”. (Idem, 1920, p.37).

A partir da metade do século XIX, passa a ocorrer a consolidação do território brasileiro, devido à sedimentação da economia, baseada, principalmente, na produção e no comércio internacional do café, primeiramente com os Estados Unidos, que era o seu principal importador.

O CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR

Vamos aos engenhos, meus alunos.

A expansão e ocupação do território se deram de forma irregular, pois sua vastidão e as condições precárias da época não permitiam realizar uma ocupação uniforme em todas as regiões, tornando algumas áreas mais desenvolvidas que outras. Das áreas ocupadas, as que mais prosperavam eram Olinda/Recife e Salvador, tanto pelo aumento da população, quanto pela produção econômica, uma vez que produziam açúcar, desenvolviam a pecuária e também uma agricultura de subsistência.

A cana-de-açúcar desenvolvida no Nordeste foi destinada ao mercado da Europa. Com o aumento da produção do açúcar e para atender ao consumidor europeu, foi necessário mais mão-de-obra. Assim, o indígena foi forçado a trabalhar como escravo, devido à necessidade de aumentar o ritmo da produção, mas os índios se revoltam e fogem. Também por motivo de costumes, os índios não se adaptavam às condições de trabalho forçado e de ritmo acelerado. Com isto, a produção caiu e foi necessário utilizar a mão-de-obra dos africanos.

“A economia açucareira ficou tão dependente do aporte de escravos negros que, ao conquistarem Pernambuco, os holandeses trataram de conquistar também Angola, porque, dizia-se”, Pernambuco é o açúcar, o açúcar é o negro e o negro é Angola”. (ANDRADE, 1999, p.29).

Várias unidades de produção de açúcar se estenderam pelo Nordeste, onde cada engenho era constituído pela casa-grande, que ficava na parte mais alta e pela senzala, na parte baixa, onde os negros dormiam, descansavam e às vezes dançavam um pouco. Os grandes engenhos eram construídos às margens de grandes rios ou lagoas, as terras eram vastas para a produção da cana-de-açúcar, para criar gado e algumas culturas como milho, mandioca e legumes em geral. A cultura da cana-de-açúcar favoreceu o crescimento de várias áreas que foram se urbanizando, como Salvador e Olinda. Estes centros eram muito concorridos e disputados por franceses, portugueses e outros povos europeus.

Neste processo de colonização e conquistas territoriais, novos centros urbanos foram sendo estruturados, bem como ocorreu a formação de um território, que ficou mais ou menos definido, embora pela sua vastidão não se podia comandar e sustentar as populações que tinham funções de organizar e doutrinar as populações autóctones. A colonização se estendeu de tal forma de Norte ao Sul, que foram redistribuídas as terras através de sesmarias, objetivando controlar o território, sua população e produção.

No século XVIII, a expansão portuguesa foi ampliada e consolidada ao Norte, com a ocupação da Amazônia, levando o homem e o gado a áreas muito distantes, como o atual território do estado de Roraima, barrando o avanço de outros colonizadores, e ao Sul, tentando estender o território até o rio do Prata, com a criação da Colônia do Sacramento. Fracassada a política platina, trataram de povoar o litoral sul, levando para lá os colonos açorianos afeitos à pesca e à agricultura familiar. (Idem, p. 36).

Percebem como foi um processo complexo o de ocupação e formação do território brasileiro? A colonização ocorreu mediante várias lutas e guerras por terras e matéria-prima. De Norte a Sul, o território foi sendo organizado, segundo as intenções dos reis europeus. Neste sentido, a estrutura do território sofreu inúmeras influências de várias nações, com interesses diferentes dos povos autóctones. No século XIX, o Brasil passou de colônia a império; a coroa portuguesa, mantendo o interesse e a necessidade de ter um território para continuar o seu poder, envia a família real para o Brasil, onde se instalou e tornou o território independente da Europa (1822).

O CONTURBADO SÉCULO XIX NO CENÁRIO MUNDIAL

Neste período, século XIX, o mundo estava passando por várias transformações, decorrentes das inovações técnicas e científicas da Revolu-

8

ção Industrial, que fizeram crescer as cidades na Europa e estendem a colonização para as regiões da Ásia, como foi o caso da Índia, que sofreu fortemente a colonização britânica. Com isto ocorreu a urbanização (Box) Processo de migração constante da população das áreas rurais para as cidades) e as populações das cidades aumentavam cada vez mais e com isto havia a necessidade de novas terras para povoar e distribuir uma população pobre e até de criminosos. Assim, várias migrações de povos europeus e asiáticos chegaram ao Brasil.

No final do século XVIII e início do século XIX, a Inglaterra estava passando por grandes transformações na vida urbana. O processo de mudanças decorrentes da Revolução Industrial tinha estimulado a concentração populacional nas cidades e com isto surgiu um grande contingente de desempregados e miseráveis, surgindo e expandindo as revoltas típicas de áreas urbanas, tais como busca por melhores salários, protestos contra as péssimas condições de moradias e dos altos impostos, que não eram empregados na melhoria da infra-estrutura urbana, como esgoto, fornecimento de água potável, pavimentação das ruas etc. Neste mesmo período, as fábricas e indústrias se multiplicam por várias regiões, produzindo mais ainda desempregos e um “exército industrial de reserva” (MARX), o que fez aumentar os protestos por melhores condições de trabalho e surgem, também, as revoltas contra as ‘máquinas’, o movimento ‘Lunista’ ou ‘o **Ludismo**’

Este movimento se espalhou por toda a Inglaterra,

“E nos anos de 1811 e 1812 ocorreram em todo o país manifestações desse tipo que, em homenagem ao gesto inaugural de Ludd, recebem o nome de ludismo”.(TOTA; BASTOS, 1994, P. 114)

. Foi dentro deste contexto de revoltas e de crescimento urbano e populacional, que surge, também, na Inglaterra as idéias de controle de natalidade. Para Thomas Robert Malthus, a causa da miséria das populações pobres era decorrente do próprio aumento populacional, principalmente desta classe. Assim ele escreve

“seu Primer Ensayo la Población em 1798: em 1803, publica sua segunda edição, ampliada e reelaborada”.((DAMIANI, 1991, p11-12).

Estas idéias provocaram várias tentativas de controlar o aumento da população mundial e principalmente da população urbana na Inglaterra.

Segundo ele, a causa verdadeira dessa miséria humana não era a sociedade dividida entre proletários e trabalhadores, entre ricos e pobres. A miséria seria, na verdade, um obstáculo positivo, que atuou ao longo de toda história humana, para reequilibrar a desproporção natural entre a multiplicação dos homens – o crescimento populacional – e a produção dos meios de subsistência – a produção de alimentos. (Idem, p. 13).

Ludismo

Foi originado no Séc. XIX na Inglaterra, na cidade de Nottingham quando um operário, Ned Ludd, convencido de que as máquinas eram a causa da miséria de sua classe, destrói todos os teares de uma fábrica de tecidos).

Ainda segundo o mesmo autor, se fossem dadas as condições de melhoria das vidas dos pobres eles se multiplicariam cada vez mais rápido, a pobreza se alastraria e o Estado iria à falência, conforme ele mesmo descreve:

Uma sociedade igualitária estimularia nascimentos, dessa forma estendendo a todos a pobreza. A luta pela sobrevivência, nessas condições, faria triunfar o egoísmo. Malthus discorda, inclusive da assistência do Estado aos pobres, considerando-a nefasta, porque diminuindo a miséria a curto prazo, favorece o casamento e a procriação dos indigentes. (Idem, p. 14).

Como vimos, suas idéias eram absurdas, mas, mesmo assim, são implantadas por vários governos no mundo. Posteriormente, surgiram vários críticos de suas teses e o controle da população passou a ser criticado, mas os países criaram leis para controlá-las, como é hoje o caso da China.

As análises e os estudos feitos por economistas, geógrafos e estatísticos começaram a revelar outro quadro da população mundial. Foi criado o crescimento vegetativo, que é a diferença entre as taxas de nascimento e de mortalidade. Os países que evoluíram mais rápido no processo de melhoria da qualidade de vida fizeram diminuir a mortalidade, a princípio, mas a sua população continuou aumentando. Posteriormente, além das taxas de mortalidade, também, caíram as taxas de natalidade, provocando o envelhecimento de suas populações, como ocorre hoje em países europeus.

Com as inovações na Medicina e as vacinas, como também a melhoria progressiva de infra-estrutura básica, como esgoto, pavimentação, drenagem, as epidemias começaram a ser controladas, pelo menos na Europa. Isto fez cair as taxas de mortalidade e aumentarem as de natalidade. Portanto era necessário distribuir a população para as demais regiões que estavam sendo ocupadas. O capitalismo imperialista necessitava, cada vez mais, de mercado consumidor e de mão-de-obra barata. Dentro deste contexto é que o território brasileiro foi sendo estruturado, agora com a independência política, mas em bases econômicas imperiais.

Durante o século XIX e início do século XX, o território brasileiro passou por várias transformações em que o povoamento do interior foi intensificado pela abertura de milhares de estradas e construção de pontes, além da instalação de uma grande rede ferroviária nacional, seguindo a influência da ferrovia americana, que tinha feito muito sucesso com a conquista do Oeste e o que provocou o seu povoamento.

No Brasil, outras fontes de matéria-prima se destacaram na época, como o ouro que estava se esgotando e o início da plantação de algodão e borracha. Entretanto, o comércio da borracha entrou em crise no final do século XIX. No início do século XX, tentaram realizar vários

projetos em busca de manter o comércio e a produção, mas já existia concorrência na Ásia, onde a borracha tinha melhor qualidade e era mais barata. Inclusive

“Houve tentativas de recuperação nos anos 30, quando o milionário americano Henry Ford instalou no Tapajós os enclaves de Belterra e Fordlândia para a cultura de seringueira, mas os projetos não tiveram sucesso e ele retirou-se da área”. (ANDRADE, 1999, p.37)

Isto reflete uma das tentativas de expandir a produção e o comércio de um dos produtos nacionais, mostrando o interesse do capitalismo internacional em criar novas filiais no Brasil. Outro produto que foi de grande importância para a economia brasileira, na época, e que o Brasil é grande exportador, foi o café que teve origem na Ásia e que se adaptou às condições de solo e clima, no Sudeste do Brasil, mais especificamente em São Paulo. O café e a cultura do algodão foram plantados em outras regiões que favoreceram o povoamento e marcaram presença significativa na economia do Sudeste e Sul do Brasil. Desta forma, a expansão do comércio do café deslocou o centro econômico do Nordeste para a região Centro-Sul do Brasil.

AS REBELIÕES E REVOLTAS

No século XIX, em meio ao crescimento urbano e aumento populacional favorecido pelas migrações, outras questões mudam os rumos das preocupações. Proliferam, por várias regiões do país, rebeliões e revoltas que marcaram parte do século XIX e revelaram grandes insatisfações, tanto dos negros, como dos brancos sem posses. Entre elas, podemos destacar a cabanagem, contestação política ocorrida no Pará, organizada pela população pobre, que tentaram derrubar o poder de uma província em 1837, mas pouco tempo depois foram derrotados. Na mesma época, em 1835, ocorreu a revolta do malês, em que os negros muçulmanos de Salvador organizaram a maior rebelião de escravos ocorrida no Brasil.

Outra revolução ocorreu no Rio Grande do Sul, entre os liberais e conservadores contra a centralização política do império Brasil. Na Bahia, ocorreu outra revolta, quando os liberais se revoltaram contra o centralismo do Rio de Janeiro e utilizaram até armas para defender o direito à autonomia provincial.

Já no Maranhão, onde a economia se baseava no algodão e na pecuária, ocorre a Balaiada, que foi uma revolta liderada por escravos, pobres e semi-assalariados brancos e mulatos que não suportavam mais a miséria em que viviam, as condições de trabalho e o salário irrisório, além da humilhação por parte dos patrões, ricos e políticos.

Outras guerras (como a guerra do Paraguai) e outras revoltas como a de Canudos (ocorrida na Bahia nos últimos anos do século XIX, liderada

por Antonio Conselheiro) marcou a última tentativa de se fazer uma sociedade igualitária, sem impostos, sem propriedades, onde todos plantavam e colhiam em igualdade, mas foram massacrados pelo exército.

Inclusive o poeta Euclides da Cunha escreveu o livro 'Os Sertões,' onde escreveu sobre Canudos e se tornou uma grande obra literária. Em contradição com a ação repressiva sanguinária do exército, foi assinada, em 1888, a Lei Áurea, que decretou o fim da escravidão no Brasil. Mas mesmo assim, por vários anos continuaram traficando escravos de forma clandestina. Com o fim do tráfico negreiro, em 1850, a mão-de-obra começou a ficar escassa e pagar ao negro livre se tornou um grande problema para os senhores de engenhos e donos de fazendas. Com o pagamento viria o prejuízo e, além disto, foi criada a Lei das terras, também em 1850,

“a nova Lei de Terras proibia a aquisição de terras públicas por qualquer outro meio que não fosse a compra, na esperança de por fim nas formas tradicionais de adquirir terras mediante a ocupação e doações da Coroa”.(FLORIDO, 1999, fascículo 7, p. 443).

De forma geral foi assim que se estruturou o território brasileiro, através de guerras, revoltas e conflitos. Todos estes acontecimentos refletiam os fatos históricos que estavam ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, principalmente. A Revolução Francesa, ocorrida em 1789, influenciou também no Brasil as idéias de independência e justiça, ocorrendo a inconfidência mineira. Mas o movimento foi derrotado por traição de um dos membros.

No final do século XIX, o Brasil tinha passado de uma economia escravista para o início de uma economia de trabalho assalariado. Isto deu outro impulso para a população e para o crescimento urbano, que foi estimulado pelas imigrações, o que forneceu milhares de mão-de-obra, e também como consequência da Revolução Industrial foi instalada a indústria têxtil no Brasil e ocorreram várias transformações nas técnicas de produção, ano a não, o que estimulou mais ainda a urbanização dos centros maiores. No final do século XIX, as cidades passaram por várias reformas urbanas, tais como: iluminação, ruas mais largas, novas praças e novos jardins; o abastecimento de água melhorou e se expandiu pelas cidades.

Em 1872 as ruas de São Paulo receberam iluminação a gás. Antes até, Recife era servida pela linha de bondes. Dessa data até 1895 sistemas de transportes coletivos foram implantados em várias capitais, como Salvador, São Luis e São Paulo. Em 1870 já existia a comunicação telegráfica entre as principais cidades do país e também entre o Brasil e a Europa.(Idem, fascículo 9. p.544-545).

A VIDA URBANA NO SÉCULO XX

O processo de melhoria da infra-estrutura urbana fez com que a migração para as cidades maiores fosse cada vez mais crescente. Assim, a população das cidades aumentava rapidamente e com ela crescia o conflito inerente a uma sociedade de classes, uma vez que a grande maioria não tinha condições de usufruir destas benesses urbanas, assim.

“Claro que começou a surgir também a diferenciação do espaço urbano. Onde havia o melhoramento público eram erguidos as ricas residências e o comércio, ou vice-versa. As camadas mais pobres acabavam afastadas para a periferia, e surgiam assim os primeiros bairros operários”, (Idem, Fascículo 9. p.545)

Com a proliferação de vários bairros operários, ia-se formando uma periferia urbana nos grandes centros, o que propiciou a formação de uma estratificação social em várias regiões do Brasil, até que, no século XX, outros problemas passaram a surgir, decorrentes da grande concentração populacional nas grandes cidades. As epidemias surgiam e matavam milhares, como a dengue, a varíola e outras que interferiram no controle populacional.

No início do século XX, o Brasil passou por novas transformações nas suas relações de produção, pois foi dado início a um processo de industrialização, influenciado pelas inovações tecnológicas, ocorridas na Europa, pós-Revolução Industrial. Assim, foi iniciada a expansão industrial com iniciativa dos governos locais, mas também graças ao financiamento de capitais estrangeiros. Proliferaram as ferrovias por grandes extensões e os bondes passaram a ser freqüentes nas grandes cidades do Brasil. A maioria das fábricas era artesanal, como as de ferraduras, mas também surgiram fábricas de tecelagem, metalurgia e a indústria automobilística começa a operar no Brasil.

O Brasil, que tinha passado por vários ciclos de produção, tais como o açucareiro, depois a pecuária. Mais tarde, o ciclo da borracha, do algodão e posteriormente do ouro, que entra em decadência e a economia passou a ser sustentada, na produção e exportação do café até o início do século XX.

No início do século XX, o Brasil tinha grandes estoques de café para o mercado interno e internacional; então os produtores continuaram a expandir suas plantações, mas começaram a surgir os problemas, visto que os bancos internacionais não estavam mais financiando os produtores de café.

Começava a crise da bolsa de valores nos Estados Unidos. No ano de 1929, esta crise chega a níveis catastróficos e ocorre a quebra da bolsa de valores de Nova York. Com isto, o preço da saca de café caiu radicalmente, acarretando a falência de vários produtores no Brasil e a economia entrou em crise. Mas, na década de 1930, o Brasil procurou com sua própria estrutura econômica, política e financeira, sair da crise e no final desta década já estava com uma economia mais sólida, determinando uma **divisão territorial do trabalho**.

Divisão Territorial do Trabalho

È a divisão que existe entre os países ricos e pobres, no sentido da qualificação da sua mão-de-obra. Os territórios existentes nos países ricos foram sendo qualificados como países exportadores de produtos industrializados, desde a Idade Moderna, e mão-de-obra especializada. Já os países do sul, com exceção da Austrália, foram sendo impedidos de acompanhar este processo e, portanto, continuam, até hoje, sendo consumidores de produtos industrializados mais avançados e exportadores de produtos industrializados de ‘segunda e até terceira’ categorias e ainda exportadores de produtos primários. A mão-de-obra dos países do sul continua, na sua grande maioria, desqualificada ou pouco qualificada. Historicamente, no Brasil, foi sendo configurada esta separação entre as regiões nordeste e norte subdesenvolvidas/agro-exportadoras e o centro-sul desenvolvido e industrializado.

“Nos primórdios da década de 30 deste século, na seqüela da Revolução, o Estado intervirá na economia açucareira do país como um todo, criando o instituto do açúcar e do álcool, cuja missão primordial era na verdade estabelecer uma divisão regional do trabalho da atividade açucareira em todo país, emergindo já com muita força a produção de açúcar nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro”. (OLIVEIRA, 1993, p.67).

Assim, além da formação do território nacional, as elites dominantes, no Brasil, também definiram desde o início do século XX, qual região deveria se desenvolver e qual continuaria dependente. Portanto, a configuração de uma divisão territorial do trabalho, no Brasil, estava sendo implantada, e foi sendo consolidada até hoje.

“ O desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao ‘arquipélago’ de economias regionais até então existentes, determinadas, sobretudo com suas relações com o exterior.”(Idem, p.74).

Neste contexto, foram criados vários órgãos regionais, como a Sudene (Superintendência e Desenvolvimento do Nordeste), no Nordeste, em 1959 e outros, nas demais regiões, com planejamentos periódicos e investimentos diferenciados nos parques industriais e na construção de portos, etc.2

CONCLUSÃO

Como vimos, nesta aula, a delimitação e formação do território brasileiro, começaram a partir do século XVI. O processo de ocupação e colonização começou pelo seu litoral, com o desmatamento e conhecimento da população autóctone. Do ponto de vista econômico, o Brasil passou por vários ciclos, tais como: o da cana-de-açúcar, o da criação do gado, o ciclo do algodão e da borracha, e mais tarde o ciclo da mineração. Neste sentido, o território foi sendo ocupado tanto ao longo de seu litoral, como também de seu interior. O processo de desenvolvimento da economia estimulou a sua urbanização que, no final do século XIX, impulsionada pelas novas indústrias e mão-de-obra migrante, deu novo impulso à economia e ao surgimento de novas cidades.

Para concluir, constatamos que o Brasil passou por grandes mudanças no seu território e que além de acelerar o aumento da população, o desenvolvimento industrial também disparou. Evidentemente, a dependência do capital internacional se aprofundou e a divisão internacional do trabalho colocou o Brasil no contexto mundial de desenvolvimento diferenciado das forças produtivas.

RESUMO

Estudamos nesta aula o processo de surgimento e formação do território brasileiro. Analisamos como ocorreu a sua ocupação, revelando os diversos ciclos econômicos pelo qual o País passou, tais como o da cana-de-açúcar, o processo de interiorização do Nordeste, com a criação do gado, de maneira extensiva. Revelamos também como os ciclos da borracha e do algodão deram outra feição à economia de seu território, despertando para os industriais de outros países a riqueza natural do Brasil. Vimos também como o processo de povoamento e da interiorização das regiões Sudeste e Sul mostraram a importância que os bandeirantes tiveram nesta conquista. Foi analisado também como a mineração, e principalmente, o ouro do Brasil, serviram para que ajudasse a Inglaterra a se consolidar como potência imperialista. Após a decadência do ouro, de inúmeras guerras e rebeliões ocorridas, o Brasil se tornou império, em 1822, por interesses da família real em se manter no poder, com privilégios, neste território e continuar com o apoio da Inglaterra.

No início do século XX, com a quebra da bolsa de valores de Nova York (1929), o Brasil perde o poderio econômico que a produção e exportação de café davam ao País. Entretanto, na década de 1930, os grupos oligárquicos e empresários se organizam e estruturam a economia e na década de 1940 há um novo impulso urbano e industrial. Assim, o território brasileiro estava consolidado e as suas regiões mais ou menos definidas. Neste período, proliferaram as pequenas cidades, ao redor das grandes e pequenas metrópoles, sendo formadas várias redes urbanas com o crescimento da hierarquia urbana nacional.

ATIVIDADES

Descrever o processo de formação do território brasileiro, exemplificando os diversos ciclos econômicos, dando destaque para o processo de urbanização.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para melhor entender o processo de estruturação do território brasileiro, é necessário fazermos um aprofundamento das leituras tanto de Celso Furtado, como de Caio Prado Júnior. Estes autores são reconhecidos internacionalmente pela solidez de seus estudos e



teses levantadas. Assim precisamos aprofundar o estudo destes autores para solidificar o entendimento do conteúdo desta aula. Outro livro que é completo e que não pode deixar de ser relido é o livro organizado por Jurandir Ross, que disseca o Brasil em todos aspectos geográficos e de grande complementação histórica. Portanto, apenas esboçamos algumas idéias sobre esta temática.



AUTO-AVALIAÇÃO

Sou capaz de compreender as fases por que passou a economia no Brasil do século XVI ao século XX?

Percebo a importância dessas fases para o desenvolvimento das cidades?

Vejo que as características das cidades resultam do seu processo de ocupação?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social**. São Paulo: contexto, 1999.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2003.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e Geografia**. São Paulo: contexto, 1991.

FLORIDO, Janice. **Coleção Brasil 500 anos**, v. 7. São Paulo: Nova cultural, 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Religião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A URBANIZAÇÃO DO BRASIL, E SUA DEPENDÊNCIA DO CAPITALISMO INTERNACIONAL APÓS OS ANOS CINQUENTA

META

Expor como ocorreu o início da industrialização no Brasil, descrevendo o processo de urbanização e produção do espaço nacional.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

entender o processo pelo qual passou o Brasil no início da industrialização, a partir da década de 50.

analisar como o Brasil se tornou mais ainda dependente do capitalismo internacional.

descrever o desenvolvimento da industrialização brasileira e como esta influenciou de maneira decisiva no processo de urbanização.

PRÉ-REQUISITOS

Ter estudado o início do processo de formação do território brasileiro, mediante o processo de colonização com seus vários ciclos econômicos e o surgimento das redes urbanas.



Muitas cidades se desenvolveram pautadas no ideal moderno como é o caso do Rio de Janeiro (Fonte: <http://www.efdeportes.com>).

INTRODUÇÃO

Olá, pessoal!

Nesta 9ª aula vamos estudar como ocorreu o início do processo de industrialização no Brasil. Para isto, analisaremos o processo de crescimento urbano pelo qual passou o Brasil a partir do final do século XIX. Como estudamos nas aulas anteriores, o Brasil, como as demais regiões mundiais, foram, historicamente, recebendo as influências e determinações do capitalismo internacional. Durante o processo pelo qual o Brasil estava organizando o seu território, entre o séculos XVI e XIX, o modo de produção capitalista estava sofrendo alterações em suas relações de produção. Essas alterações ocorreram com a passagem da fase do capitalismo comercial para a fase industrial. As transformações ocorridas, inicialmente na Europa e depois na América do Norte, mediante as mudanças do capitalismo internacional, reforçado pelas transformações que influenciadas pela Revolução Francesa e pela Revolução industrial, interferiram de maneira direta nos rumos da economia brasileira. A economia brasileira, que desde a formação de seu território foi dependente, vem sendo desenvolvida, recebendo influência das nações hegemônicas européias. Assim, vamos estudar o processo pelo qual passou o Brasil para a formação de seu parque industrial e a as consequências desses fatos na sua população e no processo de urbanização.



Capa do livro “A industrialização no Brasil”
(Fonte: <http://literatura.moderna.com.br>).

O Brasil, que tinha passado por uma economia escravista e agro-exportadora, desde o século XVI, mudou para uma economia de trabalho assalariado, no final do século XIX. Isto deu outro impulso ao aumento da população e ao crescimento urbano, que foi estimulado pelas imigrações, o que forneceu muita mão-de-obra. Como consequência da Revolução Industrial, o Brasil passou também por várias transformações no seu desenvolvimento técnico, científico, de saúde, urbano e econômico. Como reflexo dessas transformações, o Brasil recebeu financiamentos estrangeiros e a influência política para a formação de seu parque industrial. Assim, como exemplo, foi instalada a indústria têxtil no Brasil, favorecida pela oferta de mão-de-obra, tanto nacional quanto estrangeira (decorrente da imigração estrangeira). Por outro lado, ocorreram várias transformações nas técnicas de produção, ano a ano, que estimularam mais ainda a urbanização, e isto ocorreu com maior intensidade nos centros maiores. No final do século XIX e início do século XX, as cidades passaram por várias reformas urbanas, tais como: iluminação, (Imagem: Moinho de trigo Matarazzo: Em 1900, com os postes de iluminação, Brasil 500 anos, vol. 11, p.647) foram construídas ruas mais largas, novas praças com jardins, o abastecimento de água melhorou e foi expandido por vários bairros das cidades.

Em 1872 as ruas de São Paulo receberam iluminação a gás. Antes até, Recife era servida pela linha de bondes. Dessa data até 1895 sistemas de transportes coletivos foram implantados em várias capitais, como Salvador, São Luis e São Paulo. Em 1870 já existia a comunicação telegráfica entre as principais cidades do país e também entre o Brasil e a Europa. (FLORIDO, fascículo 9, p. 544-545- 1999).

Esse processo de melhoria da infra-estrutura urbana fez a migração para as cidades crescer de maneira mais veloz, principalmente nos centros urbanos maiores. Logo, a população das cidades aumentava rapidamente e, com ela, cresciam os conflitos inerentes a uma “sociedade de classes” (ver conceito em K. Marx). A grande maioria não tinha condições de usufruir destas benesses urbanas, assim

“Claro que começou a surgir também a diferenciação do espaço urbano. Onde havia o melhoramento público eram erguidas as ricas residências e o comércio, ou vice-versa. As camadas mais pobres acabavam afastadas para a periferia, e surgiam assim os primeiros bairros operários”, (Idem, p.545)

Com a proliferação de vários bairros operários, ia-se formando uma periferia urbana nos grandes centros, o que propiciou a formação de uma estratificação social em várias regiões do Brasil, até que, no século XX, outros problemas passaram a surgir, decorrentes da grande concentração populacional nas grandes cidades. As epidemias surgiam e matavam milhares, como a dengue, a varíola e outras que interferiam no controle

populacional. No começo do século XX, a varíola tornou-se uma epidemia no Brasil; então o governo, a pedido do médico Osvaldo Cruz, tornou obrigatória esta vacina. Porém, o povo não foi suficientemente esclarecido e por isso ocorreram revoltas no Rio de Janeiro.

“Em 31 de outubro de 1904, o Congresso aprovou a lei que tornava obrigatória a vacina antivaríola, aplicada com sucesso na Europa, mas desconhecida no Brasil”.(Idem, vol.10, p. 622).

No início do século XX, o Brasil passou por novas transformações nas suas relações de produção, pois foi dado início a um processo de industrialização influenciado pelas inovações tecnológicas, ocorridas na Europa, pós-Revolução Industrial. Assim, iniciou-se a expansão industrial com iniciativa dos governos locais, mas também graças ao financiamento de capitais estrangeiros. Neste sentido, proliferaram as ferrovias por grandes extensões e os bondes passaram a ser frequentes nas maiores cidades do Brasil.(Mostrar imagens do Recife e Rio de Janeiro do início do séc. XX) Nesta época, a maioria das fábricas eram artesanais, como as de ferraduras, mas também surgiram fábricas de tecelagem, metalurgia, e a indústria automobilística, que começa a se instalar no Brasil.

“ Foi nessa época também que a indústria automobilística se estabeleceu no Brasil. Na década de 20 as empresas norte-americanas Ford e General Motors instalaram na cidade de São Paulo, oficinas para montagem de veículos com peças importadas de suas matrizes. Aos poucos, algumas peças, ou partes dos veículos, passaram a ser fabricadas nessas oficinas.” (Idem, vol. 11, p. 648).

O Brasil tinha passado por vários ciclos de produção, tais como o açucareiro, depois a pecuária, mais tarde pelo ciclo da borracha, do algodão e posteriormente do ouro, que entrou em decadência, no final do século XIX, todos eles baseados no comércio agro-exportador. Assim, a sua economia passou a ser sustentada na produção e exportação do café até o início do século XX.

O processo de desenvolvimento da economia estimulou a sua urbanização, que, no final do século XIX, impulsionado pelas novas indústrias e mão-de-obra migrante, deu nova força à economia e ao surgimento de novas cidades. Nesse sentido, constatamos que o Brasil passou por grandes mudanças no seu território e que, além de acelerar o aumento da população, o seu desenvolvimento industrial também disparou. Evidentemente, a dependência do capital internacional se aprofundou e a divisão internacional do trabalho colocou o Brasil no contexto mundial.

“A nova ordem econômica originou significativas mudanças territoriais onde se implantou, e, dentre elas, podemos apontar o intenso processo de urbanização, não somente pelo crescimento

demográfico das cidades criadas pelo café. Apoiada pela expansão dos grandes eixos ferroviários para oeste, São Paulo esteve na liderança desse processo. A implantação da ferrovia não somente contribuiu para mudança na paisagem geográfica como foi um importante fator de modernização das relações de trabalho. Esse novo tipo de transporte e de tecnologia criou uma demanda de mão-de-obra qualificada incompatível com a sociedade escravocrata”. (SCARLATO, 2005, p.343).

Desta maneira, o Brasil foi- se enquadrando na nova divisão internacional do trabalho. Deixou de ser apenas fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra escrava e desqualificada, para ser um país exportador de produtos industrializados, tendo ainda um certo percentual de sua população de mão-de-obra especializada.

Em relação ao crescimento da população, no Brasil, podemos destacar os principais centros urbanos, no final do século XIX, no início do século XX e no ano 2000, com suas populações.

Evolução Populacional das Cidades Brasileiras

1872		1900	
Cidade	População	Cidade	População
Rio de Janeiro	274 972	Rio de Janeiro	691 565
Salvador	129 109	Salvador	239 820
Recife	106 671	Recife	205 813
Belém	61 997	Belém	113 106
Niterói	47 548	Niterói	96 560
Porto Alegre	43 998	Porto Alegre	73 674
Fortaleza	42 458	Fortaleza	53 433
Cuiabá	35 987	Cuiabá	50 300
São Luís	31 604	São Luís	49 755
São Paulo	31 385	São Paulo	48 639

FONTE: SCARLATO, 2005, p. 426 In: Geografia do Brasil (org.) Rossi

Nesta tabela, Francisco Capuano Scarlato descreve as diferenças entre as populações do Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, demonstrando que ,em 1872, a população de São Paulo era bem inferior a de outros centros urbanos como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém etc. O Rio de Janeiro, no final do século XIX, mais especificamente em 1808, passou a ser a capital do Brasil, o que influenciou de forma decisiva para o crescimento vertiginoso de sua população, entre 1872 e 1900, conforme tabela citada. Por outro lado, São Paulo, em 1872, tinha a menor população, entre essas cidades citadas pelo autor, mas que, a partir de 1900, teve também um aumento estupendo em sua população, que passou de

31.385, em 1872, para 239.820 habitantes, já em 1900. Como fatores deste aumento populacional, podemos descrever vários, entre eles estão: A oligarquia nacional estava concentrada na região Centro-Sul e tinha interesse em que essa área prosperasse; então, várias medidas foram tomadas para favorecê-la: acordos com empresas estrangeiras, com empréstimos, compra de máquinas, aberturas de estradas e pontes, pavimentação. Também foram instaladas nesta região várias indústrias, que foram estimuladas pela instalação da estrutura, para funcionar a rede elétrica; também existia uma enorme massa de trabalhadores que deixaram as fazendas de café (que entraram em crise), como também o investimento e a habitação, criando novos bairros para os proletários. Ocorreram também, entre o final do século XIX e início do século XX, um enorme processo migratório de europeus para a América e também para o Brasil que vieram em grande percentual de trabalhadores de empresas estrangeiras. O crescimento industrial impulsionava o aumento da população.

“Atualmente, apareceu um novo tipo de migração estrangeira, acompanhando a industrialização dos países subdesenvolvidos. São as migrações que chamamos de “descendentes”, isto é, a chegada de técnicos enviados pelas transnacionais e grandes firmas dos países industrializados para assegurar a implantação e o funcionamento de indústrias criadas, em sua maioria, com capital formalmente originário desses últimos países ou dependendo estreitamente deles, no campo da pesquisa industrial”.(SANTOS, 1980, p.42).

Logo, isso também foi constatado no Brasil, onde milhões de estrangeiros se instalaram no Sudeste do País, e principalmente em São Paulo, cidade em que as indústrias aumentavam em número mais rápido. Essa mão-de-obra impulsionou o crescimento da população, o que refletiu em aumento da necessidade de mais moradias localizadas nas periferias urbanas desses centros que se tornavam cada vez mais populosos.

Na década de quarenta, o Brasil intensificou o investimento no campo industrial e o governo implantou um grande complexo industrial que serviria de base para outras indústrias de bens de consumo.

“Em 1941 foi criada uma importante indústria no Sudeste: A CSN (Cia. Siderúrgica Nacional), em Volta Redonda, com financiamento do Estado brasileiro. Sua criação fez parte de uma estratégia de dotar o Brasil de uma importante indústria de base, pois sem ela seria difícil a industrialização de outros bens de consumo duráveis. A política nacionalista da época estimulou também a criação da Fábrica Nacional de Motores, da Cia. Vale do Rio Doce e da Cia. De Álcalis. Assim também tiveram crescimento as indústrias de laminados, cimento, papel, tecidos e pneumáticos.” (SCARLATO, 2005, p.350).

Após a Segunda Grande Guerra, o Brasil já estava com uma gama de tipos de indústrias, que favorecia a sua ampliação para outros setores industriais. Já poderia, por exemplo, produzir automóveis no Brasil, pois o parque industrial de base estava pronto e as indústrias de consumo não-duráveis se multiplicavam por outras regiões, além de São Paulo.

A indústria continuou crescendo e o processo de urbanização foi acompanhando esse crescimento, mas a partir da morte de Getúlio Vargas, o processo industrial sofreu a falta de interesse político nacional. Vários outros interesses entraram em cena que facilitaram a entrada de capitais estrangeiros e de filiais das indústrias estrangeiras. Assim, o processo industrial passa para outro patamar, com mais diversificação industrial e maior força do capital internacional. Isso acarretou a instalação de milhares de pequenas indústrias que recebiam investimentos internacionais e a instalação, também, de inúmeras filiais das multinacionais. Podemos citar como exemplo o caso das montadoras, Ford, General Motors, Volkswagen e Fiat, que se instalaram, a partir do Sudeste, e, posteriormente, foram sendo instaladas no Nordeste.

A partir da década de cinquenta, o processo de industrialização se torna mais acelerado e com isso a urbanização também toma outro impulso. Industrialização e urbanização são fenômenos que se completam. Onde se instala um parque industrial ou uma rede de indústrias, as populações passam a se concentrar em grande quantidade. Assim, foram-se formando as metrópoles, que são grandes cidades onde se concentra o poder econômico, com uma multiplicidade de serviços e funções que estendem a sua influência além dos limites político-administrativos oficiais e têm relação econômica e social com várias cidades sob o seu domínio. Portanto, para que uma grande cidade se torne uma metrópole, é preciso que tenha certas características:

1. um crescimento que expande a cidade, prolongando-a para fora de seu perímetro, e absorve aglomerados rurais e outras cidades. Estas, até então com vida autônoma, acabam comportando-se como parte integrante da metrópole. Com a expansão e a integração, desaparecem os limites físicos entre os diferentes núcleos urbanos – fenômenos chamado de conurbação;
2. a existência de um centro histórico onde se concentram atividades de serviços e a partir do qual surgem subcentros;
3. a dicotomia entre a existência da cidade como espaço edificado e estrutura político-administrativo. Em outros termos: Um único espaço edificado resultante da conurbação, porém com várias administrações político-administrativas autônomas, como, por exemplo, São Paulo e o ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema). Cada uma dessas cidades tem seu centro administrativo- municipal autônomo e juntas formam uma conurbação.
4. fluxos de circulação de veículos com dois picos de maior

intensidade, normalmente no período da Recife e no final da tarde, formando o chamado fluxo pendular, atravessando mais de uma cidade. (Idem, 2005, p.432).

Vejamos, meus alunos, São Paulo e Rio de Janeiro se tornaram metrópoles na década de cinquenta, devido à proliferação do parque industrial. Com a industrialização, ocorre a proliferação de cidades médias e menores ao seu redor, formando a **conurbação** (ver conceito) dessas áreas urbanas. Portanto, em consequência disto, foi necessário melhorar a infra-estrutura da área, para minimizar os problemas que surgiam, em consequência da grande concentração populacional. Além da infra-estrutura básica, foram criadas escolas, hospitais, igrejas, postos policiais, bombeiros, como também a melhoria na pavimentação e criação de novas rodovias asfaltadas.

Conurbação

É a unificação da malha urbana de duas ou mais cidades, em consequência de seu crescimento geográfico. Geralmente este processo dá origem à formação de regiões metropolitanas. Contudo, o surgimento de uma região metropolitana não é necessariamente vinculado ao processo de conurbação.

A partir da década de cinquenta, o transporte ferroviário começa a perder importância, pois as cidades se multiplicam com intensa rede rodoviária, em múltiplas redes, onde as rodovias se tornam mais adequadas, até para serem construídas sobre montanhas. Com a multiplicação dos centros urbanos de vários tamanhos, as rodovias se tornaram muito mais eficientes na circulação dos veículos de todos os tipos, como também na agilidade e rapidez com que se deslocavam as populações e as mercadorias.

Com o processo de industrialização posterior aos anos 50, implantando no Brasil a era dos transportes rodoviários, desenhou-se um novo perfil para a expansão e o plano físico das cidades. A maior flexibilidade da rodovia para se adaptar às condições de relevo e, conseqüentemente, para desenvolver sua maior capacidade de dispersão pelo território permitiu uma maior elasticidade para a expansão do fenômeno urbano pelo interior do país, assim como para a expansão do plano das cidades em todas as direções. (Idem, 2005, p.430).

Com a proliferação das rodovias em todas as regiões e todos os sentidos, o Brasil passou a multiplicar as cidades com populações acima de um milhão de habitantes. Portanto, em 1973, segundo Francisco Scarlato, o Congresso Nacional definiu nove regiões metropolitanas, que são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador. Com a consolidação das regiões metropolitanas, começaram a ser definidos planos para a estruturação urbana dessas regiões e suas áreas de influência. Foi neste período dos anos setenta, conhecido como época do “milagre brasileiro”, que a indústria nacional deu um grande salto e as metrópoles cresceram de maneira assustadora. Na década de oitenta, aumentou a preocupação com o planejamento territorial. O Governo Federal traçou o plano de desenvolvimento do território e passou a estabelecer o planejamento urbano como necessida-

de para controlar e coordenar o crescimento urbano e suas consequências. Mas os planejamentos urbanos não resolveram o problema da urbanização, pois a cada ano os problemas foram aumentando. Isso foi decorrente do próprio processo do capitalismo financeiro internacional, ao qual o Brasil está atrelado e historicamente dependente. O processo de financiamento e crescimento industrial provocou a urbanização desenfreada. Como não existia a preocupação com as consequências desses processos, naturalmente foram surgindo os problemas decorrentes desta aceleração e desordem urbana. O Brasil, historicamente, vem obedecendo fielmente a cartilha das multinacionais. Então o caos urbano pelo qual o Brasil passa hoje é decorrente deste fator. Os planejamentos urbanos realizados no Brasil são feitos mais para 'remediar' do que para evitar o caos urbano que já existe, principalmente nas metrópoles nacionais e regionais. Portanto, os problemas das cidades contemporâneas são mais complexos e estão associados ao binômio: industrialização X urbanização, que é moderno e intrínseco à cidade de hoje.

A sociedade urbana se anuncia muito tempo depois que a sociedade no seu conjunto balançou para o lado do urbano (da dominação urbana). Vem então o período em que a cidade em expansão prolifera, produto das periferias distantes (subúrbios), invade os campos. Paradoxalmente, nesse período em que a cidade se estende desmesuradamente, a forma (morfologia prático-sensível ou material, de forma urbana) da cidade tradicional explode em pedaços. O processo duplo (industrialização-urbanização) produz o duplo movimento: explosão-implosão, condensação-dispersão (estouro) já mencionado. É, portanto ao redor desse ponto crítico que se situa a problemática atual da cidade e da realidade urbana (do urbano). (LEFEBVRE, 2001, p.72).

Dentro deste raciocínio, estamos analisando o processo de urbanização e a proliferação das metrópoles no Brasil. A morfologia urbana está, a cada dia, tomando novas feições, o espaço construído e produzido é recriado dia a dia, tornando a paisagem urbana com variações constantes. Hoje metrópole é sinônimo de desafio, como é descrito por Marcelo Lopes de Souza, em seu livro 'O Desafio Metropolitano', onde o ele analisa várias questões sobre a problemática metropolitana, tais como o tráfico de drogas, as redes urbanas, a geopolítica da criminalidade urbana, os problemas sócio-espaciais, a degradação ambiental, os movimentos sociais urbanos, a fragmentação do tecido sócio-espacial, a ingovernabilidade urbana etc.

Em uma época em que a própria palavra crise se desgasta lentamente, tantas são as crises reais ou supostas de que se ouve

diariamente falar – ecológica, do capitalismo, de valores, do Estado e muitas outras -, o ambiente urbano parece representar, no Brasil atual, uma síntese de várias delas, especialmente à luz da realidade das tensões e dos conflitos de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro.” (SOUZA,2000, p. 17)

Na próxima aula, vamos nos concentrar para estudar a urbanização de Sergipe, Aracaju e sua região metropolitana. O processo de crescimento constante e rápido do espaço construído é um reflexo da carência de moradia que existe, tanto no Brasil, quanto no Estado de Sergipe. A região da grande Aracaju tem um grande contingente populacional, que é crescente, e que carece de moradia, por isto a partir do final da década de 60, vários conjuntos habitacionais foram construídos, com o intuito de diminuir esta carência e, por outro lado, alojar a população de uma classe menos privilegiada, em áreas distantes dos bairros centrais ou de maior valor no preço da moradia. Porém, isso não resolveu o problema, uma vez que,

A prática de construção de grandes estruturas habitacionais na região metropolitana expôs a fragilidade dos municípios perante a imposição do Estado que, dissociado de planejamento para a geração de empregos e renda, engendrou elementos novos na problemática social, modificando o desenho urbano e confinando a população na periferia em verdadeiros bolsões de pobreza, intensificando o problema das invasões e ocupação irregulares. (CAMPOS, 2006, p.242)

Assim houve a construção, segundo dados da CEHOP (Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas) de 2003, segundo demonstra a tabela:

Aracaju – Produção de Habitações Populares/Cohap-SE – 1968 - 1979

Número	Conjunto	Ano	Unidade Construídas
01	Castelo Branco I	1968	380
02	Castelo Branco II e III	1969	428
03	Gentil Tavares da Mota	1969	78
04	Lourival Baptista	1970	353
05	Médici I	1971	434
06	Costa e Silva	1972	324
07	José Ramos de Moraes	1972	72
08	Sesquicentenário I	1973	58
09	Almirante Tamandaré	1974	89
10	Duque de Caxias	1974	118
11	Jardim Esperança	1974	144
12	Jessé Pinto Freire I	1974	82
13	José Steremberg	1974	20
14	Médici II	1974	477
15	Santos Dumont	1974	58
16	Sesquicentenário II	1974	10
17	Tiradentes	1974	249
18	D. Pedro I	1975	481
19	Jessé Pinto Freire II e III	1977	132
20	Loteamento Lênio	1977	13
21	Princesa Isabel	1977	60
22	Senador Leite Neto	1977	425
23	Assis Chateaubriand I	1978	861
24	Assis Chateaubriand II	1979	1.272
Total			6.618

Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Estratégico, CEHOP/SE, 2003

Aracaju – Produção de Habitações Populares/Cohap-SE – 1980 - 2002

Número	Conjunto	Ano	Unidade Construídas		
			Casas	Aptos.	Total
25	Ipês I	1980	101	-	101
26	Santa Tereza	1980	554	-	554
27	Alcebiades Vilas Boas	1981	-	48	48
28	Jolo Paulo II	1981	125	-	125
29	Gov. Augusto Franco	1982	3.374	1.136	4.510
30	Gov. José R. Leite	1982	-	224	224
31	Parque dos Artistas	1+82	-	112	112
32	Jolo Andrade Garcez	1983	-	112	112
33	Médici III	1984	-	122	112
34	Bugio III	1987	130	-	130
35	Jornalista Orlando Dantas	1987	3.160	496	3.656
36	Vale do Cotinguiba	1987	-	240	240
37	Vale do Japarutaba	1987	-	144	144
38	Cerâmica II A e B	1989	-	144	144
39	Mar Azul	1989	-	400	400
40	Cerâmica III	1990	102	-	102
41	Santa Lúcia	1993	610	128	738
42	Padre Pedro I, II, III, IV.	1999	2.223	-	2.223
43	Terra Dura I	2000	15	-	15
44	Terra Dura II (mutirão)	2001	100	-	100
45	Terra Dura II (mutirão II)	2002	171	-	171
Total			10.665	3.296	13.961

Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Estratégico, CEHOP/SE, 2003

CONCLUSÃO

Após termos analisado como surgiu a indústria no Brasil, constatamos que o processo de formação do parque nacional teve influência direta do capitalismo mundial. Sabemos que desde a formação do território brasileiro, o Brasil passou da condição de colônia de Portugal, para depois ser um Império desta mesma nação. Mas que, mesmo após a sua independência, o Brasil esteve sempre atrelado e de forma dependente ao capitalismo internacional. As nações hegemônicas sempre estiveram à frente das decisões mais importantes que ocorreram no Brasil.

O processo de formação do parque industrial foi direcionado conforme interesses dos empresários e governantes dos países industrializados ou desenvolvidos. Assim, a industrialização impulsionou um processo de urbanização sem controle, nem planejamento, o que provocou um aumento vertiginoso da população. Com isso, o Brasil formou um parque industrial e deu início a um processo de urbanização sem precedentes, o que fez com que surgisse e aumentasse, em número, a quantidade das metrópoles. Com o aumento do número de metrópoles, o processo de urbanização fez surgir, também, uma periferia urbana densa e cheia de problemas, de ordem social, econômica, de saneamento básico, esgoto, iluminação precária e clandestina, como também de grande impacto ambiental e criminalidade crescente.

Logo, a formação do parque industrial provocou a proliferação de uma urbanização desenfreada e de uma concentração e aumento populacional muito rápido, tornando o Brasil uma nação industrializada, mas dependente, urbanizada, mas também caótica, no final do século XX. O País carece, portanto, de uma melhor administração, para ser mais estruturado, de maneira a atender suas realidades regionais, dando importância mais efetiva às populações mais pobres e ao meio ambiente.

RESUMO

Nesta aula, analisamos o processo de surgimento e de crescimento da indústria no Brasil. Analisamos como a industrialização influenciou o rápido crescimento urbano e populacional. Mostramos os fatores que favoreceram este desenvolvimento e as implicações para as cidades e suas populações. Contatamos que neste processo de desenvolvimento industrial e urbano, o Brasil recebeu, como em séculos anteriores, vultosos empréstimos, que fizeram com que fosse aprofundando a sua dependência e crise econômica. Mesmo após as inovações tecnológicas e em vários campos como o da saúde, educação, economia, cultura e urbana, observamos que o país continuou dependente; e pior a dependência aprofundou a crise econômica e urbana. A crise urbana é conseqüente de uma política com interesses externos. O crescimento acelerado das cidades e suas metrópoles se deu devido ao fato de o Brasil ter seguido as determinações e os planos de desenvolvimento das nações ricas. Isso ocorreu sem terem sido analisadas as especificidades da população brasileira, que tem costumes, valores culturais e sociais bem diferentes dos países desenvolvidos. O Brasil deixou de ser uma nação agro-exportadora para uma nação exportadora, também, de produtos industrializados. Mas a questão é que a indústria “nacional” foi sendo formada mediante as “sobras” das indústrias dos países desenvolvidos, tanto em mão-de-obra quanto em maquinário e tecnologia.

**ATIVIDADES**

Os alunos deverão fazer um resumo, descrevendo o processo de formação e desenvolvimento do parque industrial do Brasil, dando ênfase ao desenvolvimento, desde a década de cinquenta.

É importante que busquem também fazer leituras da situação econômica e política do Brasil na década de cinquenta, revelando como o governo JK deu impulso ao País e sua importância para o desenvolvimento industrial e urbano.

**COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES**

Para enriquecer o conteúdo, assistam à mini-série da rede Globo “Os anos dourados” e leiam o livro “A capital da Geopolítica”, de José William Vesentini.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos estudar como surgiu a cidade de Aracaju e como se deu o seu crescimento urbano. Também estudaremos a formação da região metropolitana de Aracaju e exemplificaremos como surgiu o bairro Jardins e como este vem recebendo influência da cidade global.



AUTO-AVALIAÇÃO

Posso entender como se deu o processo de desenvolvimento industrial por que passou o Brasil a partir da década de 50?

Sou capaz de debater com meus colegas as causas da dependência do Brasil ao capital estrangeiro com a crescente industrialização?

Conseguo descrever o processo de urbanização do País, com o crescimento desordenado das capitais que têm parques industriais e outras consequências desse processo ?

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Antonio Carlos. A Construção da cidade segregada: O papel do Estado na Urbanização de Aracaju, In: **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. ARAÚJO, Hélio Mário de (Org.) et al. São Cristóvão:UFS, 2006.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização, In: Geografia: conceitos e temas, Org: Iná Elias de Castro et all. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FLORIDO, Janice. **Coleção Brasil 500 anos**, v. 7. São Paulo: Nova cultural, 1999.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: contexto, 2001.

SCARLATO, Francisco Capuano. **O espaço industrial brasileiro: Geografia do Brasil**. (Org., Jurandyr L. Sanches Ross), Geografia do Brasil. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: 1980.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio Metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ASPECTOS GERAIS DO SURGIMENTO E CRESCIMENTO URBANO DE ARACAJU, DE SUA REGIÃO METROPOLITANA E O CASO DO BAIRRO JARDINS

META

Apresentar os aspectos gerais da História de Aracaju e os motivos que levaram ao surgimento da cidade.

explicar as causas da mudança da capital de Sergipe, São Cristóvão, para Aracaju.
demonstrar as fases do crescimento urbano de Aracaju até a formação da região da Grande Aracaju.

explicar os reflexos da divisão internacional do trabalho, no espaço construído de Aracaju, em sua região metropolitana e no bairro Jardins, como produto do capitalismo internacional.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

entender o processo de urbanização da cidade de Aracaju e as conseqüências desse processo.

conhecer o surgimento do bairro Jardins e o processo de urbanização acelerada.

PRÉ-REQUISITOS

Ter estudado os conteúdos das demais aulas, dando atenção ao processo de crescimento urbano, que ocorreu no mundo e, em particular, no Brasil.

Também é fundamental que vocês façam uma análise do processo de estruturação urbana, desde as cidades antigas, passando pelas cidades medievais, até as cidades contemporâneas. Observem que o objeto do estudo é a **cidade**, quer esteja ela em escala mundial (megalópole), nacional (metrópole nacional) ou regional (Metrópole regional) ou local (como o

caso de Aracaju e do bairro Jardins). É importante associar o desenvolvimento urbano geral com o crescimento de Aracaju e os reflexos deste contexto, no bairro Jardins.



(Fonte: <http://manoeng.files.wordpress.com>).

INTRODUÇÃO

Olá, pessoal!

Chegamos à última aula, depois de uma longa jornada. Vamos nos deter no estudo da cidade de Aracaju, tentando exemplificar, na prática, os conteúdos estudados com a realidade vivenciada. Faremos uma análise das teorias estudadas para enquadrá-las no contexto da realidade existente no território aracajuano. Nesta aula, tentaremos revelar para vocês que em qualquer parte do mundo, e por que não em Aracaju, ocorre o reflexo do capitalismo mundial e de sua urbanização. Aracaju é uma cidade de porte médio, localizada no Nordeste do Brasil. Conforme estudamos, o Brasil é um país que já foi Colônia, e que, mesmo com a sua independência política, vive atrelado e é dependente da economia e da política mundial. O Brasil é um país com ‘diferenças de desenvolvimento’, como descreve o Jacques Lambert, em seu livro “Os dois Brasis”, no VIII capítulo, mais precisamente no subcapítulo, intitulado:

“O Brasil é mais um país desigualmente desenvolvido do que subdesenvolvido” (LAMBERT, 1970, P. 189).

Existem as regiões Sudeste e Sul, que no processo de desenvolvimento econômico foram tendo privilégios, em detrimento das demais regiões e, particularmente, da região Nordeste, que devido a sua colonização foi sempre dependente de outras regiões. Embora o autor citado descreva os “dois brasis,” entendo que o Brasil, como um todo, é um país com um território formado por regiões extensas, de clima, relevo e economias diferentes, mas que refletem uma realidade histórica e econômica específica. Para isso, vamos desenvolver esta aula, fazendo sempre uma interrelação entre o passado (Idade Moderna) e o presente (Idade Contemporânea), entre o crescimento urbano geral (mundial) e o específico (local). Portanto, o estudo do desenvolvimento urbano de Aracaju, de sua região metropolitana e o estudo de caso do bairro Jardins, que faremos nesta aula, tem a intenção de identificar as teses estudadas nas aulas anteriores e compará-las com a realidade urbana, concreta, existente nestas áreas citadas.



Parque da Cidade de Aracaju/SE (Fonte: <http://farm1.static.flickr.com>).

O ESPAÇO URBANO DE ARACAJU: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Para deixar mais claras as explicações sobre os motivos que levaram Aracaju a ter este formato urbano, com o espaço construído específico e esta realidade econômica, faremos uma breve reflexão sobre a época da formação do território sergipano. Sabemos que a cidade de Aracaju hoje é uma consequência do processo histórico e econômico pelo qual o seu território passou, consequência também de uma realidade inerente ao processo de desenvolvimento das forças produtivas mundiais.

O desenvolvimento do capitalismo, em suas diferentes fases, interferiu e moldou o que é atualmente tanto o território, quanto a economia de Sergipe e, conseqüentemente, da cidade de Aracaju e sua região metropolitana. Vamos utilizar as teses descritas em minha dissertação de mestrado, para auxiliar no entendimento deste raciocínio. Utilizaremos também outros trabalhos escritos por mim e já publicados sobre o estudo de caso do bairro Jardins, localizado na 'zona sul' da capital. Além dos trabalhos que escrevi, utilizaremos, ainda, vários autores com suas teses e teorias que se enquadram tanto em nível mundial, como no caso específico, do estudo urbano de Aracaju e sua região metropolitana.

O território hoje de Sergipe foi uma província e parte da colônia portuguesa no século XVI. Quando Sergipe foi passado à condição de província, sua primeira capital era São Cristóvão, que foi fundada em 1590. Esta capital se localizava em uma região de relevo irregular e montanhoso. Os cursos de seus rios eram tortuosos e em vários pontos eram muito rasos. O clima sempre foi quente e úmido, com a presença de mosquitos e um calor insuportável, principalmente para os estrangeiros que vinham negociar nesta região.

“Nessa época (entre 1550 e 1560) que antecedia a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, o açúcar, era o produto econômico mais importante de Sergipe uma vez que: O grande problema era o açúcar. Dele dependia a estrutura econômica da Província.

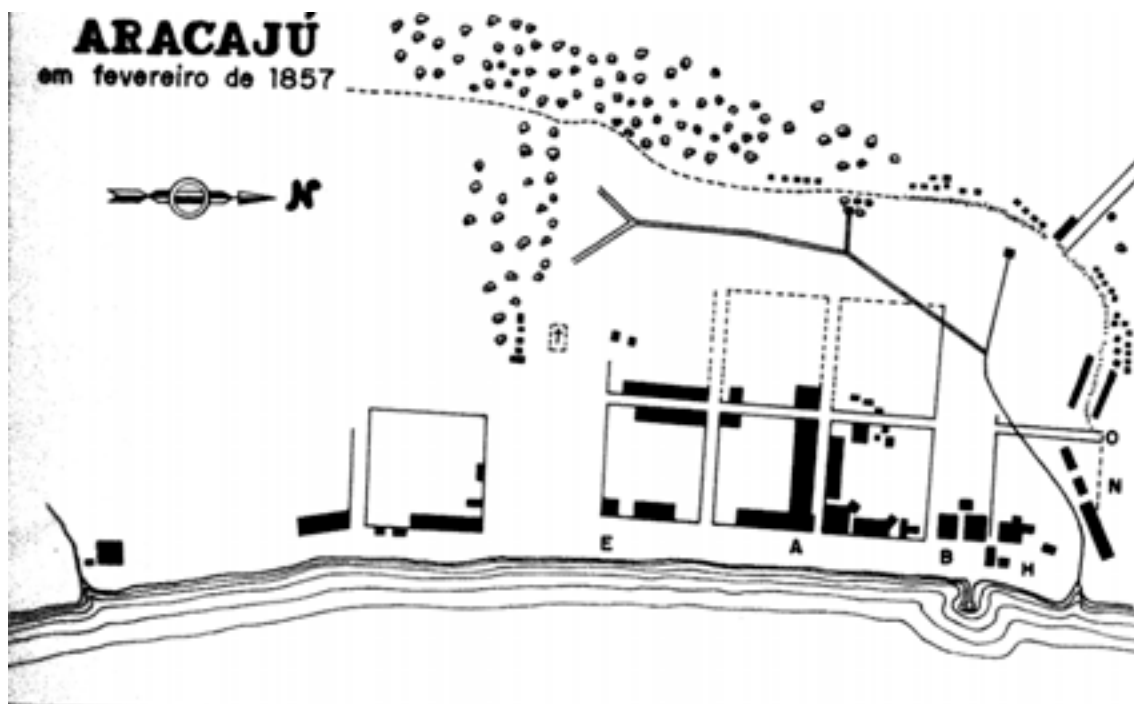
Não há, pois, exagero em afirmar que Sergipe era o açúcar. No exercício de 52-53, Quando o valor dos gêneros exportados atingiu a soma de 3.577:671\$982, a contribuição. Açucareira foi de 3.503:750\$216. Daí, qualquer plano de alevantamento econômico da Província ser, necessariamente, orientado no sentido de organizar e defender a produção. Canavieira. Inácio Barbosa pensou assim e fê-lo acertadamente.” (CALASANS, 1942, p.20).

Como foi observado, o açúcar da província sergipana era quase 100% para exportação. Por isso havia uma preocupação do Presidente da província com este produto, que já começava a ter problemas com o alto preço da mão-de-obra e com a forte concorrência das colônias inglesas com o açúcar de beterraba da Europa, o que ampliava o seu comércio a cada dia. Além desses problemas, havia submissão dos senhores de engenho de Sergipe aos trapicheiros da Bahia, o que impedia o comércio direto de Sergipe com o Exterior.

Observamos que a província sergipana já necessitava de um porto bem localizado e de fácil acesso aos navios para o transporte da produção açucareira, principalmente. A capital de Sergipe, São Cristóvão, fundada em 1590, não tinha prosperado tanto e sua localização física, com relevo muito ondulado e rios estreitos, impedia a penetração dos navios, até os de menor porte, na maré baixa. Este era o motivo relativo ao relevo de São Cristóvão, que interferia negativamente no comércio do açúcar. No que se refere ao mercado internacional do açúcar, houve, também, problemas internos, referentes às relações entre os senhores de engenho e os trapicheiros de Sergipe.

“Havia, por outro lado, a necessidade econômica de um porto bem estruturado, para manter e ampliar o comércio exportador do açúcar. Este porto tinha que ser localizado em lugar plano, de forma que possibilitasse a entrada de navios de maiores portes. São Cristóvão não atendia a essas necessidades. Além disso, outros motivos revelavam a necessidade de que as características das novas cidades facilitassem, cada vez mais, o comércio e o desenvolvimento da região, na metade do século XIX. A nível nacional, nessa época, a substituição do tipo cidade fortaleza pelo tipo de cidade-porto era considerada “moda”, ou seja, era uma aspiração dos governos, dos profissionais e da população de várias províncias que as capitais fossem construídas em áreas planas, pois facilitavam o comércio. São Cristóvão não se encaixa bem aos novos planos urbanísticos requisitados na segunda metade do século XIX. (MACHADO, 1990, p. 25-26)”.

Devido a essas circunstâncias, ocorreu a mudança da capital de Sergipe (1855) para a região às margens do rio Sergipe, hoje Aracaju. Embora no século XIX essa área fosse quase toda plana, com as chuvas, permanecia grande parte do ano alagada, dificultando o seu povoamento e a construção das primeiras moradias. O governo se localizava na parte mais alta, no povoado de Santo Antônio, mas posteriormente foi contratado o engenheiro arquiteto Sebastião Basílio Pirro, para a elaboração do plano da cidade. Assim foi feita uma planta para visualização e ordenamento das ruas, em forma de um tabuleiro, com linhas retas e simétricas, como podemos observar o início da construção das primeiras quadras.



Fernando Porto. A cidade de Aracaju, 1855-1865. Ensaio de Evolução Urbana, Estudos Sergipanos II, Aracaju, Edição do Autor, 1945 (Fonte: machado, 1990. p. 32).

Outro ponto a ser destacado é sobre a situação econômica em que se encontrava a Europa, na segunda metade do século XIX, quando ocorreu a mudança da capital. Nesta época, já tinha acontecido a Revolução Industrial, na Inglaterra, gerando muitas mudanças na economia, na tecnologia, nas técnicas de produção. Na Europa, e, em particular, na Inglaterra, a economia deixou de ser manufatureira, passando para o modo de produção capitalista industrial. Com isso, as relações comerciais tinham sofrido alterações profundas, em que os interesses dos países eram outros.

Novos produtos passaram a fazer parte do comércio e este fato, em relação à província de Sergipe, teve grande influência nas relações comerciais, pois a atividade canavieira, como foi descrita antes, era o setor que sustentava a economia da província. Com o surgimento da beterraba, em substituição ao açúcar, a economia perdeu poder e a crise se alastrou, visto que as idéias abolicionistas também tinham chegado ao Brasil e as lavouras e plantações de cana-de-açúcar necessitavam de grande quantidade de mão-de-obra escrava.

No que diz respeito à cana, aparece no séc. XIX um sucedâneo para a produção do açúcar que a levará de vencida: a beterraba. Os países europeus, e também os Estados Unidos, que são os grandes consumidores de açúcar e principais mercados para a produção dos trópicos americanos, tornam-se com a utilização da beterraba,

de consumidores em produtores; e não somente para suas necessidades próprias, mas ainda com excessos exportáveis. Estes se procurarão escoar com bonificações e prêmios concedidos aos produtores, despesas estas de que se ressarcem os respectivos governos taxando pesadamente as importações do açúcar de cana. Será uma concorrência tremenda cuja história é conhecida e que vai dar nos primeiros grandes acordos internacionais em matéria de produção econômica; acordos, aliás, que nunca se cumpriram regularmente.”(PRADO JÚNIOR, 1962, p.161-162).

Portanto, a partir de meados do século XIX, as províncias e regiões localizadas ao norte do Brasil (onde se localiza a região Nordeste) passaram a perder poder econômico rapidamente. Era dentro deste contexto internacional que São Cristóvão estava vivendo e isto acelerou mais ainda a transferência da capital para a área que era o povoado Santo Antonio, como podemos ver nos artigos 1º e 4º do projeto de mudança da capital:

“Art. 1º - Fica elevado à categoria de cidade o Povoado de Santo Antônio do Aracaju, na Barra do Cotinguiba com a denominação de – cidade do Aracaju... Art. 4º - Fica transferida desde já da cidade de São Cristóvão para a do Aracaju a capital desta Província”.(CALASANS, 1942, P.61).

O CRESCIMENTO DE ARACAJU

Com esse fato concretiza-se a mudança da capital da província e os acontecimentos internacionais e internos, no Brasil, colocam Aracaju como o centro das preocupações da região. A mudança da capital enfrentou vários problemas, uma vez que a região era constituída de pântanos e era em parte uma região alagada. Por isso a sede se localizou na área onde era o povoado de Santo Antonio, uma vez que se localizava em alto relevo. Entretanto, as epidemias que inclusive vitimaram seu fundador, Inácio Barbosa, também dificultaram o desenvolvimento da área construída. Além disso, era necessário ter muitos recursos e mão-de-obra para colocar em prática as idéias do engenheiro Pirro. Mesmo assim, a cidade de Aracaju foi sendo construída e, logo na primeira década, começaram a desviar os contornos previstos na planta. (Ver cartogramas).

Até 1865 a cidade tinha crescido razoavelmente, conforme cartograma n4. Embora exista um plano para a cidade, ela crescia sem critérios, tanto para a construção, quanto para a localização das casas existentes, na época, para os construtores que não dispunham de equipamentos modernos nem recursos, como também a própria mão-de-obra empregada não dominava o ofício da construção, com rigor. Assim, a cidade começou a crescer, desrespeitando o traçado do plano. Para tentar impedir este crescimento desordenado, a Câmara Municipal pôs em execução a Resolução Provincial que regulava as construções civis e, ainda, os costumes de seus habitantes. (MACHADO, 1990, p.30).

largura terá o lageado oito palmos de largura e nas de cem palmos terá o lageado de dez palmos. Multa de 20\$ réis e o dobro na reincidência”.(Idem, p.57),

como também, até a maneira como se vestia era determinada, pois no

Art. 16º – “É proibido andar-se indecentemente trajado nas ruas desta Cidade, Vilas ou Povoados do Termo, trazendo mandriões sem camisa, com escândalo da moral pública. O contraventor sofrerá a multa de 4\$000 réis ou cinco dias de prisão a dobrar nas reincidências”.(Ib. Idem).

Nesse sentido, constatamos que eram criadas e determinadas inúmeras tentativas para ordenar o crescimento urbano definido no plano de Pirro e a maneira como deveriam preservar essas construções. Também determinavam ainda os tipos de serviços e fábricas que poderiam ser construídas dentro da cidade, de forma que não fosse prejudicada a vida de seus cidadãos:

“Art. 14 – É absolutamente proibido estabelecer dentro do recinto da Capital trapiches, Alambiques, cortumes, fábricas de sabão, e caldeiros, e todas as mais, cujo uso pode corromper a atmosfera, e prejudicar a salubridade pública, devendo a Câmara designar os lugares para essas fábricas. O contraventor será multado em 30\$ réis, e a obra será demolida a sua custa.”(Ibidem)

ARACAJU URBANA NO SÉCULO XX

A partir do início do século XX, a cidade passa a adquirir novas características, com serviços de água, início de instalação de esgoto, de luz e de bondes. A ferrovia tinha desenvolvido muito nos países europeus e, principalmente, nos Estados Unidos, no final do século XIX; em Aracaju, foi instalada já no início do século XX.

Os empresários brasileiros e o próprio Governo Federal começaram a implantar linhas férreas; de início nas cidades mais desenvolvidas e depois nas menores, mais tarde interligando cidades e regiões. Com essas mudanças, em nível nacional, ocorreram também, em Aracaju, várias transformações no seu espaço urbano:

“Dá-se início, nesse período, ao zoneamento social dos bairros, e começam a se estabelecer os bairros de elite, os bairros de operários e os bairros de comércio e indústrias”.(MACHADO, 1990, p.35).

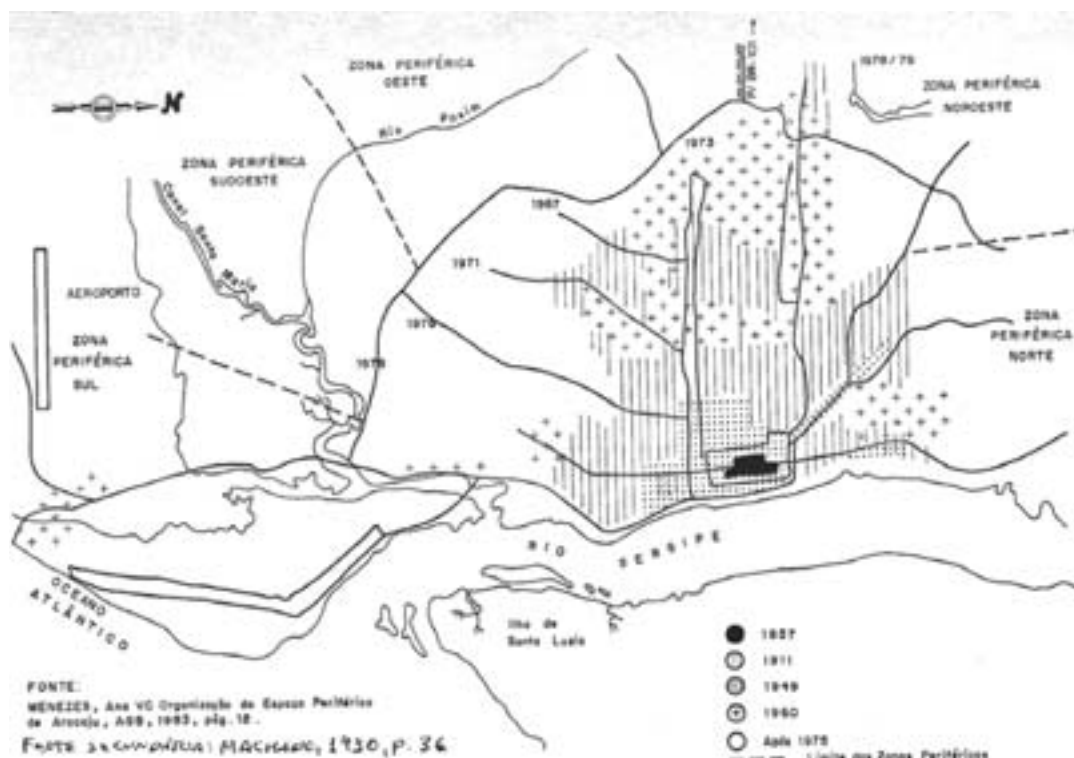
A partir daí, a cidade vai tomando outra feição urbana e sua função social passa por transformações decorrentes das mudanças externas e, como consequência da Segunda Grande Guerra Mundial, dos avanços tecnológicos, as relações de trabalho se transformam, como também as inovações do capitalismo industrial. Foram instaladas, em Aracaju, in-

dústrias têxteis, o que impulsionou as plantações de algodão; por outro lado, isso reforçou mais ainda a crise do comércio do açúcar.

A cidade de Aracaju, como as demais localizadas no litoral, tinha como elemento econômico central o Porto. Porém, a partir da década de quarenta do século XX, ocorreram vários fatos que foram redefinindo a sua economia.

“Nesta fase inicia-se, no plano econômico, com o declínio da exportação de produtora do Estado. O preço do açúcar sofre uma queda e o Nordeste perde primazia na produção algodoeira para o Centro-Sul. São Paulo, Minas Gerais e Paraná, com a crise que se abateu sobre o café no período de 1930-1934, passam a plantar algodão. Assim, o movimento portuário feito através de Aracaju declina sensivelmente. Com a desativação gradativa do porto e o assoreamento da foz do Rio Sergipe, que dificulta a navegação de navios de crescentes calados, ocorre à degradação da área urbana nas suas proximidades.”(LOUREIRO, 1983, p.60).

Com o desenvolvimento do ramo industrial, Sergipe também avançou na quantidade e variedade de fábricas, principalmente de indústrias têxteis. (Citar o livro “Os Corumbas”, de Amando Fontes). Na cidade de Aracaju, mais precisamente no bairro Industrial, as indústrias têxteis também se desenvolviam e com isto o comércio feito via Porto decaiu muito, conforme foi descrito por Kátia Loureiro, uma vez que começou a ser realizado pelas rodovias construídas no sentido oeste e noroeste da cidade.



Como observamos neste cartograma, ocorreu nos últimos cem anos (entre meados do século XIX e as décadas de sessenta e setenta do século XX) um crescimento no sentido oeste. Após a década de cinquenta, o adensamento urbano ficou concentrado na região central de Aracaju e mais tarde segue em vários sentidos. Após a década de setenta, várias rodovias são construídas, o que desestimulou mais ainda a exportação via Porto, pois por rodovia era mais rápido e as transações comerciais mais fáceis para as regiões vizinhas.

Outro fato que impulsionou o crescimento urbano e econômico de Aracaju, após a década de 60, foi a descoberta de petróleo no Município de Carmópolis; mais tarde, com o aumento da produção, a Petrobrás instala uma de suas sedes administrativas em Aracaju, o que aumentou consideravelmente o número de trabalhadores da Petrobrás residentes em Aracaju. Na década de 70, a economia aracajuana tem um grande impulso, o que vai refletir no aceleração do seu crescimento urbano e na necessidade de novos serviços na capital. Na década de 80, Aracaju já tinha uma estrutura urbana bem mais ampliada e também ocorre um grande aumento de sua população.

POPULAÇÃO TOTAL E VARIAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO 1940 – 1970

ANOS	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO INTERCENSITÁRIO (%)
1940	59.031	-
1950	78.364	32,7
1960	114.162	45,6
1970	183.670	60,8

FONTE: INEP, Anuário Estatístico de Sergipe – 1980.

O DESENVOLVIMENTO DE ARACAJU NA 2ª METADE DO SÉCULO XX

Observamos, em 1960, um crescimento populacional de 45%; em 1970, o aumento populacional foi de 60,8%, conforme o anuário estatístico de Sergipe. Isso refletia o crescente poder econômico de Aracaju; em contrapartida, as cidades vizinhas não acompanhavam o seu crescimento. Assim, Aracaju passa a liderar, de maneira crescente, na economia, na política, na indústria e na cultura.

Além desta questão, ocorre a necessidade de mais moradias, tanto para a classe operária, quanto para a população de baixa renda ou sem renda. Intensificam-se os conflitos urbanos pela falta de moradia popular e pelo aumento, também crescente, da migração de cidades vizinhas e até de outros estados para a periferia de Aracaju.

È na década de setenta que o contexto urbano de Aracaju e de sua periferia começaram a ter umas ligações mais fortes, fortalecidas pelo crescimento populacional e pela construção de conjuntos habitacionais fora do município de Aracaju. A partir da década de oitenta, a ligação entre Aracaju e sua periferia ampliou-se mais ainda, fortalecida pela hegemonia da capital sobre as demais cidades e com a instalação do Distrito Industrial de N.Sra. do Socorro, que, embora não esteja em operação, revela o surgimento de mais uma atividade econômica, fortalecendo a coesão de uma região comandada pela capital. (MACHADO, 1990, p.38).

Conforme evidenciamos, ocorreu o processo de crescimento urbano horizontal, ultrapassando, em muito, o “quadrado” do espaço construído previsto pelos governantes e seus engenheiros. Mais recentemente, na década de 90 do século XX, além da construção dos conjuntos habitacionais, cresceram também construções irregulares e sem planejamento, uma vez que grande parte da população que migrava do interior do Estado para Aracaju não tinha emprego; portanto, não poderia pagar pela moradia, por aluguel, nem tampouco comprar um ‘pedaço de chão’. Assim se multiplicava a população ao redor de Aracaju, seguindo as construções, as rotas das estradas que davam acesso à saída de Aracaju, em vários sentidos. Com o aumento da quantidade de fábricas de tecidos e de várias pequenas indústrias, os setores econômicos de Sergipe passaram por grande mudança, entre os anos de 1970 e 1983, conforme

SERGIPE

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES ECONÔMICOS NO
PRODUTO INTERNO BRUTO – TOTAL 1970 - 1983

SERGIPE			
ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1970	17,5	30,9	51,6
1971	20,1	31,5	48,4
1972	20,6	29,0	50,4
1973	22,5	28,5	49,0
1974	17,9	30,7	51,4
1975	17,0	29,4	53,6
1976	14,3	31,8	53,9
1977	15,2	30,3	54,5
1978	14,3	30,3	55,4
1979	15,9	30,3	53,9
1980	12,5	34,5	53,0
1981	9,4	3,2	52,4
1982	8,9	37,0	54,1
1983	4,1	45,0	50,9

FONTE: SUDENE/DPG/PSE. Cálculos do IESAP/Departamento de Pesquisas, Estudos e Análises. In: Cenário da Economia Sergipana: 1988-1992, Aracaju – SEPLAN/IESAP, 1988, p.10.

Fazendo uma análise geral, podemos afirmar que o setor secundário aumentou sua participação no produto interno bruto de 30,9%, em 1970, para 45%, em 1983. Por outro lado, o setor primário diminuiu a sua participação de 17,5% ,em 1970, para apenas 4,1% de participação na economia estadual. Já o setor terciário se manteve quase inalterado, passando de 51,6% para 50,9% da década de 70 para a década de 80. Este crescimento do setor secundário e a queda do setor primário demonstram que um grande percentual da população do estado estava migrando para trabalhar no setor terciário e no secundário. Porque a concentração do poder econômico se localizava em Aracaju, conclui-se que ocorreu um grande aumento da população da capital, neste período, e este crescimento continuou, pois podemos constatar tal fato.

TAXAS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE SERGIPE E ARACAJU - 1950/1980

TAXAS DE CRESCIMENTO (%)					
1950/60		1960/70		1970/80	
SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU
17,98	71,32	18,47	58,72	26,57	59,59

FONTES, Censo Demográfico FIBGE, Anuário Estatístico de Sergipe INEP/SEPLAN in: MACHADO, E. 1989, P.57.

Comparando-se o crescimento demográfico entre a população do Estado e de sua capital, observamos que, entre 1950 e 1960, Aracaju teve um aumento de 71,32% em sua população. Já a população do Estado cresceu apenas 17,98%. Nos anos seguintes, entre as décadas de 1960/70 e 1970/80, observamos que a população de Aracaju cresceu 58,72% e 59,59%, respectivamente. Já o Estado cresceu apenas 18,47% e 26,57%, em relação àqueles anos. Assim, podemos constatar que o crescente aumento populacional de Aracaju revela que a capital vem interferindo de maneira significativa na economia estadual.

O crescimento da população de Aracaju foi tão rápido, entre os anos de 1960 e 1980, mais ainda nos anos da década de 90, que o crescimento urbano ultrapassou os limites político-administrativos. Mesmo assim, a maioria desta população vive na periferia de Aracaju, em função das condições econômicas, sociais e culturais, além do lazer de Aracaju. A partir de então, foi sendo configurada a região da Grande Aracaju. Esta região foi criada, inclusive, por leis que estabeleceram os municípios que fazem parte. O governador do Estado de Sergipe, na época, Augusto do Prado Franco, criou a lei n. 2.371, de 30 de abril de 1982, cujo artigo 1º estabeleceu o seguinte:

“Art. 1º - Fica estabelecida a região da Grande Aracaju, constituída pelas áreas territoriais dos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros,

Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão”.(MACHADO, 1990, p.188).

Essa lei serviu para legitimar a área de influência direta de Aracaju, o que já vinha ocorrendo, há mais de uma década, o monopólio estadual de concentração de renda, de serviços e de população de Aracaju. Além disso, nenhuma outra cidade, em Sergipe, pode competir, até hoje (2009) com a cidade de Aracaju.

Em 1986, o governador João Alves Filho, criou outra lei ampliando a região da Grande Aracaju, de sete para nove municípios.

“Art. 1º - Fica estabelecida a Região da Grande Aracaju, constituída pelas áreas territoriais dos municípios de Aracaju, Barra dos coqueiros, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, Itaporanga D’Ajuda e Riachuelo”.(Idem, p.189).

Esse fato reforçou o interesse dos governantes estaduais em tentar registrar o limite de influência de Aracaju sobre sua área num “processo de uma metropolização emergente” (MACHADO,1990). Porém, o IBGE só considera metrópole a cidade que, além de possuir inúmeros serviços, tenha uma população superior a um milhão de habitantes. Apenas estamos nos referindo à região da Grande Aracaju, ou seja, uma região metropolitana; não afirmamos que Aracaju é uma Metrópole. Contudo, em 1995, a área metropolitana de Aracaju foi limitada a quatro municípios, tendo como sede Aracaju. Os municípios que fazem parte da atual região metropolitana são os seguintes: Aracaju, Barra dos Coqueiros, N.Sra. do Socorro e São Cristóvão, que foram criados pela lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995

. (www://pt. Wikipedia. Org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Aracaju).

O PROGRESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E URBANO DE ARACAJU

Tentando mostrar, de forma resumida, o que escrevi sobre o processo de metropolização da Grande Aracaju, vai descrever os fatores principais que favoreceram a industrialização e foram, entre as décadas de 60 e 80, estimulando a urbanização da Grande Aracaju.

1. Na década de 1960: Foi instalada a Petrobrás no Estado de Sergipe, com início da exploração de petróleo em Carmópolis. Posteriormente, em 1970, foi instalado o escritório da sede da Petrobrás região produtora do Nordeste (RPNE).
2. No final da década de sessenta, 1967, é instalado o Distrito Industrial de Aracaju (DIA) que gerou vários novos empregos na cidade e na sua periferia sul, estimulando a urbanização e a ocupação urbana nas “margens” da capital.

3. No final da década de setenta, 1977, é instalada a Petromisa, visando à produção de potássio e salgema e depois, em 1981 passa a produzir uréia e fertilizantes.
4. A partir de 1986, o Governo do Estado deu início à desapropriação da área onde seria instalado o futuro Porto de Sergipe. No mesmo ano foi instalada, no município de Laranjeiras, a Fábrica de Cimento do Grupo Votorantim.
5. Em 1988, foi instalada outra fábrica de cimento, no município de Nossa Senhora do Socorro. Ainda neste ano, foi implantado, também, o Pólo Cloroquímico.
6. Nesses períodos citados, também ocorreram as construções de vários conjuntos habitacionais em Aracaju e na sua região metropolitana, 1968 a 2002.

Assim, esses decretos, somados à ampliação do parque industrial nos municípios próximos à Aracaju, justificavam a ampliação da área da Grande Aracaju. Tal processo de industrialização foi acompanhado da urbanização, como ocorre em nível mundial, nacional e local.

Com isso, foi dado um grande impulso à economia de Aracaju, que teve mais ainda um grande aumento populacional em sua região. Por outro lado, surgiram também os problemas inerentes a uma “sociedade de classes antagônicas” (MARX), tais como população desempregada e pobre, na região da grande Aracaju e também nos seus diversos bairros, aumento da criminalidade e problemas de infraestrutura básica.

Os conjuntos Marcos Freire e João Alves Filho, localizados no Município de Nossa Senhora do Socorro, assim como os demais conjuntos periféricos recém construídos, enfrentam problemas de infra-estrutura básica como: falta de energia elétrica, precariedade na coleta de lixo, com a falta de coleta os moradores depositam lixo nas proximidades dos mangues. Nestes dois conjuntos notamos uma enorme densidade populacional visto que o conjunto Siri (João Alves Filho) e o Marcos Freire (Taiçoca I) detém 3.629 e 5.213 unidades habitacionais respectivamente; com populações de 18.561 habitantes para o conjunto Siri e de 26.065 habitantes para o conjunto Marcos Freire em 1988(TRAMA). Desta população a maioria é originária de outros municípios como Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, da própria sede de Nossa Senhora do Socorro, de Laranjeira e outros municípios mais distantes. Também uma quantidade considerável de moradores é proveniente da periferia da cidade de Aracaju, antes residentes em vilas bairros periféricos e favelas. (MACHADO, 1990, p.123).

Em 2007, segundo dados do IBGE, a população do Conjunto João Alves (Siri) era mais de 170.000 habitantes, reforçando a tese de um processo de metropolização da região da Grande Aracaju.

O processo de industrialização, seguido pela crescente e descontrolada urbanização, torna-se preocupante, não só no caso de Aracaju, em

Sergipe, mas, no País, as regiões litorâneas e as metropolitanas vêm com o passar dos anos e até meses multiplicando os problemas referentes ao espaço urbano. O nível de concentração populacional, nas áreas urbanas, demonstra que os problemas de moradia, poluição, criminalidade, só vêm aumentando. Para exemplificar, a concentração populacional urbana, no Brasil, no ano 2000:

“Hoje, o território nacional abriga 170 milhões de habitantes. Chegamos ao ano 2000 com 137.755.550 brasileiros vivendo em áreas urbanas, o que significa que 81% da população brasileira moram em cidades”.(OLIVEIRA, 2001, p.01)

Hoje cerca de 85% da população urbana nacional mora nas áreas urbanas. No caso de Aracaju e sua região metropolitana, podemos destacar que este processo de urbanização é também crescente, pois conforme o IBGE, em relação a sua população residente, entre os anos de 1970 e 2000, não existe mais uma população rural em Aracaju, desde 1991, como podemos constatar na tabela abaixo:

População residente por sexo, situação e grupos de idade								
Variável = População residente (Pessoas)								
Sexo = Total								
Grupos de idade = Total								
Município	Situação do domicílio X Ano							
	Urbana				Rural			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Amparo de São Francisco/SE	920	936	1.049	1.205	966	768	842	977
Aquidabã/SE	4.205	5.292	7.643	9.647	11.705	10.833	8.632	8.697
Aracaju/SE	179.286	287.900	402.341	461.534	4.384	5.219	-	-

FONTE: IBGE = Censo Demográfico, 2000

Neste sentido, percebemos que o Município de Aracaju, segundo o IBGE, tem uma população totalmente urbana, o que só reforça a crescente concentração de renda e a necessidade de haver um planejamento urbano adequado aos problemas desta área na atualidade.

A preocupação em tentar minimizar e controlar a urbanização e seus conseqüentes problemas não é de agora. Como citamos, anteriormente, Fernando Porto, já descrevia que no início da fundação da cidade, já se tentava controlar o crescimento urbano e as atitudes de sua população. Como escrevemos na dissertação de mestrado, os anos setenta, foram conhecidos no Brasil, como a época do.

milagre brasileiro, quando as regiões urbanas e metropolitanas se expandiram em virtude da ocorrência do salto econômico nacional. Com isto, o Governo Federal tenta controlar e organizar o crescimento urbano. No início dos anos 70, o Governo Federal lança vários Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), até a década de 90. Dentre as diretrizes destes planos, podemos citar algumas: Reordenar a delimitação político-administrativa dos municípios, referente às áreas metropolitanas. Implantação de uma política urbana, organização da divisão territorial, melhorar a infraestrutura econômica e social das cidades, adequação funcional das periferias, ampliação do sistema ferroviário e recuperação das rodovias etc. (MACHADO, 1990, p. 134-135)

O ESTATUTO DA CIDADE

No início do século XXI, em 2001, o Governo Federal financia o Estatuto da Cidade que foi escrito e coordenado por Isabel Cristina de Oliveira, pois a partir de então se tornou Lei Federal, com várias diretrizes e artigos, ordenar e disciplinar o crescimento urbano nacional.

“O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir efetividade ao Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pelo pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, como preconiza o artigo 182”.(OLIVEIRA, 2001, p.03).

O Estatuto da Cidade é a lei maior de regulação e ocupação urbana, com um plano diretor para cada cidade seguir as suas determinações. Assim, foi definido em 2001, segundo o Estatuto da Cidade, que toda cidade acima de 20 mil habitantes deveria ter o seu plano diretor urbano, conforme é descrito:

“O Brasil possui, hoje, 5.561 municípios. Deste total, 4.172 possuem cidades com até vinte mil habitantes. Os demais, 1.389 municípios, abrigam cidades com mais de vinte mil habitantes. Portanto, todos estes estão obrigados a elaborar seu Plano Diretor”.(Idem, p. 20-21)

Descreve ainda que algumas cidades localizadas em regiões metropolitanas, mesmo tendo menos de vinte mil habitantes, devem também elaborar o seu plano diretor urbano.

“É importante assinalar que é obrigatório, pelo Estatuto da Cidade, que as cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as pertencentes a áreas de especial interesse turístico e, ainda, as inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto de âmbito regional ou nacional elaborem seus respectivos planos diretores, mesmo que tenham menos de vinte mil habitantes.”(Idem, p.21).

Dentro deste raciocínio, podemos chamar a atenção, para a região metropolitana de Aracaju, onde os municípios que estão ao seu redor têm menos de 20 mil habitantes, segundo o IBGE.

O Estatuto da Cidade descreve todos os aspectos relacionados ao crescimento urbano das cidades, tais como: Gestão democrática da cidade, plano diretor, imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo, parcelamento, edificação ou utilização compulsória, desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, usucapião especial de imóvel urbano, direito de superfície, direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, transferência do direito de construir, operações urbanas consorciadas, estudo de impacto de vizinhança, desapropriação, incentivos e benefícios fiscais e financeiros, servidão e limitação administrativa, tombamento, unidade de conservação, zonas especiais de interesse social, regularização fundiária etc.

Todas essas questões, além de outros temas, são necessárias serem vistas e avaliadas, visando a uma gestão e um ordenamento urbano mais adequado ao Estatuto da cidade através de seu plano diretor urbano.

Para exemplo de como as transformações do sistema capitalista imperialista vêm interferindo em nível mundial e, a depender do desenvolvimento urbano mundial, têm interferido em nível local, vamos relacionar alguns autores que vocês podem estudar, posteriormente, que esclarecem como surgiram as regiões metropolitanas (GOMES, 1989); vejam ainda como ocorreu a efetivação das “cidades globais” (IANNI, 1996) e a estruturação de redes urbanas mundiais(CASTRO, 1995).

Observem que através do avanço da informática e da “multidimensionalidade da comunicação” (BOLANÕ, 1999) e, em nível estadual, da formação da região da “Grande Aracaju” (MACHADO, 1990) vêm interferindo, moldando e recriando novos espaços construídos, como a exemplo do bairro Jardins, na “zona Sul” de Aracaju.

Outro autor que também estamos analisando é o professor Neilson Meneses(MENESES, 2009), que vem estudando as transformações demográficas e o processo de envelhecimento da população sergipana. Este autor revela que está ocorrendo um significativo processo de urbanização em Sergipe, mais especificamente em algumas cidades do Estado, fato que nos chamou a atenção:

A parte, do processo de urbanização contínuo entre 1970 e 2000, outra característica marca o processo de urbanização em Sergipe, é a concentração territorial da população. Segundo dados do censo 2000 (IBGE) 56,2% da população urbana sergipana vive em apenas 5 cidades (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Itabaiana e Estância) com mais de 50 mil habitantes que representam apenas 5,3% do total de cidades. Três destas cidades (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão) junto com o município da

Barra dos Coqueiros formam a chamada grande Aracaju que concentra em seu entorno atualmente (2007) 39,2 % da população. Ocorre também uma concentração em termos de população total, já que em tão somente em 6 municípios, com mais de 50 mil habitantes do Estado (Aracaju, Nossa senhora do Socorro, Lagarto, Itabaiana, São Cristóvão e Estância) concentram-se mais da metade da população 50,3%, segundos dados da contagem populacional 2007. Comparado com os dados da década de 70 onde 39,6% da população vivia nos 6 municípios mais populosos, verifica-se que o processo de urbanização tem levado a uma maior concentração territorial da população, tanto em termos de população total, quanto em termos de população urbana. (MENESES, 2009, p.7), (Grifo nosso).

Assim, vem sendo comprovado que a concentração populacional de Sergipe é maior nessas cidades citadas. É bom frisar que entre essas cidades, conforme cita o autor, estão presentes as cidades que compõem a região da Grande Aracaju, reforçando a tese de que há um processo de metropolização nos limites do quais fazem parte estas cidades.

O ESTUDO DO CASO DO BAIRRO JARDINS

Voltando ao caso do bairro Jardins; este local vem também crescendo, tanto na vertical, quanto horizontalmente; podemos afirmar que é um bairro em processo de concentração populacional de uma determinada classe social. Assim, pretendemos relacionar a teoria estudada neste curso com a prática de uma realidade vivenciada, neste bairro da ‘zona sul’ de Aracaju. O bairro Jardins é novo e foi criado em 1988, pela Lei municipal N° 2.666, dentro de uma área de bairros e conjuntos habitacionais pré-existent, como o Grageru, o Conjunto Luzia, o conjunto Leite Neto, etc.



Mapa de localização do Bairro Jardins em Aracaju, 2004 (Fonte: Prefeitura de Aracaju, Mapa Municipal Oficial, Engefoto, dez. 2004).

O bairro Jardins reflete os interesses econômicos de um grupo privilegiado e o crescimento da paisagem valorizada e verticalizada em Aracaju. Vem crescendo rapidamente, mediante a articulação dos “agentes produtores do espaço urbano (CORRÊA, 1993) que são

“os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.”(P.12)

Esses ‘agentes’ vêm trabalhando articulado uns com os outros, desde antes da criação deste bairro. Assim, definimos como uma proposta para visualizar melhor algumas maneiras e estruturação para tornar o espaço construído e valorizado, algumas fases do processo de ocupação urbana através das várias fases de ocupação e uso do solo. Na 1ª fase, já existe uma área com propriedade definida e está delimitada (cercada). Na 2ª, vem o desmatamento da vegetação. Na 3ª fase, ocorrem os servi-

ços de terraplanagem. Na 4ª fase, ocorre o início da edificação e as placas e “outdoors” de propagandas. Na 5ª fase, ocorrem as vendas dos apartamentos com o prédio ainda em construção e na 6ª fase, com o prédio pronto e mais valorizado, ocorre a continuidade das vendas e consequentemente a moradia nos apartamentos.

O bairro cresceu e a cada dia vem formando ilhas de segregação social, sem ser preciso existir cerca, nem loteamentos fechados, ou seja, o próprio bairro é uma ilha de estratificação social, econômica, onde o espaço construído delimita, sem mostrar os limites concretos (muros, cercas), que existe uma exclusão, como se fosse natural, ou seja, como se não existissem barreiras ou limites no território.

O crescimento do bairro Jardins tem provocado outros impactos na área, tais como o impacto ambiental. Com a construção de dezenas de prédios, com praças, com “shopping Center”, posto de gasolina, hipermercados, bancos, restaurantes, sobre áreas antes de mangue, revela-se a necessidade de haver um controle desta ocupação.

A paisagem de concreto do bairro Jardins é considerada bela, mas observando de maneira crítica, os condicionantes sociais e ambientais que se reproduzem não são tão belos e pacíficos assim. Numa breve observação visual, percebemos que o crescimento urbano está ocorrendo, tanto no sentido vertical, quanto horizontal, de maneira rápida e sem a preocupação com as consequências sociais e ecológicas. Neste sentido, houve destruição da paisagem original, com a implantação de uma infraestrutura básica sobre as áreas de mangue, com a construção de vários prédios e outros estabelecimentos com profundo valor de troca. Onde existia a vegetação de mangue, hoje há área marcada pelo espaço construído. Se por um lado melhoraram as condições de infraestrutura na área, por outro lado isso vem causando impacto ambiental.

Outra questão a ser colocada é dos grupos sociais que têm direito ou podem comprar ‘pedaços’ deste espaço construído. A busca frenética pela aquisição de um ou mais apartamentos, nesta área, reflete a estratificação e o aprofundamento, cada vez maior, de uma pequena parcela da sociedade. A velocidade com que cresce seu espaço construído fez ressurgir mais uma sub-divisão na estratificação social, no próprio bairro. Hoje existem subdivisões e ‘células’ de grupos privilegiados, como a área denominada “região do Garcia” e outras que foram definidas pelo alto valor dos apartamentos, do IPTU, das academias e dos serviços de alto custo, delimitando e recriando um valor de troca cada vez mais supervalorizado.

O crescimento do bairro ocorre sem seguir as diretrizes do Estatuto da Cidade, uma vez que são percebidas as modificações contínuas com uma rapidez que nossa memória não consegue acompanhar. O nível de intensidade da transformação do espaço urbano vem historicamente sendo aumentado, conforme o desenvolvimento das forças produtivas, em

detrimento das relações sociais. As novas técnicas de construção, aliadas ao avanço da arquitetura e aos demais serviços complementares, tem acentuado o crescimento vertical e irradiado a influência desta transformação do espaço numa rapidez nunca vista antes. Entretanto, nem sempre foi assim.

“Enquanto reinou a velocidade de quatro quilômetros por hora nos caminhos ásperos (tração do cavalo ou do boi) e de acordo com a natureza do solo (topografia ou clima), a irradiação da comuna e, conseqüentemente, suas capacidades eram nitidamente condicionadas pelas limitadas possibilidades de transporte dentro do dia solar de vinte e quatro horas. Surgem a estrada plana e o motor, isto é, as velocidades de 50 a 100 quilômetros por hora; o raio de ação da comuna poderá aumentar muito e, conseqüentemente, sua capacidade.”(CORBUSIER, 2000, p.122).

Assim, o bairro Jardins cresce com uma rapidez cada vez maior, recebendo as inovações que vêm ocorrendo, historicamente e na atualidade, em nível mundial, nacional e regional. Nesta ‘escala’ decrescente, Aracaju e as áreas de maiores poder aquisitivo, como é o caso do bairro jardins, vêm recebendo e usufruindo destas mudanças e melhorias, mas de maneira bem seletiva.

Levantamos a hipótese de que se não houver um planejamento urbano alternativo e sustentável, surgirão outros problemas na área, além dos que já existem, tais como impacto ambiental, a segregação urbana, poluição sonora, o aumento da criminalidade etc. Todos esses fatores, naturalmente, são inerentes a uma sociedade estratificada, mas disciplinar o uso e a ocupação do solo, com certeza, poderá minimizar esses contrastes.

CONCLUSÃO

Caros alunos,

Como fechamento do estudo feito desde a origem da cidade, no mundo, até a consolidação das cidades globais (megalópoles) na atualidade, foi elaborada esta tese. Assim colocamos Aracaju, sua região metropolitana e o bairro Jardins, como exemplo e produto deste contexto estudado. Portanto, é de fundamental importância que se faça um encaideamento de todas as aulas anteriores, principalmente no que se refere ao crescimento urbano, que foi sendo delineado pelo desenvolvimento das relações sociais de produção.

Core

É o ‘coração’ da cidade, considerada a região principal, onde se concentra as decisões econômicas e políticas de uma cidade, região ou país.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, em suas diversas fases, revelou como a cidade foi sendo modificada e transformada, ao longo dos séculos e hoje a cidade é a região **Core** do espaço mundial.

É na cidade, e principalmente, nas metrópoles, que as decisões são tomadas e o destino de grande parte da população mundial é traçado. Isto ocorre porque a cidade global determina as inovações, quer sejam no campo econômico, quer no campo cultural, científico, tecnológico etc.

Portanto, exemplificando, na prática, demonstramos o estudo de caso feito no bairro Jardins, localizado na zona sul de Aracaju. O estudo e a demonstração do crescimento desta ‘célula urbana’ (MACHADO, 2009) é apenas uma das tentativas de identificar a relação que existe no mundo globalizado. Todas as regiões estão interligadas, as de menor área também e principalmente as que têm menor poder econômico recebem as influências das forças produtivas das nações hegemônicas, produzindo ‘frutos’ nos espaços construídos, em nível local.

RESUMO

A décima e última aula desta disciplina foi concentrada na análise do estudo do processo de urbanização, em Sergipe, na sua capital e a formação da região metropolitana de Aracaju. Percebemos que o Estado de Sergipe foi sendo formado, seguindo-se os interesses das nações que tinham o poder na época da colonização. Com a fundação de sua primeira capital, percebemos que a dependência econômica se aprofundava e a necessidade de se manter e atender aos interesses externos era crescente.

Por alguns motivos, foi transferida a capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855. A partir dessa data, a cidade foi crescendo em vários sentidos, alternando os tipos de bases de sua economia, de uma sociedade agro-exportadora, como foi ocorrendo, para uma sociedade industrial e, naturalmente, dependente dos países desenvolvidos. Todas essas mudanças, no plano econômico, político, social e urbano foram ‘moldando’ a nova divisão territorial do trabalho, dependente da região Sudeste e Sul. O crescimento da cidade de Aracaju foi tão rápido que o plano urbano, que definia o seu limite territorial, foi logo ultrapassado.

Na segunda metade do século XX, a cidade de Aracaju já tinha o domínio econômico da região. Nos anos setenta e oitenta, a cidade dominava os três setores da economia. O processo de urbanização se deu de tal forma que nenhuma cidade do Estado compete com sua capital. Aracaju, nos anos noventa, consolida sua região metropolitana e aprofunda as diferenças entre ela e as demais cidades da Grande Aracaju. Seja no plano econômico, social, político, turístico, cultural ou/e urbano, a cidade de Aracaju concentra a renda e o poder do Estado.

Além da concentração nos diversos aspectos, o processo de urbanização e valorização imobiliária vem-se acentuando nos últimos anos do século XX, fazendo surgirem ‘ilhas’ de consumo e de alto poder aquisitivo dentro da própria capital. Isso tem provocado a segregação espacial e urbana da própria cidade, pois foram surgindo novos bairros e ‘sub-bairros’, como é o caso do bairro Garcia, que surgiu dentro do próprio bairro Jardins; isso exemplifica, em nível local, o processo de desenvolvimento e a efetivação das relações sociais de produção mundial.





ATIVIDADES

Os alunos deverão realizar aulas práticas para associar o conteúdo estudado com a realidade vivenciada no bairro Jardins. Para isso, deverão elaborar uns breves questionários que serão utilizados na visita ao bairro e no contato com moradores e frequentadores da área.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para complementar o entendimento do assunto, sugiro que leiam o livro “Os Corumbas,” da autoria de Amando Fontes, que demonstra a realidade dos trabalhadores de uma fábrica têxtil em Aracaju. Sugiro ainda outras leituras, como o pequeno livro de Fernando Porto, “A cidade do Aracaju (1855/1865)” ; o livro de Otaviano Canuto Filho, “Brasil e Coréia do Sul: Os descaminhos da industrialização tardia” e o livro de Jacques Lambert, “Os dois Brasis”, que mostra as diferenças na qualificação da mão-de-obra, quanto aos aspectos territoriais do Brasil, entre as suas regiões.

Para entender mais ainda o caso específico do bairro Jardins, é de fundamental importância que assistam à minha entrevista, gravada pela TV Universitária, em 1996.



AUTO-AVALIAÇÃO

Após uma leitura cuidadosa desta aula, posso compreender como se deu o processo de urbanização da cidade de Aracaju, desde o seu surgimento até os dias atuais?

Sou capaz de discutir com um colega questões referentes ao caso do bairro Jardins?

REFERÊNCIAS

- CALASANS, José. **Contribuição à história da capital**. Aracaju: mimeografado, 1942.
- CAMPOS, Antonio Carlos. A Construção da cidade segregada: **O papel do Estado na Urbanização de Aracaju**, In: O Ambiente Urbano: Visões geográficas de Aracaju, ARAÚJO, Hélio Mário de (Org.) et al. São Cristóvão, Departamento de Geografia da UFS, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2 Ed. São Paulo: Ática, 1993.
- CORBUSIER, LE. **Planejamento urbano**. 3 Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. 6 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **A trajetória urbana de Aracaju, em tempo de interferir**. Aracaju: INEP, 1983.
- MACHADO, Anselmo Belém. Grande Aracaju: **Processo de uma metropolização emergente**, Aracaju: Gráfica Atalaia, 1990.
- MENESES, Neilson. **Transformações demográficas e processo de envelhecimento da população sergipana**, In: tese de doutorado, Zaragoza: mimeografado, 2009.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade**, Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- PORTO, Fernando Figueiredo. A cidade do Aracaju: 1855-1865: **Ensaio de evolução urbana**. 2 ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.